

RELATÓRIO DE GESTÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

BRASÍLIA/DF – DEZEMBRO DE 2006

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro de Estado da Educação

Fernando Haddad

Secretário-Executivo

José Henrique Paim Fernandes

Secretário de Educação Básica

Francisco das Chagas Fernandes

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	05
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL	07
1. PRINCIPAIS POLÍTICAS E PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL.....	08
1.1 Política Nacional de Educação Infantil.....	09
1.2 Projeto de revisão de políticas e serviços na área de Educação Infantil	10
1.3. Programa de formação inicial para professores em exercício na Educação Infantil – PROINFANTIL.....	11
1.4. Credenciamento e integração das instituições de Educação Infantil aos Sistemas de Ensino.....	13
1.5. Família brasileira fortalecida pela Educação Infantil	15
1.6. Revista Criança do professor de Educação Infantil.....	17
1.7. Programa Nacional Biblioteca na Escola para Educação Infantil – PNBE-EI.....	19
2. PRINCIPAIS POLÍTICAS E PROGRAMAS DO ENSINO FUNDAMENTAL.....	21
2.1 Ampliação do Ensino Fundamental para nove anos.....	22
2.1.1 Criação do ciclo de alfabetização para crianças de 6 a 8 anos	26
2.2. Currículo	26
2.3. Correção de fluxo - regularização da defasagem idade/série	28
2.4. Pró-Licenciatura – Programa de Formação Inicial para Professores do Ensino Fundamental e Médio.....	29
2.5. Publicação “Prêmio Professores do Brasil 2005 – experiências premiadas”.....	33
2.6. Prêmio Professores do Brasil – 2ª edição	35
2.7. Projeto xadrez nas escolas	37
2.8. Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas – SPE	39
3. ESTUDOS E AVALIAÇÃO DE MATERIAIS	41
3.1. Programa Nacional do Livro Didático – PNLD	42
3.2. Política de Formação de leitores	44
4. POLÍTICAS DE FORMAÇÃO	47
4.1. Rede Nacional de Formação Continuada de Professores de Educação Básica	48
4.2. Pró-Letramento	51
4.3. Escola de Fronteiras	53
5 – PRINCIPAIS POLÍTICAS E PROGRAMAS DE ENSINO MÉDIO	54
5.1 Funcionamento do fórum curricular do Ensino Médio	55
5.2 Implementação das orientações curriculares do Ensino Médio	55
5.3 Implantação do Ensino Médio integrado à Educação Profissional Técnica de nível técnico	56
5.4 Programa Nacional do Livro do Ensino Médio PNLEM	59
5.5 Produção de materiais de apoio ao trabalho docente	60
5.6 Apoio aos docentes do idioma espanhol	60
5.7 Programa de incentivo à formação continuada para professores em exercício nas redes públicas de ensino.....	61
5.8 Programa ética e cidadania	61
5.9 Apoio ao desenvolvimento da educação científica	62
5.10 Apoio à realização de eventos científicos	63
5.11 Programa Nacional de Apoio às Feiras de Ciências da Educação Básica – FENACEB	63
5.12 Seleção de projetos de melhoria do ensino médio noturno	65
5.13 Estudos e pesquisas	67

5.14 Programa de apoio à implantação de projetos juvenis no Ensino Médio: Saúde e prevenção nas escolas	69
5.15 Programa de melhoria e expansão do Ensino Médio – Projeto Alvorada	69
5.16 Programa de Equalização das Oportunidades de Acesso à Educação Básica / PRODEB-2006	70
5.17 Inovações em Programas/Ações	71
6 - ARTICULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS SISTEMAS DE ENSINO.....	72
6.1. Monitorização de Planos, Programas e Projetos Educacionais	74
6.2. Apoio financeiro aos sistemas de ensino	74
6.3. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Municipais de Educação	77
6.4. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares	79
6.5. Capacitação de Gestores Municipais de Educação (PNE).....	81
6.6. Escolas de gestores.....	82
6.7. Projeto semi-árido	83
6.8. Projeto Profuncionário.....	84
6.8.1. Curso de especialização	85
6.9. Acompanhamento dos Projetos em tramitação no Congresso Nacional	86
7 - POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	88
7.1. Indicadores relevantes	89
7.2. Resultados finais obtidos.....	92
7.3. Resultados sociais	97
7.4. Considerações gerais	98
7.5. Sugestões / Recomendações para 2007	99
8 - PROJETOS EDUCACIONAIS	101
8.1. FUNDEF e FUNDEB – discussão sobre estudos de análise de financiamentos.....	102
8.2. Padrões Mínimos de Funcionamento das Escolas – PMFE	103
8.3. Laboratório de experiências inovadoras	104
8.4. Prêmio inovação em gestão educacional 2006	105
8.5. Sistema de Monitoramento de Indicadores Educacionais – SIMONI	107
8.6. Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação – PRADIME	109
8.7. Avaliação do Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação – PRADIME	111
8.8. Avaliação do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica	112
8.9. Avaliação Global do Programa Fundescola	113
8.10. Avaliação do Programa Escola Ativa	114
8.11. Avaliação do Projeto Piloto Escola Ativa em Aldeias Indígenas	115
8.12. Avaliação do programa Gestar I	116
8.13. Planejamento Estratégico da Secretaria – PES	117
8.14. Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE	118
8.15. Padrões Mínimos de Funcionamento da Escola	119
DIRIGENTES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA	122
SIGLAS	124

APRESENTAÇÃO

Este relatório reflete o esforço da Secretaria de Educação Básica na implementação das políticas educacionais e dos programas voltados para a melhoria da qualidade da educação com inclusão social. Para tanto, buscou-se por meio da articulação e parcerias com estados e municípios, o desenvolvimento de ações pautadas em princípios democráticos, com a participação representativa dos profissionais da educação, dos pais, dos alunos e da sociedade civil.

Para vencer os desafios do acesso, permanência e sucesso das crianças e jovens nas escolas, foram implementados programas direcionados aos quatro eixos de políticas prioritárias, quais sejam:

- A Redefinição da Política de Financiamento;
- A Democratização da Gestão Educacional;
- A Formação e Valorização dos Profissionais da Educação;
- A Inclusão Educacional.

Quanto à Redefinição da Política de Financiamento, foi aprovado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb, em 6 de dezembro de 2006, que propicia recursos financeiros para a educação infantil, ensino fundamental e médio, em substituição ao Fundef, que somente atendia o ensino fundamental.

No que se refere à Democratização da Gestão Educacional, em todas as instâncias e níveis administrativos, foram priorizados a formação de dirigentes e técnicos municipais de educação, criou-se o prêmio Inovações em Gestão Educacional, a parceria com universidades para oferecimento de cursos de pós-graduação em gestão escolar e deu-se continuidade ao Programa de Fortalecimento dos Conselhos Municipais de Educação. Destaca-se neste item, o Pradime, programa criado para fortalecer e apoiar os dirigentes da educação municipal na gestão dos sistemas de ensino e de suas políticas educacionais, contribuindo para o avanço com relação às metas do Plano Nacional de Educação. Há ainda o monitoramento de planos, programas e projetos educacionais que visa subsidiar os sistemas de ensino na elaboração e acompanhamento de planos de trabalhos para execução de ações voltadas ao desenvolvimento da educação básica.

Em relação à Formação e Valorização dos Trabalhadores em Educação, encontra-se em desenvolvimento programas voltados para os docentes que não têm a titularidade exigida, são eles: o Pró-Licenciatura, para os professores das séries finais do ensino fundamental e o Proinfantil para os professores da educação infantil, para os professores das séries iniciais, o Pró-Letramento oferece orientações quanto aos conteúdos e metodologias, estratégias de ensino e avaliação. Ainda em direção à qualificação docente, deu-se continuidade aos trabalhos desenvolvidos pela Rede de Formação, composta pelos Centros de Formação das Universidades. E, pela primeira vez na história do Brasil, o Ministério da Educação oferece a qualificação em nível médio aos Profissionais de Serviços de Apoio Escolar, com 4 habilitações iniciais: Secretaria Escolar, Alimentação Escolar, Multimeios Didáticos, Infra-estrutura Material e Ambiental, tendo a certeza de que a profissionalização de todos aqueles que interagem com as crianças em uma escola deve ser apoiada. No sentido da formação docente e da inclusão educacional, a Escola Bilíngüe de Fronteira estabelece a educação intercultural, que inclui o ensino dos idiomas português e espanhol nas escolas da fronteira entre o Brasil e a Argentina, além da reformulação curricular para que se tornem escolas bilíngües.

A Inclusão Educacional contou com a aprovação da Lei nº 11.274, de fevereiro deste ano, que ampliou o ensino fundamental para nove anos, com a inclusão das crianças de 6 anos de idade, o que ensejou a discussão e reflexão acerca do currículo, e a elaboração e distribuição de materiais para apoiar os sistemas de ensino na ampliação desta etapa de ensino. No que tange o ensino médio, foram instituídas as disciplinas de filosofia e sociologia, além do ensino do espanhol. Os alunos do ensino médio passaram a contar com a distribuição de livros didáticos, antes restrita aos alunos do ensino fundamental. Continuou-se também a melhoria e expansão do ensino médio, programa de apoio e fortalecimento desse nível de ensino junto aos estados, além da implementação das Orientações Curriculares. O Decreto nº 5.154/04 instituiu a modalidade Ensino Médio Integrado à Educação Profissional Técnica que assegura aos estudantes tanto a continuidade de seus estudos em nível superior quanto a educação profissional.

Foi mantida a avaliação dos livros didáticos para o ensino fundamental e médio, colocando à disposição de professores e alunos material de boa qualidade. Iniciou-se a Política de Formação de Leitores, para incentivar o acesso cultural e a fluência em leitura dos educandos.

Estes e outros programas e ações descritos, decorrentes das políticas para a educação básica, buscam a construção de uma sociedade democrática mais justa, de uma educação com qualidade social e inclusão, que favorece a distribuição de renda, o fortalecimento das instituições públicas e o desenvolvimento sistêmico da educação. Desta forma temos a certeza de que o sistema educacional brasileiro passa a estar em contínua realimentação, pois nossas ações revertem o ciclo vicioso em que a educação pública se encontrava e dão partida à construção de um círculo virtuoso.

Os trabalhos desenvolvidos por esta Secretaria, por meio de seus departamentos e coordenações, sinalizam os avanços alcançados e os compromissos com a educação com inclusão social e o exercício da cidadania.

Francisco das Chagas Fernandes
Secretário de Educação Básica

EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

1. PRINCIPAIS POLÍTICAS E PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

1. PRINCIPAIS POLÍTICAS E PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

1.1. POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Tem por objetivo a definição da Política Nacional de Educação Infantil por meio de processo democrático e participativo. Em 2003, foi elaborado um documento que expressa as diretrizes, objetivos, metas e estratégias para uma política nacional de Educação Infantil.

Em 2004, foram realizados oito Seminários Regionais com a participação dos representantes de secretarias e conselhos estaduais e municipais de Educação e entidades não governamentais, que discutiram o documento *Política Nacional de Educação Infantil, Parâmetros Nacionais de Qualidade na Educação Infantil e Parâmetros Básicos de Infraestrutura para as instituições de Educação Infantil*, todos em versão preliminar.

Em 2005, estes documentos foram reelaborados com as sugestões apresentadas pelos participantes dos eventos e discutidos, na sua última versão, pelo CONPEB (Comitê Nacional de Políticas da Educação Básica). Apenas o documento de Política foi concluído no ano de 2005, sendo impresso e distribuído aos sistemas de ensino, depois da apresentação de sua versão final no Seminário “Política Nacional de Educação Infantil”. Neste ano, este documento foi reimpresso, tendo em vista o grande número de solicitações. Os dois outros documentos foram concluídos, impressos e distribuídos durante o ano de 2006.

Para sua implementação foi elaborada a versão final do documento Parâmetros Nacionais de Qualidade na Educação Infantil e Parâmetros Básicos de Infra-estrutura para as instituições de Educação Infantil, com posterior impressão e distribuição aos sistemas de ensino e foi realizada a reimpressão e distribuição do documento *Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação*.

Para viabilização deste projeto estão envolvidos representantes dos sistemas estaduais e municipais de educação, de outros setores governamentais e daqueles representativos da sociedade civil envolvidos com a educação das crianças de zero a seis anos.

A ação é custeada pelo Projeto de Cooperação Técnica Internacional UNESCO 914 BRA 1095 - Educação e Aprendizagem. Cujo apoio incluiu a produção e distribuição dos seguintes materiais:

- Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação: apresentam as diretrizes, objetivos, metas e estratégias para a Educação Infantil.
- Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil – Vol. I e II: estabelece referências de qualidade na Educação Infantil para serem utilizadas na organização e funcionamento dos sistemas de ensino e de suas creches e pré-escolas.
- Parâmetros Básicos de Infra-estrutura para instituições de Educação Infantil: relacionado à qualidade dos ambientes escolares com ênfase nas relações entre o espaço físico, o projeto pedagógico e o desenvolvimento da criança, além da sua adequação ao meio ambiente.

Esta Secretaria acredita que as contribuições daqueles que trabalham diretamente com a implementação das políticas públicas para a educação assegurarão que as

especificidades de cada região sejam contempladas na Política Nacional de Educação Infantil. Além disso, o cumprimento do preceito constitucional da descentralização administrativa, bem como a participação dos diversos atores da sociedade na formulação das políticas públicas, foi propiciado graças a essa ação.

Como recomendações para o próximo exercício, indicamos as seguintes ações:

- Fornecer apoio técnico e pedagógico à construção de políticas municipais de Educação Infantil, envolvendo a formação de equipes técnicas.
- Manter como interlocutor e parceiro a Comissão de Política de Educação Infantil do Comitê Nacional de Políticas da Educação Básica e ambos como parceiros na implementação, no acompanhamento e na avaliação da Política Nacional de Educação Infantil.
- Criar mecanismos de acompanhamento e de avaliação da Política Nacional de Educação Infantil, visando ao seu fortalecimento e à sua reorganização.
- Articular a Política Nacional de Educação Infantil com os fóruns de Educação Infantil e outras organizações da sociedade civil que atuam na área.
- Realizar Seminário Nacional de Política Nacional de Educação Infantil visando seu fortalecimento e avaliação.
- Construir indicadores de qualidade para Educação Infantil de forma a garantir instrumentos de avaliação contínua dos aspectos que garantem a qualidade social desta etapa da educação básica.
- Elaborar novos documentos sobre infra-estrutura das instituições de educação infantil, de forma a garantir parâmetros gradativamente mais exigentes do que os básicos até então estabelecidos.

1.2. PROJETO DE REVISÃO DE POLÍTICAS E SERVIÇOS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Este projeto diz respeito a um estudo proposto em 2004 pela UNESCO e pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE ao governo brasileiro, por meio do Ministério da Educação e para outros três países selecionados: Indonésia, Kazacquistão e Quênia. A proposta teve dois objetivos principais: (1) oferecer aos (04) quatro Estados Membros selecionados uma oportunidade de revisar criticamente suas políticas e serviços para a primeira infância e identificar opções e estratégias concretas para melhorá-los e (2), no nível global, compilar e distribuir informações comparativas sobre políticas, planejamento e implementação da Educação Infantil para auxiliar no planejamento de políticas de outros países.

Foi realizado um estudo avaliativo dos serviços educacionais oferecidos às crianças desde o nascimento até os seis anos de idade, incluindo questões de acesso, qualidade, recursos, coordenação governamental e dados de pesquisas. O estudo abrangeu um sistema estadual e nove sistemas municipais de educação, escolhidos com base nos critérios de representatividade das cinco regiões brasileiras, incluindo municípios de pequeno, médio e grande porte, com atendimento no meio rural e urbano, em capitais e no interior. O MEC e o escritório da UNESCO formaram um grupo de trabalho nacional para acompanhar a implementação do projeto, ficando responsáveis também pela preparação da versão final do

relatório de síntese e seu sumário executivo. Após a finalização do relatório nacional, foi realizada uma visita organizada pela UNESCO em parceria com o MEC, por especialistas internacionais que propuseram mudanças ao relatório a partir das visitas aos locais que compuseram o estudo.

A última versão deste relatório, em língua inglesa, foi elaborada pela OCDE, e em seguida, revisada e aprovada pelo governo brasileiro.

Em 2006, todos os documentos produzidos foram revisados e disponibilizados na internet. A versão final do relatório de síntese e seu sumário executivo foram traduzidos e revisados, para serem publicados e distribuídos.

A articulação com os Estados e Municípios selecionados para a pesquisa foi feita pela UNESCO e pelos pesquisadores no período em que aconteceu a coleta de dados sobre os atendimentos em Educação Infantil.

O projeto tem como público alvo, dirigentes, professores, universidades, centros de formação, formadores, (entre outros atores envolvidos em políticas públicas para a educação infantil).

Recursos envolvidos na ação são advindos do Projeto de Cooperação Internacional UNESCO 914 BRA 1095 - Educação e Aprendizagem.

A caracterização do que vem acontecendo no País, detectando as limitações desse atendimento e as experiências municipais exitosas, é de extrema importância para subsidiar a definição e implementação de políticas para a área em todas as esferas administrativas. Daí a necessidade de divulgação do relatório final às secretarias e conselhos de educação e para instituições formadoras.

Recomenda-se para o próximo exercício, dar continuidade à divulgação dos resultados da pesquisa.

1.3. PROGRAMA DE FORMAÇÃO INICIAL PARA PROFESSORES EM EXERCÍCIO NA EDUCAÇÃO INFANTIL – PROINFANTIL

O PROINFANTIL oferece a formação mínima exigida em lei – nível médio, modalidade normal – aos professores em exercício na Educação Infantil que não a possuem. Em junho de 2005, o PROINFANTIL foi implementado em quatro estados pilotos: Ceará, Rondônia, Goiás e Sergipe.

O Programa tem por objetivo elevar o nível de conhecimento e aprimorar a prática pedagógica dos docentes; valorizar o magistério, oferecendo condições de crescimento profissional e pessoal ao professor; contribuir para a qualidade social da educação das crianças de até seis anos nas instituições de Educação Infantil.

O curso tem duração de 2 anos e é dividido em quatro módulos semestrais. Durante o segundo semestre de 2005, foi preparada sua ampliação para todo território nacional. Em janeiro de 2006, o programa foi implementado nos estados de Alagoas, Piauí, Bahia e Amazonas e ampliado nos estados de Rondônia e Ceará.

Em 2006, deu-se continuidade do Grupo Piloto, por meio da realização de formações de professores formadores e de tutores para os módulos 3 e 4 e das demais atividades do programa e implementação do Grupo 1, por meio da realização de fase presencial

e encontros de formação nas Agências Formadoras (AGF), com a participação de professores formadores e assessores pedagógicos do PROINFANTIL (APEI), bem como a formação de tutores.

Houve distribuição de materiais didáticos para ambos grupos do programa. Foram impressos e distribuídos os materiais referentes ao primeiro e segundo semestre de 2006, e também ao primeiro semestre de 2007 (livros de estudo, cadernos de aprendizagem, formulários de avaliação, manuais do programa), tanto para colaboradores e cursistas do Grupo 1, quanto do Grupo Piloto.

O PROINFANTIL é um programa desenvolvido pela União, em parceria com Estados e Municípios. Sua viabilização só é possível a partir da assinatura de acordos de participação, nos quais são definidas as responsabilidades dos entes envolvidos.

Pretende-se atingir mais de 37 mil professores de Educação Infantil em exercício nas creches e pré-escolas das redes públicas – municipal e estadual – e da rede privada – comunitária, filantrópica ou confessional, conveniadas ou não, que não possuem a habilitação mínima exigida por lei.

Os Recursos envolvidos no programa são oriundos do Projeto de Cooperação Técnica Internacional PNUD BRA 03/004 e ação orçamentária 8379 – Formação em serviço e certificação em nível médio de professores não titulados da Educação Infantil.

Aconteceram eventos estaduais para formação de Professores Formadores e de Tutores, além de Reuniões Executivas e Encontros Nacionais de Professores Formadores e Articuladores Pedagógicos de Educação Infantil do Proinfantil. Os eventos citados são referentes aos Módulos I, II, III e IV, destinados tanto aos colaboradores do Grupo 1, quanto do Grupo Piloto.

A LDB/1996 prevê que o docente da educação básica deve possuir formação em nível superior, em cursos de licenciatura, admitindo para a Educação Infantil e para as quatro primeiras séries do Ensino Fundamental, como formação mínima, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. Há, no Brasil, cerca de 37 mil professores atuando na Educação Infantil sem a qualificação prevista em lei. O Plano Nacional de Educação - PNE 2001-2011 estabelece, como meta, um Programa Nacional de Formação dos Profissionais de Educação Infantil para garantir que todos os professores e dirigentes de instituições deste nível de ensino possuam, no prazo de cinco anos, no mínimo, a formação em nível médio.

Recomenda-se para o próximo exercício, as seguintes atividades:

- Dar continuidade à formação dos 3.711 professores sem a formação mínima que foram matriculados em 2005 e 2006 pelo PROINFANTIL e ampliar o atendimento para outros estados interessados, principalmente aqueles que já procuraram o MEC: Pernambuco, Maranhão, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Roraima;
- Constituir equipe própria para a gestão de um novo grupo do programa, uma vez que a Secretaria de Educação à Distância não mais será parceira do PROINFANTIL para a implementação de novos grupos;
- Editar e imprimir os materiais didáticos para os novos grupos do Programa e para o 2º semestre de 2007;
- Prosseguir com os encontros de formação das equipes estaduais (EEG e AGF), bem como os de formação dos tutores.

Demonstrativo de metas atingidas pelo Programa:

PROGRAMA DE FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES EM EXERCÍCIO NA EDUCAÇÃO INFANTIL – PROINFANTIL					
ATENDIMENTOS REALIZADOS					
UF/REGIÃO	MUNICÍPIO	ESCOLAS	PROFISSIONAIS	ALUNOS	SALAS
BRASIL	195	1.675	4.693	74.220	3.711
AM	5	89	184	2.920	146
RO	16	70	331	5.160	258
Norte	21	159	515	8.080	404
AL	14	93	235	3.720	186
BA	27	260	657	10.480	524
CE	56	745	1.759	28.860	1.443
PI	8	131	319	5.100	255
SE	16	88	275	4.160	208
Nordeste	121	1.317	3.245	52.320	2.616
GO	53	199	933	13.820	691
Centro-Oeste	53	199	933	13.820	691

1.4. CREDENCIAMENTO E INTEGRAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL AOS SISTEMAS DE ENSINO

Em 2004, o Ministério da Educação iniciou uma ação de cooperação técnica junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS - para discutir a situação da rede de creches e pré-escolas credenciadas pelo Programa de Atenção à Criança – PAC - da Secretaria Nacional de Assistência Social e financiadas com recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS e a sua transferência para o Ministério da Educação, nos termos da legislação vigente.

As discussões avançaram durante o ano de 2005 e em 21 de setembro de 2005, por meio da Portaria nº 3.219, foi oficialmente instituído o Grupo de Trabalho Interministerial - GT, do qual participam MEC, Ministério do Desenvolvimento social e Combate à Fome - MDS e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP com o objetivo de apresentar uma proposta de transição da gestão da rede de instituições acima citada, bem como dos recursos financeiros a ela destinados, no prazo de aproximadamente quatro meses.

Em março de 2006, o GT finalizou um relatório parcial no qual descreveu o trabalho desenvolvido até agora e aponta para a necessidade da continuidade das discussões e dos encaminhamentos previstos. Entretanto, no início do segundo semestre de 2006, antes mesmo de ser aprovada a permanência do Grupo, os três ministérios envolvidos neste GT, por meio de suas secretarias executivas, iniciaram negociações à respeito da definição do

orçamento de 2007 que envolviam decisões sobre a transferência do recurso do MDS para o MEC.

Após algumas discussões e entendimentos firmados entre os dois ministérios por meio das respectivas Secretarias Executivas, o GT retomou suas discussões e propôs alguns encaminhamentos no sentido de estabelecer um plano de transição que define cronograma, ações e estratégias a serem adotadas pelo governo federal, tanto para o ano de 2006, quanto para os anos seguintes, de forma a implementar a referida transição.

Como metodologia de implantação foram efetivadas as seguintes ações:

- Campanha nacional junto aos sistemas de ensino para que Instituições de Educação Infantil que ainda não se cadastraram no Censo Escolar, o façam em 2006.
- Realização de reuniões técnicas específicas com o objetivo de subsidiar a elaboração da proposta, esclarecer informações e dados, consolidar o pareamento, propor e promover ações para a inclusão das instituições não cadastradas no Censo Escolar 2006, e possibilitar análise conjunta dos vários aspectos envolvidos na transferência das ações do MDS para o MEC.
- Realização de visitas e reuniões com responsáveis pela execução das ações relativas ao atendimento em creches e pré-escolas, visando o acompanhamento, *in loco*, de municípios (com características e populações diferentes) que executam a gestão dos recursos da assistência social aplicados na política de educação infantil de formas diversificadas (TO, CE, PR e PA).
- Realização de reunião do GT em Belo Horizonte para análise e discussão das exigências de transferência do convênio para a área da educação, a partir do estudo da experiência desse município.
- Pareamento das instituições de Educação Infantil, cadastradas no MDS com os dados do Censo Escolar 2006.
- Elaboração de plano de transição e documentos com o objetivo de mobilizar a sociedade, além de fortalecer e orientar os sistemas de ensino no processo de transição das instituições de educação infantil da área da assistência social para a educação, bem como na definição de suas políticas para a Educação Infantil.

A articulação para o credenciamento das instituições é feita em dois âmbitos do Governo Federal:

- Por meio do MDS junto aos gestores municipais e estaduais de assistência social;
- Por meio do MEC, juntamente com UNDIME e CONSED, mobilizando gestores municipais e estaduais de educação;
- Contato constante com estados e municípios com vistas ao cadastramento das instituições identificadas no pareamento e que ainda não estão incluídas no Censo Escolar;
- Reuniões técnicas organizadas com a participação de: representantes de redes de atendimento, representantes de gestores públicos das políticas de assistência social e educação (UNDIME, CONGEMAS, FONSEAS, CONSED) e representantes de Conselhos (CNE, CONANDA, CNAS, UNCME e Fórum de Conselhos Estaduais de Educação).

Recursos envolvidos na ação são advindos do Projeto de Cooperação Internacional - UNESCO 914 BRA 1095 - Educação e Aprendizagem.

Foram produzidos e distribuídos os seguintes materiais:

- Plano de Transição das Instituições de Educação infantil aos Sistemas de Ensino em âmbito federal;
- Um encarte de ampla distribuição com informações sobre a Educação infantil, de formato simples e com linguagem clara, voltado não só aos sistemas de ensino, mas também à toda sociedade civil. O objetivo deste encarte é trazer esclarecimentos sobre a Educação Infantil (de quem é a responsabilidade pela área, quais são as exigências mínimas etc);
- Documento abordando temas sobre a E.I. no contexto da LDB, concepção de E.I., a instituição de sistemas; o papel do Conselho Municipal de Educação, a necessidade de autorização de funcionamento para as instituições de E.I, entre outras;
- Documento em forma de perguntas e respostas abordando os temas mais freqüentemente demandados pelos gestores, pelas pessoas, pelas instituições, por entidades que atuam na área, etc.

Como recomendação para o próximo exercício, indicam-se as seguintes ações:

- Realização das ações previstas no plano de transição da gestão do atendimento às crianças de 0 a 6 anos, em creches e pré-escolas, atualmente apoiadas financeiramente pelo Fundo Nacional de Assistência Social, do âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, para o Ministério da Educação, acompanhado do referido recurso e de seus instrumentos legais.
- Produção e distribuição de um terceiro documento abordando o processo de transição da área da Assistência Social para a Área da Educação, com orientações aos sistemas sobre as possibilidades de realização desta transição e o que é necessário ao sistema.

1.5. FAMÍLIA BRASILEIRA FORTALECIDA PELA EDUCAÇÃO INFANTIL (INTEGRADO AO PROINFANTIL)

O Kit *Família Brasileira Fortalecida* foi desenvolvido pelo UNICEF, em parceria com outras 28 instituições. É composto por cinco álbuns seriados que versam sobre a atenção, cuidados e educação de crianças de 0 a 6 anos. Com o intuito de subsidiar os sistemas de ensino a garantir que a ação da educação seja complementar à da família, foi estabelecida uma parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, para a reprodução e distribuição do referido kit. O foco do Programa Família Brasileira Fortalecida pela Educação Infantil é fortalecer a parceria entre a instituição de Educação Infantil e as famílias, nas distintas funções que estas exercem.

Durante o ano de 2006 o programa foi integrado ao PROINFANTIL de forma que todos os tutores e agências formadoras, bem como coordenadores estaduais e instituições de educação infantil que possuem professores cursistas receberam um kit *Família Brasileira Fortalecida*. O conteúdo do material e suas possibilidades de uso passaram a fazer parte dos momentos de formação (de professores formadores e de tutores) do PROINFANTIL.

Foi dada continuidade no processo de acompanhamento e avaliação das ações do programa nos estados do PI, PB, CE e no município de Manaus por meio de relatórios periódicos elaborados por gestores dos estados e municípios participantes do Programa Família Brasileira Fortalecida pela Educação infantil.

Como metodologia utilizada, fez-se parceria entre MEC, UNICEF e secretarias estaduais e municipais de educação. O MEC, em cooperação técnica com o UNICEF, e na perspectiva do regime de colaboração, firmou parceria com os estados do Ceará, da Paraíba, do Piauí e o município de Manaus para a realização de um piloto do Programa Família Brasileira Fortalecida pela Educação Infantil.

Em abril de 2005, foi realizado um encontro, com o objetivo de formar técnicos das secretarias estaduais de educação para trabalhar junto às secretarias municipais de educação e instituições de educação infantil dos municípios no desenvolvimento do programa Família Brasileira Fortalecida pela Educação Infantil. Entre agosto e setembro foram realizados quatro encontros, sendo um em cada estado piloto, com o objetivo de formar técnicos das secretarias municipais de educação, saúde e assistência/ação/desenvolvimento social que estão trabalhando junto às instituições de Educação Infantil dos municípios selecionados nos estados no desenvolvimento do referido programa.

O contato com os gestores estaduais responsáveis pelo programa foi mantido ao longo do ano de 2006 para o envio de relatórios parciais e finais à respeito do andamento do mesmo nos estados. Cada gestor estadual teve também de manter o contato e monitoramento do programa nos municípios participantes referentes ao seu estado. Desta forma, os relatórios municipais são enviados ao estado que realiza uma compatibilização de dados e envia à coordenação geral de educação infantil que também sistematiza os relatórios estaduais para analisar o panorama nacional do programa.

Os municípios participantes do PROINFANTIL receberam ofícios explicando sobre o material tanto para as instituições de educação infantil, quanto para as secretarias municipais de educação e sobre a forma de trabalho junto às ações do referido programa.

O Kit *Família Brasileira Fortalecida* é destinado às instituições de Educação Infantil, tanto para o trabalho dessas junto às famílias quanto para a formação continuada dos professores. É custeado pelo Projeto de Cooperação Técnica Internacional UNESCO 914 BRA 1095 - Educação e Aprendizagem.

Em 2006 foram distribuídos 3.700 kits para os colaboradores e consultores do PROINFANTIL (coordenadores estaduais, professores formadores e tutores) e para cada instituição de educação infantil (municipal ou estadual) que participa do programa.

Segundo a LDB, a finalidade da Educação Infantil é “o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família” (Art. 29). O desenvolvimento integral dos educandos até seis anos de idade requer, portanto, uma ação compartilhada entre família e Estado. Em momento algum esta ação pretende desconsiderar os conhecimentos das famílias e dos professores sobre os cuidados e a educação das crianças. O objetivo é, antes, fortalecer as competências familiares, para que todos os membros da família estejam aptos a atender às necessidades integrais de suas crianças.

As ações do programa estão integradas ao PROINFANTIL e devem permanecer assim para fortalecer o material e os objetivos a que se propõe. Portanto, com a ampliação do PROINFANTIL em 2007, recomenda-se a impressão de novos kits para atender aos novos colaboradores, estados e municípios.

FAMÍLIA BRASILEIRA FORTALECIDA PELA EDUCAÇÃO INFANTIL (integrado ao PROINFANTIL)					
ATENDIMENTOS REALIZADOS					
UF/REGIÃO	MUNICÍPIO	ESCOLAS	PROFISSIONAIS	ALUNOS	SALAS
BRASIL	195	1.675	4.693	74.220	3.711
AM	5	89	184	2.920	146
RO	16	70	331	5.160	258
Norte	21	159	515	8.080	404
AL	14	93	235	3.720	186
BA	27	260	657	10.480	524
CE	56	745	1.759	28.860	1.443
PI	8	131	319	5.100	255
SE	16	88	275	4.160	208
Nordeste	121	1.317	3.245	52.320	2.616
GO	53	199	933	13.820	691
Centro-Oeste	53	199	933	13.820	691

1.6. REVISTA CRIANÇA DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

A Revista Criança é reconhecido instrumento para o desenvolvimento da prática docente e de formação continuada dos profissionais de Educação Infantil e um relevante canal de comunicação com os professores, para a melhoria da qualidade social do ensino. Em 2006 foi distribuída a revista nº 40 e finalizadas as pautas das edições nº 41, 42 e 43.

Em cumprimento à lei eleitoral, as edições nº 41 e 42 foram impressas e distribuídas em novembro e dezembro respectivamente. Ainda em 2006 foi realizado processo de licitação para contratação de empresa para elaboração de diagramação, arte final e revisão ortográfica e gramatical além de empresa para impressão e distribuição das edições nº 43, 44 e 45.

Esta publicação, distribuída gratuitamente às escolas, instituições de Educação Infantil, Conselhos Estaduais e Municipais de Educação, Universidades e professores dos diversos estados brasileiros, muitas vezes é a única forma de acesso a informações atualizadas, sendo um meio de valorização e estímulo para os profissionais que atuam em creches e pré-escolas.

Para sua confecção, foram contratados consultores e jornalistas para a realização de entrevistas, artigos, reportagens e para a elaboração do seu projeto gráfico, edição e revisão.

A distribuição é feita segundo dados do Censo Escolar e de um banco de dados, mantido e atualizado pela Coordenação Geral de Educação Infantil - COEDI, dos professores cadastrados. Para receber a Revista, é necessário que a instituição de educação infantil responda o Censo Escolar e o professor envie seu cadastro ao MEC.

A revista está sendo distribuída para 200 mil professores, diretores e outros profissionais da área pedagógica que atuam na Educação Infantil; profissionais das secretarias

municipais e estaduais de educação, pesquisadores de Educação Infantil e universidades, em cada edição.

Os recursos para custear as despesas de impressão gráfica da Revista Criança números 40, 41 e 42 ocorreram à conta da ação Orçamentária 6351 - Distribuição de periódicos para a Educação Infantil. O total de recurso empenhado em 2005, via Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, para execução da ação de impressão gráfica das referidas Revistas foi de R\$ 767.991,00. Os recursos para custear as despesas de arte final, designer gráfico, tratamento e finalização de imagens e fotografias, para desenvolvimento de editoração gráfica dos números 41 e 42 da Revista Criança ocorreram à conta do Projeto Unesco 914 BRA 1095.

Os recursos para custear as despesas de arte final, designer gráficos, tratamento e finalização de textos e imagens das edições 43, 44 e 45 ocorreram por conta do Projeto UNESCO 914 Projeto 1113 Resultado 1, linha orçamentária: 21:01. Para a impressão gráfica dos mesmos números foi empenhado recurso via Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE da conta orçamentária 6351 num total de R\$ 849.999,00.

Uma educação básica de qualidade é direito de todos os cidadãos e condição para a formação de sujeitos críticos, autônomos e criativos. Para garantir um padrão de qualidade na educação de crianças de zero a seis anos, o MEC tem como meta investir na formação continuada dos professores, que atendem a esta faixa etária, pois estes necessitam estar atualizados e bem preparados para garantir padrões de excelência no trabalho com a Educação Infantil, uma vez que é nesta fase que as experiências exercem maior influência sobre a formação pessoal e intelectual da criança.

Recomendações para o próximo exercício:

- Distribuir 200 mil exemplares da Revista Criança número 43;
- Concluir o cadastramento de novos leitores.
- Selecionar o Editor das próximas revistas;
- Produzir e distribuir as Revistas números 44 e 45, com tiragem de 200 mil exemplares cada.
- Instruir a criação do Conselho Editorial da Revista para o biênio 2007 e 2008.
- Preparar licitação para seleção de empresa para diagramação e arte final dos nº 46, 47 e 48;
- Preparar licitação para seleção de empresa para impressão gráfica e distribuição dos nº 46, 47 e 48.

Revista Criança do Professor de Educação Infantil							
ATENDIMENTOS REALIZADOS							
UF/REGIÃO	MUNICÍPIO	ENTIDADE	VALOR (R\$)	ESCOLAS	PROFISSIONAIS	ALUNOS	SALAS
BRASIL	5.560	14.669	904.999,00	108.078	77.253	783.060	39.153
AC	22	97	3.069,08	268	314	6.280	314
AM	62	309	11.801,72	2.123	179	3.580	179
AP	16	44	2.901,84	413	185	3.700	185
PA	143	419	25.718,80	4.855	416	8.320	416
RO	52	127	3.706,40	409	284	5.680	284
RR	15	42	2.047,56	400	11	220	11
TO	139	357	7.299,80	911	347	6.940	347
Norte	449	1.395	56.545,20	9.379	1.736	34.720	1.736
AL	102	185	11.010,72	1.633	618	12.360	618
BA	417	872	71.384,36	13.572	1.349	26.980	1.349
CE	184	356	44.738,96	8.926	616	12.320	616
MA	217	587	34.279,68	6.640	357	7.140	357
PB	223	327	30.080,60	5.307	1.021	20.420	1.021
PE	185	402	37.398,48	6.661	1.211	24.220	1.211
PI	222	695	20.728,72	3.261	630	12.600	630
RN	167	353	16.172,56	2.252	973	19.460	973
SE	75	212	9.451,32	1.696	183	3.660	183
Nordeste	1.792	3.989	275.245,40	49.948	6.958	139.160	6.958
ES	78	231	11.403,96	1.482	810	16.200	810
MG	853	2.060	69.097,24	7.258	5.969	119.380	5.969
RJ	92	559	40.693,56	6.689	1.755	35.100	1.755
SP	645	2.064	102.522,64	13.206	7.412	148.240	7.412
Sudeste	1.668	4.914	223.717,40	28.635	15.946	318.920	15.946
PR	399	912	36.376,96	4.866	2.270	45.400	2.270
RS	496	1.328	45.362,72	5.961	2.747	54.940	2.747
SC	293	759	32.819,72	4.054	2.448	48.960	2.448
Sul	1.188	2.999	114.559,40	14.881	7.465	149.300	7.465
DF	1	122	189.582,36	698	41.123	60.460	3.023
GO	246	690	20.769,40	2.431	1.474	29.480	1.474
MS	77	238	11.101,12	917	1.301	26.020	1.301
MT	139	322	12.479,72	1.189	1.250	25.000	1.250
Centro-Oeste	463	1.372	233.932,60	5.235	45.148	140.960	7.048

O número de alunos e salas expressos neste quadro foram calculados com base em estimativas.

1.7. PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA NA ESCOLA PARA EDUCAÇÃO INFANTIL – PNBE-EI

A Secretaria de Educação Básica propõe, a partir de 2007, a ampliação do Programa Nacional Biblioteca na Escola - PNBE, que atualmente atende as escolas da rede pública de Ensino Fundamental, para atendimento às escolas de Educação Infantil, com a aquisição de novos acervos bibliográficos específicos para essa etapa de ensino.

O atendimento se dará com acervos bibliográficos para 79 mil pré-escolas e 17 mil creches da rede pública de ensino cadastradas no censo escolar. A execução do PNBE para a educação infantil poderá seguir os mesmos moldes do programa atual, ou seja, partir da elaboração de um edital de convocação específico, fixando o tipo de obra que será adquirida, os procedimentos para a sua inscrição e os critérios de avaliação que serão adotados. A análise e seleção do material precisarão ser realizadas por uma instituição especializada no assunto.

Para viabilizar a implementação será necessária alteração na legislação vigente, uma vez que os recursos do PNBE vêm do salário-educação e não está previsto o atendimento fora do ensino fundamental e, faz-se necessária a ampliação dos recursos aportados no Programa que, atualmente, já são insuficientes frente às demandas do ensino fundamental.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS E PROGRAMAS DO ENSINO FUNDAMENTAL

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS E PROGRAMAS DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.1. AMPLIAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL PARA NOVE ANOS

A ampliação do ensino fundamental para nove anos de duração, com início aos seis anos de idade, já se encontrava prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e foi consolidada como meta da educação nacional pela Lei nº 10.172/2001, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE). Nessa perspectiva, o Ministério da Educação (MEC), cumprindo seu papel institucional de indutor de políticas, vem realizando desde 2003 discussões junto às Secretarias Estaduais e Municipais de Educação com o objetivo de subsidiá-las na implementação do Programa Ampliação do Ensino Fundamental para Nove Anos, pois considera que essa ampliação da duração da escolaridade obrigatória constitui uma política comprometida com a inclusão social e a equidade, na medida em que assegura o acesso das crianças de seis anos de idade à escola, diminuindo a exposição dessas crianças a situações de risco e promovendo a permanência delas na escola; aumenta suas chances de sucesso escolar nos anos seguintes do ensino fundamental; bem como traz relevantes benefícios para a melhoria da qualidade do ensino-aprendizagem.

Com a sanção da Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, que instituiu o ensino fundamental de nove anos de duração, com a inclusão das crianças de 6 anos de idade nesse nível de ensino, estabelecendo um prazo até 2010 para os municípios, estados e Distrito Federal implementarem essa obrigatoriedade, o MEC vem promovendo uma série de ações no sentido de apoiar tecnicamente os sistemas de ensino nesse processo de transição entre uma estrutura de ensino obrigatório de oito anos para uma de nove anos de duração. Isso ocorre por meio da publicação de documentos orientadores aos sistemas de ensino e da realização de debates, encontros, seminários, etc. Ressalte-se que o MEC, por meio desse Programa, também oferece, via Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), apoio financeiro aos estados e municípios para a formação continuada de professores e para aquisição e reprodução de material didático via Plano de Trabalho Anual (PTA).

Para viabilizar a ação, está sendo utilizada a seguinte metodologia:

- Participação dos técnicos da Coordenação em palestras e seminários junto aos sistemas de ensino;
- Realização de reuniões do Grupo de Trabalho (GT) – formado por consultores e representantes das Coordenações vinculadas ao DPE – com o objetivo de discutir a produção dos textos do documento de orientações pedagógicas relativas à ampliação do ensino fundamental para nove anos;
- Elaboração, edição e distribuição do documento Ensino Fundamental de Nove Anos: Orientações para a Inclusão da Criança de Seis Anos de Idade, o qual apresenta, aos sistemas de ensino e às instituições escolares, informações, orientações, reflexões e possibilidades de trabalho que subsidiem a prática

pedagógica nos anos iniciais do ensino fundamental, com especial atenção para as crianças de seis anos de idade;

- Realização, em abril de 2006, em Brasília, do Seminário Alfabetização e Letramento em Debate. Tal evento teve como objetivo a discussão de questões referentes ao ensino e à aprendizagem da língua escrita com o objetivo de promover a melhoria das ações de alfabetização e letramento em nosso país. Contou com a participação de especialistas, pesquisadores, consultores da SEB, representantes de universidades, de organizações não governamentais e de sistemas de ensino estaduais e municipais;
- Elaboração, edição e distribuição do documento Ensino Fundamental de Nove Anos – 3º Relatório do Programa, cujo objetivo é atualizar as informações sobre o programa, bem como responder a dúvidas e a questionamentos dos sistemas de ensino sobre esse processo de ampliação do ensino fundamental para nove anos de duração;
- Reimpressão do documento Ensino Fundamental de Nove Anos – Orientações Gerais;
- Distribuição às escolas com ensino fundamental de nove anos de um kit composto por jogos coletivos; acervo a mais do PNBE com 20 títulos; filmes do Programa Letra Viva, que trata sobre a aquisição da escrita, bem como a série de documentários narrativos Um Mundo de Letras, que trata de temas a respeito da importância da língua portuguesa.
- Participação em reunião do Conselho Nacional de Educação (CNE) a fim de dar início ao processo de revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais, tendo em vista a ampliação do ensino fundamental para nove anos.
- Apresentação do documento Ensino Fundamental de Nove Anos: Orientações para a Inclusão da Criança de Seis Anos de Idade no Seminário Nacional Currículo em Debate, realizado em duas edições – 8 a 10 de novembro e 22 a 24 de novembro de 2006 em Brasília-DF.

A articulação para sua implementação se dá com apoio às Secretarias Municipais e Estaduais de Educação mediante assessoramento técnico e financeiro, objetivando o planejamento e a reestruturação dos sistemas para a implantação do ensino fundamental de nove anos e para informação e análise das experiências desenvolvidas e das possibilidades de implantação.

Ocorre, também, apresentações do programa por integrantes da Coordenação-Geral de Ensino Fundamental/Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental em eventos organizados pela UNDIME, CONSED, UNCME e/ou sistemas de ensino para aprofundamento da discussão.

Estão envolvidas nesta articulação, as seguintes instituições:

- Sistemas Estaduais de Educação;
- Sistemas Municipais de Educação;
- Conselhos Estaduais de Educação;
- Conselhos Municipais de Educação;

- Diretores de escolas;
- Professores do ensino fundamental;
- Coordenadores pedagógicos do ensino fundamental;
- Demais profissionais da área de Educação.
- Os parceiros do MEC na implantação do Programa são:
- Conselho Nacional de Educação (CNE);
- UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Nacional, Regionais e Estaduais;
- CONSED – Conselho Nacional dos Secretários de Educação.

O financiamento das ações necessárias a implementação do programa ocorreu via Projetos UNESCO: 914-BRA/1095, 914-BRA/1113, BRA/03/004 e BRA/05/003:

Foram produzidos e distribuídos os seguintes materiais:

- Ensino Fundamental de Nove Anos: Orientações Gerais – Essa publicação constitui um referencial para as questões pedagógicas e administrativas no que se refere à inclusão das crianças de seis anos de idade no ensino fundamental. O documento apresenta também a fundamentação legal pertinente e temas como organização do tempo e do espaço escolar, trabalho coletivo, formação do professor para atuar com criança de seis anos, enfim, aspectos significativos para a construção de uma escola com qualidade social.
- Relatórios do Programa – elaborados na forma de encartes do documento Ensino Fundamental de Nove anos – Orientações Gerais.
- Relatório I – apresenta as principais ações realizadas pela SEB/Departamento de Políticas Educacionais - DPE/ Coordenação de Ensino Fundamental - COEF em parceria com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação até julho de 2004.
- Relatório II – expõe as principais ações realizadas pela SEB/DPE/COEF em parceria com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação no período de agosto de 2004 até julho de 2005.
- Relatório III – apresenta uma análise dos questionamentos apresentados nos dez *Seminários Regionais: Qualidade Social da Educação*, realizados ao longo de 2005 pela SEB/DPE/COEF. Tratam de aspectos legais, implicações administrativas e pedagógicas, reflexões sobre currículo, e recursos financeiros envolvidos no processo de ampliação do ensino fundamental.
- Ensino Fundamental de Nove Anos: Orientações para a Inclusão da Criança de Seis Anos de Idade – Tal publicação busca fortalecer o processo de debate com professores e gestores sobre a infância na educação básica, tendo como focos o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças de seis anos de idade ingressantes no ensino fundamental de nove anos, mas sem perder de vista a abrangência da infância de seis a dez anos de idade nessa etapa de ensino. Nesse documento são desenvolvidos temas como a infância e sua singularidade; a infância na escola e na

vida: uma relação fundamental; o brincar como um modo de ser e estar no mundo; as diversas expressões e o desenvolvimento da criança na escola; as crianças de seis anos e as áreas do conhecimento; letramento e alfabetização: pensando a prática pedagógica; a organização do trabalho pedagógico: alfabetização e letramento como eixos organizadores; avaliação e aprendizagem na escola: a prática pedagógica como eixo da reflexão e modalidades organizativas do trabalho pedagógico: uma possibilidade.

O Ministério da Educação (MEC), com a sanção da Lei nº 11.274, que instituiu o ensino fundamental de nove anos de duração no Brasil, vem buscando fortalecer o debate sobre a infância na Educação Básica, especialmente com relação à ampliação do ensino fundamental para nove anos, no sentido de buscar e de assegurar que o cumprimento dessa Lei não se configure medida meramente administrativa.

Dessa forma, o MEC, por meio da Secretaria de Educação Básica (SEB), do Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental (DPE) e da Coordenação-Geral do Ensino Fundamental (Coef), cumprindo sua função legal (Art. 211, § 1º da CF) de prestar assistência técnica e financeira aos sistemas de ensino, tem desenvolvido ações no sentido de apoiar-nos nesse processo de transição entre essas duas estruturas de ensino. Tais ações englobam não somente questões administrativas, mas também técnicas, financeiras e pedagógicas como, por exemplo, materiais didáticos, adequação/organização dos espaços físicos, recursos humanos, reelaboração de propostas pedagógicas, discussões sobre currículo, formação de professores, entre outras.

Ressalte-se, também, que a ampliação do ensino fundamental, além de garantir a inserção das crianças de seis de idade nessa etapa da Educação Básica, principalmente daquelas que não estavam sendo atendidas por instituições escolares, vai equiparar o sistema brasileiro ao dos outros países do Mercosul, onde a escolaridade obrigatória é de doze anos.

Como recomendações para o próximo exercício apresenta-se as seguintes indicações:

- Elaboração, junto ao CNE, de recomendações referentes à regulamentação do Ensino Fundamental de Nove Anos, bem como às suas Diretrizes Curriculares Nacionais;
- Realização de encontros com os sistemas de ensino para apresentação e discussão do documento Ensino Fundamental de Nove Anos: Orientações para a Inclusão da Criança de Seis Anos de Idade;
- Realização de fóruns e seminários com os sistemas de ensino para discutir os avanços e as dificuldades encontradas no processo de ampliação;
- Orientação aos sistemas de ensino quanto à assistência financeira do FNDE para a elaboração de planos e projetos educacionais de 2007 referentes à ampliação do Ensino Fundamental a fim de pleitear o recurso orçamentário;
- Articulação do Programa com outros Programas da SEB e demais Secretarias do MEC.

Observação: o MEC/SEB, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), presta assistência financeira a projetos das Secretarias de Educação no âmbito Programa Ampliação do Ensino Fundamental para Nove Anos via Plano de Trabalho Anual. Tais recursos são utilizados em ações de formação continuada de professores e aquisição/ reprodução

de material didático específico para alunos com 6 (seis) anos de idade matriculados no ensino fundamental de 9 (nove) anos. Portanto, o Quadro Demonstrativo Físico-Financeiro do Programa deve ser apresentado pela Coordenação-Geral de Monitorização de Planos, Programas e Projetos Educacionais do Departamento de Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino, pois essa Coordenação procede à análise de mérito técnico-pedagógico-financeiro para emissão de parecer e os aprovados são reenviados os FNDE para empenho, convênio e pagamento.

2.1.1. CRIAÇÃO DO CICLO DE ALFABETIZAÇÃO PARA CRIANÇAS DE 6 A 8 ANOS

Com a ampliação do ensino fundamental para nove anos de duração, consideramos um momento relevante para assegurarmos que os anos iniciais do Ensino Fundamental sejam organizados de maneira mais coerente, com os tempos de desenvolvimento-aprendizagem da infância. Assegurando que as crianças, por exemplo, de 06 a 08 anos de idade não sofram rupturas e impactos negativos no seu processo de escolarização.

Assim, nos parece adequado que pelas características e a natureza dessa infância sejam previstas estratégias possibilitadoras de maior flexibilização dos tempos escolares, com menos cortes e descontinuidades, organizando assim um ciclo de 3 anos de duração que, de fato, contribua para o desenvolvimento da criança, possibilitando-lhe, efetivamente, uma ampliação qualitativa do seu tempo na escola.

2.2. CURRÍCULO

Esse programa visa promover, em âmbito nacional, um processo de discussão nas escolas e Secretarias de Educação sobre a concepção de currículo e seus desdobramentos. Pretende-se, então, provocar, junto aos sistemas de ensino, um debate com a finalidade de que professores, gestores e demais profissionais da área educacional façam reflexões sobre concepção de currículo, relacionando-as à sua prática. Nessa perspectiva, objetiva-se subsidiar a análise das propostas pedagógicas dos sistemas de ensino e dos projetos pedagógicos das unidades escolares.

Como metodologia para sua implementação, foram realizadas as seguintes atividades:

- Realização de reuniões do Grupo de Trabalho (GT) – formado por consultores e representantes das Coordenações vinculadas ao DPE – com o objetivo de discutir a produção dos textos do documento sobre concepção de currículo;
- Elaboração do documento Indagações sobre Currículo cujos textos priorizam os seguintes eixos organizadores do currículo: Currículo e Desenvolvimento Humano; Os Educandos, seus Direitos e o Currículo; Currículo, Conhecimento e Cultura; Currículo e Avaliação;
- Realização de reunião em Brasília, nos dias 29 de 30 de junho de 2006, com representantes de entidades, universidades e sistemas de ensino, para discussão

sobre a questão curricular, visando construir subsídios para a realização do Seminário Nacional.

- Realização do Seminário Nacional Currículo em Debate em duas edições – 8 a 10 de novembro e 22 a 24 de novembro de 2006 em Brasília –, com a participação de Secretários de Educação de estados e municípios e representantes de entidades de caráter nacional. Por meio desse Seminário, foram realizadas discussões acerca de concepções de currículo e seus desdobramentos a partir do documento em versão preliminar *Indagações sobre Currículo*, bem como debates sobre a revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica.

Encontram-se envolvidos neste programa gestores das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, professores, diretores de escolas, coordenadores pedagógicos, orientadores e demais profissionais da educação.

O financiamento das ações necessárias para implementação do programa ocorreu via Projetos UNESCO: 914-BRA/1095, 914-BRA/1113, BRA/03/004 e BRA/05/003:

Foi produzido o documento *Indagações sobre Currículo* – Essa publicação objetiva deflagrar, em âmbito nacional, um processo de debate, nas escolas e nos sistemas de ensino, sobre a concepção de currículo e seu processo de elaboração. Os textos que compõem esse documento apresentam indagações para serem respondidas pelos coletivos de professores dos sistemas e das escolas, uma vez que a proposta para a discussão sobre concepção curricular passa pela necessidade de constituir a escola como espaço e ambiente educativos que ampliem a aprendizagem, reafirmando-a como espaço do conhecimento, do convívio e da sensibilidade, condições imprescindíveis para a constituição da cidadania.

O MEC, levando em consideração que o processo educativo é complexo e fortemente marcado pelas variáveis pedagógicas e sociais, entende que ele não pode ser analisado fora da interação dialógica entre escola e vida, considerando o desenvolvimento humano, o conhecimento e a cultura. Partindo dessa reflexão, esse Programa visa promover entre gestores, professores e demais profissionais da educação um debate sobre os eixos organizadores de currículos.

Assim, a proposta para a discussão sobre concepção curricular passa pela necessidade de constituir a escola como espaços e ambientes educativos que possibilitem aprendizagem, reafirmando a escola como espaço do conhecimento, do convívio e da sensibilidade, condições imprescindíveis para a constituição da cidadania. Para isso, o MEC, por meio desse Programa, propõe uma reflexão sobre “o que”, “por que” e “como” ensinar e aprender, reconhecendo os interesses e as diferenças sociais, a história cultural e pedagógica pelas quais passam as escolas.

Recomenda-se para o próximo exercício, a realização das seguintes atividades:

- Elaboração, com base nas sugestões e contribuições dos participantes do Seminário Nacional Currículo em Debate, da versão final do documento *Indagações sobre Currículo*;
- Edição e distribuição da versão final do documento *Indagações sobre Currículo*;
- Organização e realização de encontros com os representantes das Secretarias de Educação para desencadear um processo de discussão sobre concepção de currículo e seus desdobramentos.

2.3. CORREÇÃO DE FLUXO - REGULARIZAÇÃO DA DEFASAGEM IDADE/SÉRIE

Este projeto vem sendo desenvolvido pela articulação de políticas e programas de melhoria da qualidade da educação básica junto aos sistemas de ensino com o objetivo de desenvolver a cultura do sucesso escolar.

Como metodologia de implementação vem sendo realizado estudo das possibilidades de correção da defasagem idade/série na perspectiva de formular propostas visando ao combate do fracasso escolar por meio de:

- Discussão e reflexão em todos os sistemas de ensino e unidades escolares sobre a concepção curricular;
- Incorporação dessa temática nas discussões sobre concepção de currículo;
- Inclusão dessa discussão nos programas de formação continuada e inicial do MEC, tendo em vista a melhoria da qualidade do ensino e superar o fracasso escolar;
- Ampliação do Pró-Letramento;
- Desenvolvimento de política de livro, leitura e de formação de leitores;
- Disponibilização de recursos por meio dos PTA's;
- Reorganização do ensino fundamental para nove anos possibilitando um tempo mais longo de convívio escolar, assegurando oportunidades de aprender e, com isso, uma aprendizagem mais ampla;
- Realização de reuniões com a assessoria técnica e demais coordenações da SEB para o aprofundamento e planejamento das ações de implementação do Programa.

O MEC/SEB, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), presta assistência financeira a projetos das Secretarias de Educação no âmbito Programa de Correção de Fluxo Escolar – Aceleração da Aprendizagem. Os recursos financeiros são destinados à formação de professores e à confecção de material didático e sua liberação está condicionada aos índices de defasagem na rede pública do estado ou do município, conforme regras fixadas pelo Manual de Assistência Financeira/FNDE.

Em 2006, foram realizadas atualização estatística junto ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP e acompanhamento e monitoramento da gestão pedagógica junto aos sistemas de ensino na implementação dos PTA.

2.4. PRÓ-LICENCIATURA – PROGRAMA DE FORMAÇÃO INICIAL PARA PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB – Lei nº 9.394/1996 – estabelece que os profissionais que atuam na segunda etapa do Ensino Fundamental, bem como no Ensino Médio, possuam formação em nível superior, em cursos de licenciatura. O Pró-Licenciatura, dirigido aos Professores em exercício no segundo segmento do Ensino Fundamental e no Ensino Médio que não possuem licenciatura em sua área de atuação - tem por objetivo a qualidade do ensino na Educação Básica e é realizado pela Secretaria de Educação Básica - SEB em parceria com a Secretaria de Educação a Distância - SEED. A valorização da escola, do magistério e o investimento no trabalho docente são fatores fundamentais e urgentes para a reestruturação do sistema educacional brasileiro. O Programa tem como alicerce os seguintes eixos:

- Formação consistente e contextualizada do educador nos conteúdos de sua área de atuação;
- Formação teórica, sólida e consistente nos princípios políticos e éticos da Educação Nacional pertinentes à profissão docente;
- Compreensão do educador como sujeito capaz de propor e efetivar as transformações político-pedagógicas que se impõem à escola;
- Compreensão da escola como espaço social, sensível à história e à cultura locais;
- Ação afirmativa de inclusão digital, viabilizando a apropriação pelos educadores das tecnologias de comunicação e informação e seus códigos;
- Estímulo à construção de redes de educadores para intercâmbio de experiências, comunicação e produção coletiva de conhecimento.

Os cursos propostos abrangem as disciplinas da Base Nacional Comum: Língua Portuguesa, Língua Estrangeira (Espanhol e Inglês), Arte, Educação Física, Geografia, História, Matemática, Ciências, Física, Química e Biologia.

Como metodologia utilizada, foram realizadas as seguintes atividades:

- Estabelecimento de parceria entre a SEB e a SEED para operacionalização do Programa junto a Instituições de Ensino Superior – IES públicas, comunitárias ou confessionais;
- Publicação de Edital para manifestação de interesse por parte das IES e reunião para apresentação do Programa às IESs que participaram da manifestação pública;
- Elaboração (SEB/SEED) e lançamento da Resolução do Fundo Nacional de Desenvolvimento CD/FNDE nº 34/2005 que estabeleceu critérios de participação para IES;
- Constituição de Comissões de Seleção para a habilitação das propostas apresentadas pelas IES, bem como para a análise dos Projetos apresentados;

- Elaboração de pareceres da Comissão de Seleção para adequação dos Projetos apresentados, sendo novamente analisados pelos pareceristas;
- Publicação do resultado da seleção de propostas de Projetos;
- Análise financeira dos Projetos aprovados pedagogicamente das IES Estaduais e Municipais;
- Articulação e orientações às IES para a elaboração do Plano de Trabalho Anual - PTA por Instituição;
- Habilitação das IES Estaduais e Municipais junto ao FNDE;
- Análise e elaboração de parecer dos PTAs das IES Estaduais e Municipais pelas equipes técnicas da SEB e SEED;
- Formalização do Convênio com a PUC-Rio para o Curso de História , com oferta de 1000 vagas para os Estados do: Maranhão (200 vagas), Sergipe (200 vagas), Ceará (350 vagas) e Bahia (350 vagas);
- Repasse dos Recursos a PUC-Rio pelo FNDE;
- Análise dos PTAs das IESs Federais e comunitárias ou confessionais e elaboração do parecer pelas equipes técnicas da SEB e SEED, com base na ordem de classificação de cada curso de acordo com a Portaria SEB/SEED nº 7/2006;
- Empenho e formalização das descentralizações pelo FNDE dos processos dos PTAs analisados e aprovados pela SEB e SEED;
- Repasse dos Recursos às IES Federais pelo FNDE, referendadas no anexo I;
- Início do processo seletivo do curso História da PUC-Rio nos Estados do Maranhão, Sergipe, Ceará e Bahia;
- Elaboração de proposta de monitoramento e avaliação do Programa em parceria com a SEED;
- Início dos cursos para o ano de 2006, atendendo cerca de 10 mil alunos em 22 Unidades da Federação (UF), conforme quadro anexo-I.

O Programa é realizado em parceria com estados e municípios. Cabe aos estados e municípios o levantamento dos professores que estão aptos a participar do programa e o acompanhamento de sua execução. São contemplados professores das séries/anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio em exercício nas redes públicas de ensino que não possuem a habilitação exigida por Lei.

As Instituições de Ensino Superior (IES) são parceiras estratégicas no desenvolvimento do Programa, pois a elas cabe a formação inicial desses profissionais. Além disso, essas instituições poderão dar contribuição inestimável aos processos de formação continuada que venham a ser criados para complementarem a ação central do Programa. A parceria entre as universidades e o sistema público de ensino tem grande potencial de transformação sócio-educativa, contribuindo, inclusive, para que as IES avaliem e aprimorem constantemente seus cursos de licenciatura, a partir das demandas concretas da Educação Básica. Foram selecionados 57 projetos de cursos, envolvendo 58 IES agrupadas em 23 parcerias.

Demonstrativo de Projetos Educacionais do PRÓ-LICENCIATURA

Estado	Curso	Professores e Cursistas	Instituição	Vr. Projeto	Vr. Bolsa	Financiamento / Prof. Cursista
Brasil		8.102				R\$ 20.829.921,34
AM	Ciências Biológicas	250	Universidade Federal do Amazonas – UFAM	R\$ 296.917,82	R\$ 81.600,00	R\$ 378.517,82
PA	Química	200	Universidade Federal do Pará – UFPA	R\$ 508.236,83	R\$ 44.400,00	R\$ 552.636,83
PA	Ciências Biológicas	150	Universidade Federal do Pará – UFPA	R\$ 105.379,10	R\$ 62.600,00	R\$ 167.979,10
RO	Ciências Biológicas	200	Universidade Federal de Rondônia – UNIR	R\$ 390.745,68	R\$ 75.600,00	R\$ 466.345,68
RO	Artes - Teatro	50	Universidade Federal de Rondônia – UNIR	R\$ 70.870,00	R\$ 18.000,00	R\$ 88.870,00
RO	Artes - Artes Visuais	50	Universidade Federal de Rondônia – UNIR	R\$ 103.700,00	R\$ 22.500,00	R\$ 126.200,00
TO	Ciências Biológicas	200	Universidade Federal do Tocantins – UFT	R\$ 88.420,30	R\$ 75.600,00	R\$ 164.020,30
Norte		1.100			R\$ 380.300,00	R\$ 1.566.051,91
BA	História	350	Faculdades Católicas - PUC-Rio; Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ			R\$ 404.299,00
BA	Ciências Biológicas	200	Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC	R\$ 220.321,70	R\$ 67.600,00	R\$ 287.921,70
CE	História	300	Faculdades Católicas - PUC-Rio; Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ			R\$ 346.542,00
MA	História	250	Faculdades Católicas - PUC-Rio; Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ			R\$ 288.785,00
MA	Matemática	400	Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC	R\$ 327.759,50	R\$ 160.000,00	R\$ 487.759,50
MA	Artes - Artes Visuais	75	Universidade Federal do Maranhão – UFMA	R\$ 216.700,00	R\$ 37.500,00	R\$ 254.200,00
MA	Artes - Teatro	76	Universidade Federal do Maranhão – UFMA	R\$ 132.710,00	R\$ 27.000,00	R\$ 159.710,00
PB	Geografia	180	Universidade Estadual da Paraíba – UEPB	R\$ 264.160,00	R\$ 100.800,00	R\$ 364.960,00
PB	Física	50	Universidade Estadual da Paraíba – UEPB	R\$ 27.591,30	R\$ 7.200,00	R\$ 34.791,30
PB	Química	50	Universidade Estadual da Paraíba – UEPB	R\$ 27.591,30	R\$ 7.200,00	R\$ 34.791,30
PB	Matemática	50	Universidade Estadual da Paraíba – UEPB	R\$ 27.591,30	R\$ 7.200,00	R\$ 34.791,30
RN	Física	150	Universidade Federal do Rio Grande do Norte –UFRN	R\$ 135.892,50	R\$ 90.000,00	R\$ 225.892,50

Estado	Curso	Professores Cursistas	Instituição	Vr. Projeto	Vr.Bolsa	Financiamento / Prof. Cursista
RN	Química	150	Universidade Federal do Rio Grande do Norte –UFRN	R\$ 135.892,50	R\$ 84.000,00	R\$ 219.892,50
RN	Matemática	150	Universidade Federal do Rio Grande do Norte –UFRN	R\$ 135.892,50	R\$ 84.000,00	R\$ 219.892,50
RN	Geografia	420	Universidade Federal do Rio Grande do Norte –UFRN	R\$ 312.507,50	R\$ 178.800,00	R\$ 491.307,50
SE	História	100	Faculdades Católicas - PUC-Rio; Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ		R\$ 783.700,00	R\$ 115.514,00
Nordeste		2.951			R\$ 1.635.000,00	R\$ 3.971.050,10
GO	Ciências Biológicas	150	Universidade de Brasília – UnB	R\$ 109.450,00	R\$ 57.600,00	R\$ 167.050,00
GO	Artes - Artes Visuais	126	Universidade de Brasília – UnB	R\$ 991.417,00	R\$ 108.500,00	R\$ 1.099.917,00
GO	Ciências Biológicas	250	Universidade Federal de Goiás - UFG	R\$ 845.875,74	R\$ 108.400,00	R\$ 954.275,74
GO	Física	300	Universidade Federal de Goiás - UFG	R\$ 1.278.009,56	R\$ 110.800,00	R\$ 1.388.809,56
GO	Artes - Artes Visuais	240	Universidade Federal de Goiás - UFG	R\$ 386.200,00	R\$ 76.500,00	R\$ 462.700,00
GO	Artes - Teatro	240	Universidade Federal de Goiás - UFG	R\$ 194.550,00	R\$ 48.000,00	R\$ 242.550,00
MS	Ciências Biológicas	200	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS	R\$ 292.463,51	R\$ 83.400,00	R\$ 375.863,51
Centro-Oeste		1.506			R\$ 593.200,00	R\$ 4.691.165,81
PR	Geografia	300	Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG	R\$ 485.669,67	R\$ 132.300,00	R\$ 617.969,67
SC	Geografia	300	Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG	R\$ 485.669,67	R\$ 132.300,00	R\$ 617.969,67
PR	História	300	Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG	R\$ 939.285,33	R\$ 545.196,33	R\$ 1.484.481,66
PR	Letras - Língua Portuguesa e Espanhola	300	Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG	R\$ 811.605,33	R\$ 195.000,00	R\$ 1.006.605,33
RS	Matemática	450	Universidade Federal de Pelotas - UFPEL	R\$ 431.787,00	R\$ 32.400,00	R\$ 464.187,00
Sul		1.650			R\$ 1.037.196,33	R\$ 4.191.213,32
MG	Artes - Artes Visuais	245	Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes	R\$ 389.900,00	R\$ 56.000,00	R\$ 445.900,00
MG	Química	150	Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF	R\$ 362.758,88	R\$ 16.800,00	R\$ 379.558,88
MG	Química	250	Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG	R\$ 711.611,00	R\$ 44.000,00	R\$ 755.611,00

Estado	Curso	Professores Cursistas	Instituição	Vr. Projeto	Vr. Bolsa	Financiamento / Prof. Cursista
MG	Ciências Biológicas	250	Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG	R\$ 526.557,00	R\$ 111.600,00	R\$ 638.157,00
Sudeste		895			R\$ 228.400,00	6.410.440

2.5. PUBLICAÇÃO “PRÊMIO PROFESSORES DO BRASIL 2005 – EXPERIÊNCIAS PREMIADAS”

A Publicação intitulada “Prêmio Professores do Brasil 2005 – Experiências Premiadas”, trata-se da reunião de versões resumidas das experiências contempladas com a primeira versão do *Prêmio Professores do Brasil*, instituído pelo MEC, em parceria com a Fundação ORSA, a Fundação BUNGE e incluindo, também, a colaboração do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e a União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME).

O Prêmio é fruto da unificação dos antigos Prêmios “Incentivo à Educação Fundamental” e “Qualidade na Educação Infantil”, em parceria com as mencionadas Fundações. A Fundação ORSA é responsável pela premiação em dinheiro aos dez professores da Educação Infantil e a Fundação BUNGE responsabiliza-se pela premiação em dinheiro aos dez professores das séries/anos iniciais (1ª a 4ª série/1º ao 5º ano) do Ensino Fundamental, sendo, ao todo, vinte professores premiados.

Os relatos condensados das vinte práticas bem sucedidas em sala de aula, acompanhados de fotografias e produções dos alunos compõem a publicação.

Par realização do prêmio utilizou-se a seguinte metodologia:

- Criação de roteiro para elaboração das versões resumidas das experiências realizadas pelos professores contendo as seguintes especificações: dados de identificação; contextualização; justificativa; embasamento teórico; desenvolvimento das ações; avaliação; conclusões e impressões pessoais.
- Edição do material pela equipe técnica da Coordenação Geral de Educação Infantil (COEDI) e da Coordenação Geral de Ensino Fundamental (COEF), vinculadas ao Departamento de Políticas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental (DPE), elaboração do Projeto Gráfico e impressão do material.
- Elaboração de Plano de Distribuição da tiragem de 20.000 exemplares, cuja impressão será concluída no segundo semestre de 2006 e posterior remessa aos sistemas de ensino, profissionais e entidades.

Tendo em vista sua socialização, a publicação é encaminhada às Secretarias de Educação, estaduais e municipais, aos Conselhos de Educação, estaduais e municipais, a entidades da sociedade civil, a organismos internacionais, universidades, professores da educação infantil, do ensino fundamental e especialistas da área educacional.

Os Recursos do Projeto Apoio ao Desenvolvimento de Políticas de Educação Básica – Acordo Governo Brasileiro/UNESCO – SEB (914 – BRA/1113) custearam a ação.

A publicação apresenta, a partir do relato de cada professor, soluções e práticas pedagógicas inovadoras, evidenciando-se o esforço do registro das experiências desenvolvidas em sala de aula. Destaca a superação, em muitos casos, de dificuldades objetivas, tais como escolas precárias e insuficiência de materiais didáticos.

O MEC, em reconhecimento aos docentes brasileiros, espera que a publicação venha contribuir para qualificá-los cada vez mais. Oferece, desse modo, aos sistemas de ensino e demais educadores, mais um instrumento para a formação continuada, incentivando o intercâmbio de idéias, o crescimento intelectual e a maior percepção da diversidade regional, cultural e educacional do Brasil.

Prevê-se, em 2007, o início dos trabalhos de edição das experiências premiadas com o “Prêmio Professores do Brasil – 2ª Edição” a ocorrer no período de fevereiro a outubro desse mesmo ano.

2.6. PRÊMIO PROFESSORES DO BRASIL – 2ª EDIÇÃO

Criar um incentivo para o professor comprometido com a promoção da aprendizagem, o cuidado de crianças e, ao mesmo tempo, portador ou receptivo ao conhecimento das diversas dimensões que as constituem – físicas, cognitivas, lingüísticas, emocionais, sociais e afetivas – significa legitimar e valorizar o trabalho desse professor.

Nessa perspectiva, o Ministério da Educação reafirma a relevância e dá continuidade às parcerias distintas estabelecidas tanto com a Fundação ORSA, quanto com a Fundação BUNGE, incluindo também a colaboração do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) para a viabilização do Prêmio Professores do Brasil.

Já em sua Segunda Edição, a iniciativa reconhece o mérito de professores e professoras da Educação Infantil e dos anos/séries iniciais do Ensino Fundamental das redes públicas que vêm desenvolvendo experiências pedagógicas inovadoras e bem sucedidas. São premiados 20 (vinte) professores, sendo 10 (dez) na etapa da Educação Infantil e 10 (dez) na etapa inicial do Ensino Fundamental.

A metodologia utilizada para implementação de suas atividades foi a seguinte:

- Constituição da Comissão Organizadora Nacional responsável pela elaboração do Regulamento, pelo apoio e subsidio a todo o processo de viabilização do evento no âmbito das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação – divulgação, inscrição, avaliação e seleção – pelas orientações aos Coordenadores Estaduais e pelo atendimento às solicitações de informação do público interessado;
- Elaboração, produção e distribuição do material de divulgação – folders e cartazes – para todas as instituições de Educação Infantil e da etapa inicial do Ensino

Fundamental, para todos os parceiros, Coordenadores Estaduais, Secretarias de Educação e demais entidades;

- Tendo em vista atender às necessidades de sua operacionalização em ano eleitoral como o ano de 2006, bem como diante do propósito de assegurar a qualidade e evitar quaisquer discontinuidades ou prejuízos para a ação, o Prêmio, no momento, seguirá a ordem seqüencial de suas edições e não corresponderá, exclusivamente, ao ano civil;
- Assim sendo, o Prêmio Professores do Brasil – 2ª Edição terá como referência os anos de 2006 e 2007 e seu lançamento oficial ocorreu no Seminário Nacional “Currículo em Debate”, realizado pela SEB/MEC em dois momentos, nos dias 08, 09 e 10 e 22, 23 e 24 de novembro/2006;
- Elaboração, produção, impressão e distribuição da publicação “Prêmio Professores do Brasil 2005 – Experiências Premiadas”, veiculada, também, no site do MEC, das Fundações e entidades parceiras;
- Constituição das Comissões Julgadoras Estaduais - responsáveis pela primeira etapa da seleção dos relatos escritos dos professores sobre sua prática pedagógica - e da Comissão Julgadora Nacional, responsável pela avaliação final e pela indicação dos vinte professores premiados;
- Realização da Cerimônia de Premiação e do Segundo Seminário Professores do Brasil com o objetivo de divulgar, debater e refletir sobre a importância dos registros sistemáticos de experiências desenvolvidas nas várias regiões do País para o fortalecimento da prática pedagógica de qualidade.

Sua articulação é realizada mediante o encaminhamento de correspondência pela SEB/MEC às Secretarias Estaduais de Educação - com incentivo do CONSED - e às Representações Estaduais da UNDIME - e com o apoio desta entidade - é indicada a dupla de Coordenadores Estaduais responsável pela viabilização do evento em cada Unidade da Federação, bem como pela divulgação, pelo recebimento das inscrições e pela constituição das Comissões Julgadoras Estaduais as quais compete selecionar, em âmbito estadual, os 06 melhores trabalhos, sendo 03 (três) na etapa da Educação Infantil e 03 (três) na etapa correspondente às séries/anos iniciais (1ª a 4ª série/1º ao 5º ano) do Ensino Fundamental e encaminhá-los ao MEC.

As Secretarias de Educação são parceiros indispensáveis para o êxito do evento, tendo em vista o papel relevante que desempenham na divulgação para todos os professores do País.

O material de divulgação – composto de *folders*, no qual se inclui o Regulamento do Prêmio e cartazes – é distribuído a todas as escolas e instituições de Educação Infantil e de Ensino Fundamental, às Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, às Representações Estaduais e à Representação Nacional da UNDIME, às Fundações parceiras e demais entidades da área educacional.

A ação é custeada com recursos do Projeto: Apoio ao Desenvolvimento de Políticas de Educação Básica – Acordo Governo Brasileiro UNESCO – SEB (BRA/1113 e BRA/03/004) para a publicação “*Prêmio Professores do Brasil 2005 – Experiências Premiadas*” e recursos da Assessoria de Comunicação do MEC (ACS/MEC) para a confecção do material de divulgação do evento.

Estão sendo confeccionados 405.000 cartazes e 374.201 folders para divulgação. A Publicação “*Prêmio Professores do Brasil 2005 – Experiências Premiadas*”, para os profissionais das redes de ensino, em tiragem de 20.000 exemplares, com o objetivo de socializar experiências exitosas desenvolvidas por professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

Sendo fruto da unificação dos antigos Prêmios “Incentivo à Educação Fundamental”, instituído pelo MEC em parceria com a Fundação BUNGE e do “Qualidade na Educação Infantil”, instituído pelo MEC em parceria com a Fundação ORSA, o Prêmio Professores do Brasil, na realidade, é uma importante ação que vem ocorrendo, há vários anos, com sucesso.

Tendo em vista atender às necessidades de sua operacionalização em um período atípico como o ano de 2006, no qual foram enfrentadas dificuldades impostas pela legislação eleitoral, bem como diante do propósito de todos os parceiros – Fundação BUNGE, Fundação ORSA, Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) – em assegurar a qualidade e evitar quaisquer discontinuidades ou prejuízos para a ação, o Prêmio Professores do Brasil, no momento, terá sua denominação segundo a ordem seqüencial de suas edições e não corresponderá, exclusivamente, ao ano civil.

Nessa perspectiva, esta segunda edição do evento terá como referência os anos de 2006 e 2007 e seu lançamento oficial aconteceu no dia 23 de novembro quando a Secretaria de Educação Básica realizou o segundo momento do “Seminário Nacional Currículo em Debate”, com a participação de dirigentes e educadores de todos os sistemas de ensino do País.

Assim, encontra-se em anexo o Cronograma de Atividades no qual podem ser visualizadas todas as atividades do evento.

CRONOGRAMA DAS AÇÕES DO SEGUNDO PRÊMIO PROFESSORES DO BRASIL

<i>Atividade</i>	<i>Período</i>
Lançamento do Segundo Prêmio Professores do Brasil	08 e 22/11/2006 (durante os Seminários do MEC/SEB/DPE)
Divulgação nacional e estadual	A partir de novembro de 2006
Definição dos Coordenadores Estaduais pela Undime/Representações Estaduais e Consed/Secretarias Estaduais de Educação, por meio de encaminhamento de ofícios pelo MEC	Até 10/02/2007
Reunião Técnica, em Brasília, com os Coordenadores Estaduais	26 ou 28/02/2007
Inscrições	De 01/03 até 30/06/2007
Secretarias Municipais de Educação devem enviar os trabalhos recebidos à Secretaria Executiva da Undime em seu respectivo Estado	30 a 06/07/2007
Constituição das <i>Comissões Julgadoras Estaduais</i>	15/06/2007
Julgamento dos trabalhos pelas <i>Comissões Julgadoras Estaduais</i>	Até 10/08/2007
Constituição da <i>Comissão Julgadora Nacional</i>	15/06/2007
Encaminhamento ao MEC dos trabalhos selecionados nos estados	10 a 17/08/2007
Entrega dos Relatórios pelas duplas de Coordenadores Estaduais	Até 17/08/2007
Julgamento dos trabalhos pela <i>Comissão Julgadora Nacional</i>	De 10 a 14/09/2007
Eleição da dupla de <i>Coordenador Estadual Destaque</i> pela <i>Comissão Organizadora Nacional</i>	14/09/2007, à tarde, ou a definir junto aos parceiros e Comissão Organizadora Nacional.
Reunião da <i>Comissão Organizadora Nacional</i>	14/09/2007, à tarde, ou a definir junto aos

<i>Atividade</i>	<i>Período</i>
	parceiros e Comissão Organizadora Nacional.
Divulgação dos resultados	17/09/2007
II Seminário Professores do Brasil	16/10/2007
Solenidade de Premiação	15/10/2007

2.7. PROJETO XADREZ NAS ESCOLAS

O projeto é uma parceria entre Ministério da Educação, Ministério dos Esportes, vinte e quatro Secretarias Estaduais de Educação e uma Secretaria Municipal de Educação, cujo objetivo é a inclusão do ensino de xadrez em escolas públicas, para alunos de 5ª a 8ª série. Depois de uma exitosa experiência piloto em cinco capitais a experiência foi estendida a 25 Estados da Federação.

A metodologia para sua implementação foi a seguinte:

- Reuniões com as Secretarias Estaduais de Educação e Esporte e Secretaria Municipal de Educação e Esporte para apresentação do projeto e estabelecimento de parcerias, incluindo ainda as Secretarias Estaduais de Esporte (quando estas existem);
- Formação dos professores voluntários que, depois desenvolvem o projeto com os alunos da escola;
- Monitoramento e avaliação do projeto por meio de visitas técnicas de representantes do Ministério do Esporte e do Ministério da Educação.

A articulação aconteceu pela manifestação formal de interesse da Secretaria em estabelecer a parceria, por meio de ofício, por parte dos Estados e Municípios em aderirem ao projeto. Foi assinado Acordo de Cooperação Técnica entre os partícipes.

Não há repasse de recursos financeiros de qualquer dos participantes, cada um se compromete a executar uma parte do projeto, sendo que a responsabilidade do MEC é a distribuição de materiais; a do Ministério do Esporte é a formação de professores e a coordenação técnica do projeto por meio de parceria com a Secretaria de Educação do Estado do Paraná e a compromisso das Secretarias Estaduais é o de executar o projeto de acordo com a orientação dos Ministérios e a busca de parceria com as Secretarias de Esporte, quando houver.

Entre 2005 e 2006, vinte e cinco Secretarias de Educação e de Esporte aderiram ao projeto. Os Acordos de Cooperação Técnica dos Estados de RO, RR, TO, AL, BA, CE, MA, PB, PE, PI, RN, SE, ES, MG, RJ, PR, RS, SC, GO, MS, MT e do Município de Rio Branco já foram publicados no Diário Oficial da União. Estão sendo contemplados professores e alunos de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental das escolas públicas das capitais brasileiras.

Os Acordos de Cooperação Técnica dos Estados do AM e PR encontram-se devidamente assinados por todos os partícipes. Entretanto, devido atraso no envio dos referidos Acordos por parte dos Estados ainda não foram publicados no DOU junto com os demais. A publicação desses restantes está em andamento.

Os Estados do AP e PA, embora tenham manifestado interesse, por meio de ofício, em aderir ao Projeto ainda não enviaram até o momento a este Ministério as vias do Acordo assinadas pelos (as) secretários (as).

Foram produzidos e distribuídos materiais de divulgação e Kits de materiais educativos para distribuição contendo: livro inicial de xadrez, mural para uso dos professores, tabuleiros e peças para uso dos alunos.

PROJETO XADREZ NAS ESCOLAS

ATENDIMENTOS REALIZADOS					
UF/REGIÃO	ENTIDADE	VALOR	ESCOLAS	PROFISSIONAIS	ALUNOS
<i>Norte</i>					
AC	Sec. Municipal de Educação de Rio Branco	9.666,50	*	**	***
AM	Sec. Est. de Ed. e Qualidade do Ensino	11.599,80	50	55	4.000
AP	Sec. Est. de Educ. e Depart. Est. do Desp. e do Lazer	11.599,80	53	48	2040
PA	Sec. Est. de Ed. e Sec. de Esportes	11.599,80	35	40	9.275
RO	Sec. Est. de Educação	9.666,50	27	27	1.714
RR	Sec. de Educ. Cultura e Desporto	11.599,80	50	50	20.000
TO	Sec. de Ed. e Cultura do Estado	9.666,50	44	44	2.200
<i>Nordeste</i>					
AL	Sec. Exec. de Ed. e Sec. Exec. de Esporte e Lazer	9.666,50	*	**	***
BA	Sec. Est. de Educação	11.599,80	60	62	3.246
CE	Sec. Est. de Educação e Sec. do Esp. e Juventude	11.599,80	50	65	30.000
MA	Sec. Est. de Educação e Sec. Est. do Esporte	9.666,50	*	**	***
PB	Sec. Est. de Ed. e Cultura	11.599,80	*	**	1.250
PE	Sec. Est. de Educação	11.599,80	48	48	1.900
PI	Sec. de Ed. e Cultura do Estado	11.599,80	100	100	8.200
RN	Sec. de Ed. Cultura e Desp. do Estado	11.599,80	38	30	1.000
SE	Sec. Est. de Educação	11.599,80	*	**	***
<i>Sudeste</i>					
ES	Sec. Est. de Ed. e Sec. de Est. de Esp. e Lazer	9.666,50	*	**	***
MG	Sec. Est. de Educação	11.599,80	181	181	183.324
RJ	Sec. Est. de Educação	9.666,50	50	50	50.000
<i>Sul</i>					
PR	Sec. Est. de Educação e Paraná Esportes	11.599,80	1200	300	30.000
RS	Sec. Est. de Educação	11.599,80	40	39	1.850
SC	Sec. Est. de Educação, Ciência e Tecnologia	11.599,80	60	60	21.000
<i>Centro-Oeste</i>					
GO	Sec. Est. de Educação	9.666,50	94	100	3.500
MS	Sec. Est. de Educação e Sec. Est. da Juventude e do Esp. e Lazer	9.666,50	80	120	3.200
MT	Sec. de Ed. e Cultura do Estado	9.666,50	50	47	1.400

*Ainda não nos enviaram esses dados, mas a previsão é que 50 – 60 escolas sejam contempladas.

**Ainda não nos enviaram esses dados, mas a previsão é que 50 – 60 profissionais sejam capacitados.

***Ainda não nos enviaram esses dados mas a previsão é que no mínimo 4.000 alunos sejam contemplados.

2.8. PROJETO SAÚDE E PREVENÇÃO NAS ESCOLAS – SPE

Trata-se de parceria entre o Ministério da Educação, o Ministério da Saúde, Unesco e o Unicef com o objetivo principal de transformar os contextos de vulnerabilidade que expõem adolescentes e jovens à infecção pelo HIV/Aids, a outras doenças sexualmente transmissíveis e à gravidez não planejada.

Para sua implementação foram realizadas reuniões participativas por meio de: encontros de sensibilização dos Gestores de Educação e de Saúde; Seminários; Oficinas de Formação para profissionais de saúde e de educação, bem como para jovens formadores; Encontros Macro-regionais de Planejamento e de Avaliação; e elaboração de um Sistema de Monitoramento e Avaliação que objetivam subsidiar estados e municípios na implantação e implementação de ações de promoção à saúde e, bem como prevenção às DST/Aids, gravidez não planejada, uso indevido de drogas junto às escolas, às unidades de saúde e à comunidade.

A articulação com Estados e Municípios vem se dando pela execução das seguintes atividades:

- Gestão integrada do Projeto nos Estados e Municípios junto às Secretarias de Educação e de Saúde;
- Macrorregionais de avaliação e planejamento das regiões NE (na cidade de Salvador), SE (na cidade do Rio de Janeiro), CO (na cidade de Brasília) e S (na cidade de Curitiba);
- Oficinas de Formação do Profissional de Saúde e de Educação nas 5 regiões do Brasil realizadas nas cidades de Manaus, São Paulo, Belém, Recife, Aracaju, Brasília e Porto Alegre;
- Oficinas de Formação do Jovem Formador nas 5 regiões do Brasil nas cidades de Manaus, Maceió, Belo Horizonte, Palmas, Goiânia, João Pessoa, São Luis e Porto Alegre.

O projeto beneficia alunos das escolas públicas na faixa etária entre 10 e 24 anos; profissionais das Secretarias de Saúde e de Educação; comunidade escolar e instâncias representativas da sociedade que atuam no âmbito da saúde e da educação.

Foram produzidos e distribuídos os seguintes materiais:

- Encarte Saúde do Censo Escolar 2006 - perguntas específicas sobre ações de prevenção em DST/Aids, ações de saúde sexual e saúde reprodutiva, prevenção ao uso de drogas e à gravidez na adolescência. Recursos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP e do Ministério da Saúde;
- Guia de Formação do Profissional de Educação e de Saúde – Recurso do Ministério da Saúde/Programa Nacional de DST/Aids;
- Guia de Formação do Jovem Formador – Recurso do Ministério da Saúde/Programa Nacional de DST/Aids e do UNICEF.

A integração entre escolas e serviços de saúde constitui um espaço fundamental para a incorporação de conhecimentos sobre prevenção, saúde e sobre o exercício da sexualidade com consciência e responsabilidade.

UF/REGIÃO	PROFISSIONAIS	ALUNOS
BRASIL	283	209
AC	10	10
AM	9	10
AP	10	10
PA	10	9
RO	10	10
RR	10	10
TO	10	13
Norte	69	72
AL	11	10
BA	11	10
CE	11	10
MA	10	10
PB	8	10
PE	12	10
PI	13	10
RN	11	10
SE	13	10
Nordeste	100	70
ES	7	10
MG	9	8
RJ	11	10
SP	7	9
Sudeste	34	37
PR	10	10
RS	13	10
SC	11	10
Sul	34	30
DF	13	
GO	10	
MS	11	
MT	12	
Centro-Oeste	46	-

3. ESTUDOS E AVALIAÇÃO DE MATERIAIS

3.1. PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO – PNLD

O Programa consiste em avaliação, aquisição e distribuição de livros didáticos, nas áreas de Alfabetização, Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia (incluindo livros regionais dessas duas áreas) aos alunos das escolas públicas do ensino fundamental, de forma universal e gratuita.

Além dos livros didáticos, são adquiridos e distribuídos periódicos da área de educação, para apoio ao processo ensino-aprendizagem realizado na escola e de acervos de dicionários da Língua Portuguesa às salas de aula das escolas públicas do ensino fundamental, de forma universal e gratuita.

O PNLD é desenvolvido pela Secretaria de Educação Básica - SEB e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, cabendo à SEB a responsabilidade quanto à elaboração dos critérios de avaliação e a realização da avaliação pedagógica propriamente dita e ao FNDE cabe a aquisição e distribuição das obras.

A avaliação pedagógica é feita por meio do estabelecimento de convênio com instituições de ensino superior públicas, com experiência em avaliação de materiais didáticos.

O processo todo se desenvolve em até dois anos antes da chegada dos livros às escolas e tem como principais fases as descritas abaixo:

- Discussão e definição dos critérios de avaliação para cada área.
- Elaboração e publicação de edital de convocação para inscrição de obras didáticas (livros e dicionários).
- Estabelecimento de convênio com Universidades para a realização da avaliação pedagógica das obras inscritas.
- Nomeação de Comissão Técnica do Livro Didático, pelo Ministro da Educação.
- Realização da avaliação pedagógica (pré-análise e avaliação propriamente dita).
- Elaboração do Guia de Livros Didáticos (organização dos textos, projeto gráfico e revisão). Por meio deste Guia, são apresentados os critérios que nortearam a avaliação dos livros e as resenhas das obras aprovadas.
- Envio, pelo FNDE, dos Guias às escolas para que os professores escolham os livros que irão utilizar por um período de três anos.
- Aquisição e distribuição das obras às escolas do ensino fundamental pelo FNDE.
- Em 2006, foram concluídos os trabalhos de avaliação dos livros didáticos para as séries iniciais do ensino fundamental e de elaboração do Guia de Livros Didáticos – PNLD 2007. Além disso, deu-se início aos trabalhos de avaliação dos livros didáticos para as séries finais do ensino fundamental – PNLD 2008.

Além das atividades relacionadas à avaliação de livros didáticos e dicionários por meio do PNLD, a SEB e o FNDE realizam a aquisição e distribuição dos periódicos Nova Escola, Ciência Hoje das Crianças, Pátio Pedagógica e Pátio Infantil às Escolas de Ensino Fundamental,

Secretarias Municipais e Estaduais de Educação.

Durante a execução do PNLD, as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação responsabilizam-se por coordenar o processo de escolha dos livros didáticos realizado pelos professores e por acompanhar a distribuição das obras. Esse acompanhamento é realizado em parceria com o FNDE e a SEB.

Foram investidos recursos da ordem de R\$ 6.200.000,00 (seis milhões e duzentos mil reais) em convênios com as universidades para realização da avaliação dos livros didáticos, no âmbito do PNLD/2008 – séries finais do ensino fundamental.

Em relação ao PNLD 2007, estarão chegando às escolas do ensino fundamental 120.521.965 exemplares de livros voltados para as séries iniciais do ensino fundamental, das cinco áreas de conhecimento contempladas pelo PNLD.

Em 2006, foram produzidos e distribuídos o Guia do Livro Didático – PNLD/2007; distribuídos periódicos às escolas de ensino fundamental com matrícula a partir de 50 alunos e às Secretarias Municipais e Estaduais de Educação (Nova Escola, Ciência Hoje das Crianças, Pátio Pedagógico e Pátio Infantil) e acervos de dicionários às salas de aula de escolas que atendem alunos do ensino fundamental.

O processo de avaliação pedagógica do PNLD 2007 foi concluído no primeiro trimestre de 2006, com a divulgação dos resultados da avaliação, o envio dos pareceres excluídos às editoras e lançamento do Guia do Livro Didático. Foram avaliados 303 títulos, sendo que 240 foram aprovados e 63 excluídos, conforme quadro abaixo:

**QUADRO 1 – SÍNTESE DOS RESULTADOS DO PNLD 2007
SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

ÁREA	OBRAS AVALIADAS		OBRAS APROVADAS		OBRAS EXCLUÍDAS	
	LIVROS	COLEÇÕES	LIVROS	COLEÇÕES	LIVROS	COLEÇÕES
Alfabetização	52	-	47	-	5	
Ciências	-	37	-	12		25
Geografia	-	33	-	31		2
Geografia Regional	32	-	21	-	11	
História	-	31	-	30		1
História Regional	36	-	27	-	9	
Língua Portuguesa	-	40	-	37		3
Matemática	-	42	-	35		7
Total	120	183	95	145	25	38

Fonte: MEC/SEB/DPE/COGEAM

A partir do Guia do Livro Didático - PNLD/2007, os professores tiveram o período de 12 de junho a 25 de julho de 2006 para escolha do livro didático a ser adotado pela escola e envio dos formulários ao FNDE.

A avaliação pedagógica referente ao PNLD 2008 – 5ª a 8ª série/ano foi iniciada em

2006 e tem sua conclusão prevista para abril de 2007. O quadro abaixo mostra o quantitativo de obras em avaliação:

QUADRO 2 – OBRAS INSCRITAS NO PNLD 2008
SÉRIES FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

ÁREAS	COLEÇÕES EM AVALIAÇÃO
Ciências	23
Geografia	26
História	30
Língua Portuguesa	34
Matemática	32
<i>Total</i>	145

Fonte: MEC/SEB/DPE/COGEAM

Tendo em vista sua realização, foram firmados convênios com as seguintes universidades: Universidade Federal de Minas Gerais, na área de Língua Portuguesa; Universidade de São Paulo, área de Ciências; Universidade Federal de Pernambuco, na área de Matemática; Universidade Estadual de São Paulo, na área de Geografia e Universidade Federal do Rio Grande do Norte, na área de História.

É importante salientar que a institucionalização do processo de avaliação tem sido de fundamental importância para o seu aprimoramento e socialização e para o estímulo à pesquisa universitária sobre o livro didático, o que poderá incidir sobre a formação de professores e sua prática em sala de aula.

3.2. POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE LEITORES

Trata das ações em desenvolvimento para implantação da Política de Formação de Leitores. Para tanto, estão previstas ações voltadas para a formação de mediadores de leitura (professores, gestores e demais agentes responsáveis pela área da leitura); publicação e distribuição de periódico – Revista Leituras; ampliação das oportunidades de acesso de alunos, professores e comunidade a diferentes materiais de leitura; implantação dos Centros de Leitura Multimídia; ampliação e implementação de bibliotecas escolares e dotação de acervos por meio do Programa Nacional Biblioteca da Escola/PNBE e acompanhamento e avaliação das ações desenvolvidas.

Para o Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE/2006, foi utilizada a seguinte metodologia:

- Elaboração e publicação de edital de convocação para inscrição de obras literárias, para as bibliotecas das escolas que oferecem as séries finais do ensino fundamental.
- Avaliação de livros de literatura por meio de convênio com instituição pública de ensino superior.
- Seleção de títulos, para composição de 3 acervos diversificados, com 75 títulos cada,

distribuídos às escolas públicas que ofereçam as séries/anos finais do ensino fundamental.

Para implantação de Centros de Leitura Multimídia, o edital para seleção dos municípios está com a publicação prevista para o mês de novembro de 2006.

A revista *Leituras*, voltada para a formação de leitores, irá divulgar experiências em leitura desenvolvidas por escolas públicas, entrevistas com escritores e ilustradores, textos literários e orientações didáticas para o trabalho em sala de aula. Para sua elaboração, houve a contratação de consultoria pedagógica e de editoração para elaboração de 3 números de periódico denominado *Leituras*.

O primeiro número será distribuído às escolas exclusivas de 1ª a 8ª série – 34.814 e às escolas exclusivas de 5ª a 8ª série – 11.886. Serão encaminhados, também, dois exemplares do periódico para as Secretarias Municipais de Educação dos municípios com mais de 20 mil habitantes totalizando 1.487 municípios e para as Secretarias Estaduais de Educação, numa tiragem inicial de 54.000 exemplares.

Foi contratada uma pesquisa avaliativa do PNBE, sua conclusão foi realizada pela Associação Latino-americana de Pesquisa e Ação Cultural/ALPAC sobre o impacto do Programa Nacional Biblioteca da Escola 2001, 2002 e 2003 na formação do aluno leitor. Os relatórios originais da pesquisa estão sendo editados e constituirão um livro a ser distribuído aos sistemas de ensino e suas escolas, contendo os principais resultados relacionados ao PNBE.

Foram investidos recursos da ordem de 43 milhões, na aquisição de acervos de literatura para as escolas que oferecem as séries finais do Ensino Fundamental, referente ao PNBE/2006.

O MEC elaborou um conjunto de documentos denominado *Política de Formação de Leitores*, composto por 03 textos, com o objetivo de incentivar o debate acerca do papel da escola no desenvolvimento da competência leitora dos alunos. Esse conjunto está assim organizado:

Por uma Política de Formação de Leitores – este documento traz as principais questões relacionadas à leitura e à formação de leitores no País, assim como discute a utilização das bibliotecas escolares e dos acervos do Programa Nacional Biblioteca da Escola, além de apresentar as ações desenvolvidas pelo MEC para a implantação da Política de Formação de Leitores nos municípios e estados brasileiros.

Biblioteca da Escola – este documento traz orientações aos professores sobre a constituição de um espaço de leitura ou biblioteca nas escolas. Para tanto, traz sugestões para a organização do acervo e seus usos em sala de aula.

Dicionários em Sala de Aula – este documento trata da importância da utilização de dicionários no trabalho pedagógico, para além da consulta de palavras e formas gramaticais, numa perspectiva de ampliar o domínio da língua e da escrita. Assim, traz orientações e sugere atividades para o uso dos dicionários, buscando auxiliar o professor na utilização dos novos dicionários distribuídos a partir do Programa Nacional do livro Didático/2006.

Considerando-se a necessidade de aperfeiçoamento dos programas e de ampliação do atendimento de escolas e alunos, é importante assegurar, para os próximos anos, as seguintes condições:

- O aumento dos recursos destinados à aquisição de acervos para as bibliotecas escolares por meio do PNBE, de forma que se torne possível a aquisição de outros tipos de acervos, além dos de literatura, com vistas a se investir firmemente em criação e ampliação das bibliotecas escolares existentes, uma vez que o Censo 2005 aponta que apenas 19% das escolas têm bibliotecas.
- Em todas as ações descritas acima, é fundamental o estabelecimento de maior articulação com as secretarias municipais e estaduais para acompanhamento e monitoramento pedagógico dos programas, assim como o desenvolvimento de ações conjuntas de formação de professores voltadas para: escolha e uso do livro didático, uso do acervo do PNBE e dinamização dos espaços de leitura/bibliotecas, formação de leitores e mediadores de leitura e implantação dos centros de leitura multimídia.
- Elaboração e produção de materiais de formação de professores no que se refere à escolha e uso do livro didático, uso do acervo do PNBE e dinamização dos espaços de leitura/bibliotecas, formação de leitores e mediadores de leitura, entre outros.
- Definição da política de materiais didáticos para o atendimento dos alunos de 06 anos matriculados no ensino fundamental de 09 anos.
- Articulação com universidades e a SEED/MEC para realização de cursos de formação continuada em serviço para professores a distância por meio dos Centros de Leitura.

4. POLÍTICAS DE FORMAÇÃO

4.1. REDE NACIONAL DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO BÁSICA

O Programa consiste na seleção de universidades públicas e comunitárias para promoção da excelência na formação continuada de professores, com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem dos alunos. Esses parceiros constituíram os Centros de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação, responsáveis pelo desenvolvimento e oferta de programas de formação permanente de professores e pela implantação de novas tecnologias de ensino e gestão. São eles:

- Alfabetização e Linguagem: UFMG; UnB, UFPE, UEPG, UNICAMP
- Educação Matemática e Científica: UFPA, UFRJ, UFES, UNISINOS, UNESP
- Ensino de Ciências Humanas e Sociais: UFAM, UFC, PUC/MG
- Artes e Educação Física: UFRGS, UFRN, PUC/SP
- Gestão e Avaliação da Educação: UFPR, UFBA, UFJF

Para sua implementação, foi utilizada a seguinte metodologia:

- Celebração de convênios com universidades selecionadas nos termos do Edital 01/2003 SEIF/MEC;
- Execução gerenciada pelo MEC e acompanhada, em cada Centro, por um comitê gestor, constituído por três membros: o coordenador do Centro, um representante da universidade indicado pelo reitor e um representante da SEB;
- Visitas técnicas para orientações e acompanhamento da execução do PTA;
- Estabelecimento de acordos de cooperação, por meio de convênios, contratos, que aumentem o alcance dos programas desenvolvidos pelos Centros.

A Articulação dos Centros é feita junto aos sistemas de educação estaduais, municipais e do Distrito Federal. Cada sistema deve analisar as necessidades de formação dos seus professores, elaborar um programa de formação continuada que atenda a essas necessidades e firmar convênio com os centros de pesquisa e desenvolvimento da educação para a sua realização.

São atendidos professores de Educação Básica em exercício, diretores de escolas, equipe gestora e dirigentes dos sistemas públicos de educação.

Em 2006, foi repassado às universidades, o montante de R\$ 8.477.213,00 (oito milhões, quatrocentos e setenta e sete mil, duzentos e treze reais). Estão previstos, mas ainda não foram empenhados, R\$ 995.000 (novecentos e noventa e cinco mil reais).

Os produtos desenvolvidos pelos Centros e já disponíveis para implementação, a partir da adesão das secretarias de educação conforme *Catálogo 2006* são:

- Cursos de formação de tutores e professores para os cursos a distância; elaboração de módulos, cursos, programas de formação e materiais necessários para a execução dos cursos;
- Tecnologias de gestão de unidades e redes de ensino, softwares e instrumentos de

avaliação.

No início do mês dezembro será realizado em Brasília, o IV Seminário da Rede, com o objetivo de avaliar o programa, discutir os principais encaminhamentos para 2007 e apresentar os pareceres técnicos de avaliação dos materiais produzidos pelos Centros em 2005, bem como uma síntese e análise de planilhas com resultados de atendimento obtidos pelos centros.

Como recomendações para o próximo exercício, são indicadas as seguintes atividades:

- Maior divulgação (externa e interna) da Rede, “chancelando” o trabalho dos Centros;
- Orientações mais claras quanto a organização, prazos, prestação de contas;
- Ampliar a equipe COPFOR;
- Manter acompanhamento direto com reuniões periódicas, visitas técnicas e participação em seminários realizados pelos Centros;
- Definir ações para continuidade pós convênio;
- Realizar seminários sobre formação continuada;
- A Universidade deverá conhecer cada vez mais as necessidades locais e preparar cursos direcionados;
- Articulação dos Centros entre si;
- Ampliação das equipes de formadores.

QUADRO DEMONSTRATIVO FÍSICO-FINANCEIRO PROGRAMA/PROJETO - 2006						
REDE NACIONAL DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO BÁSICA – Dados até maio/2006						
ATENDIMENTOS REALIZADOS						
UF/REGIÃO	ENTIDADE	CONVENIOS	VALOR	PROFISSIONAIS	ESCOLAS	LOCAL DE ATENDIMENTO
BRASIL	-	-	9.472.213	54360	-	-
AM	UFAM	1	500.000	2.683		AM
PA	UFPA	1	500.000	80		MS
				12.099		PA
Norte	-	-	1.000.000		-	-
BA	UFBA	1	480.000	258		BA
CE	UFC	1	500.000	150		CE
PE	UFPE	1	500.000	8.403		PE
RN	UFRN	1	499.112	-		
Nordeste	-	-	1.979.112		-	-
ES	UFES	1	500.000			
MG	UFMG	1	500.000	60		AC
				70		MS
				30		RN
				1.392		RO
				36		SE
				135		SP
	2.530		MG			
	UFJF	1	500.000	3.576		RJ
	PUC/MG	1	500.000	104		SP
RJ	UFRJ	1	500.000	3.500		AL
				2.500		RJ
				180		SP
SP	UNESP	1	500.000	284		SP
	UNICAMP	1	500.000	50		SP
	PUC/SP	1	495.000			
Sudeste	-	-	3.995.000		-	-
PR	UFPR	1	500.000	4.400		ES
				3.757		PR
				145		SC
		UEPG	1	498.101	2.042	
RS	UFRGS	1	500.000			
	UNISINOS	1	500.000	131		SC
5.765					RS	
Sul	-	-	1.498.101		-	-
DF	UnB	1	500.000			
Centro-Oeste	-	-	500.000		-	-

4.2. PRÓ-LETRAMENTO

O Pró-Letramento – Mobilização pela Qualidade da Educação é um programa de formação continuada de professores voltado à melhoria da qualidade de aprendizagem da leitura/escrita e matemática nas séries iniciais do ensino fundamental. O Programa é realizado pelo MEC, em parceria com universidades que integram a Rede Nacional de Formação Continuada e com adesão dos Estados e Municípios, com a participação dos seguintes centros:

- Alfabetização e Linguagem: UFMG, UnB, UFPE, UEPG, UNICAMP
- Educação Matemática e Científica: UFPA, UFRJ, UFES, UNISINOS, UNESP

O Programa foi implantado por meio da celebração de Termos Aditivos aos convênios das universidades selecionadas nos termos do Edital 01/2003 SEIF/MEC e que compõem a Rede Nacional de Formação Continuada, nas áreas de Alfabetização e Linguagem e Educação Matemática e Científica.

Ele oferece cursos à distância, semi-presenciais, com duração de 120 horas, e certificação emitida pelas Universidades parceiras. O Programa contempla em cada semestre, alguns Estados da União, considerando o número de professores previstos na meta. A execução do Programa dá-se por meio da adesão de estados e municípios, em que as Secretarias de Educação firmam o compromisso de coordenar, acompanhar e executar as atividades na região, garantindo todas as condições necessárias para a realização dos cursos.

O Programa atende professores de 1ª a 4ª séries do ensino fundamental, que estejam em exercício, tem início com um curso presencial de 40 horas para os tutores seguido de Seminários de Acompanhamento para aprofundamento dos fascículos, orientações quanto aos conteúdos e metodologias, estratégias de ensino e avaliação entre outras necessidades que surgirem ao longo dos cursos.

Foi repassado pelo MEC, por meio de nota de crédito e ordem bancária, às universidades, em 2006, o montante de R\$ 990.000,00 (novecentos e noventa mil reais). Estão previstos, mas ainda não foram empenhados, R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais).

Os Centros produziram material impresso e vídeos. Os cursos de Alfabetização/Linguagem contarão com 7 fascículos e 4 vídeos que complementam os momentos presenciais. Os cursos de Matemática contarão com 9 fascículos. Até o final do programa, não está prevista a elaboração de novos materiais, e sim, a aplicação daqueles que já estão prontos. Foi constatada a necessidade de revisão dos materiais.

O Programa Pró-Letramento atendeu até o momento 2.998 tutores e 150.103 (cento e cinquenta mil cento e três) professores cursistas em 1.055 municípios de 12 estados: Maranhão, Ceará, Bahia, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Sergipe, Piauí, Santa Catarina, Alagoas, Paraíba, São Paulo e Rio de Janeiro.

Para o próximo exercício, recomenda-se as seguintes atividades:

- definir os próximos estados para a ampliação;

- distribuir entre as IES os novos locais;
- revisão dos materiais;
- ajustar alguns encaminhamentos quanto ao revezamento;
- ampliar a equipe da COPFOR;
- necessidade de espaço físico maior e equipamentos adequados (impressora, fax);
- maior periodicidade em relação a comunicação com os Centros formadores;
- criação de um “termo de adesão” reforçando as responsabilidades dos sistemas;
- presença nos seminários de acompanhamento por parte da equipe da COPFOR;
- ampliar o diálogo com a Undime;
- manter reuniões periódicas de avaliação.
- (re) discutir o papel, as responsabilidades e os compromissos de cada Centro;
- maior comunicação entre os Centros e o MEC informando sobre o desenvolvimento dos trabalhos;
- buscar a troca de experiências entre os Centros (principalmente quando vão para o mesmo estado);
- cuidado com as parcerias locais;
- estabelecer estratégias de contato com os tutores;
- perceber o Pró-Letramento como um todo, “dividir” contatos, parcerias, etc.

UF/REGIÃO	ENTIDADE	VALOR	PROFISSIONAIS	LOCAL DE ATENDIMENTO
BRASIL	-	1.260.000	143160	-
PA	UFPA	150.000	9.153	MA, PE, SE
Norte	-	150.000		-
PE	UFPE	150.000	23.162	RN,PE,RJ
Nordeste	-	150.000		-
ES	UFES	-	11.339	RN,AL
MG	UFMG	-	14.462	CE, PB
RJ	UFRJ	270.000	23.692	CE,SC,RJ
SP	UNESP	120.000	12.137	PI,SP
	UNICAMP	120.000	12.138	PI,SP
Sudeste	-	510.000		-
PR	UEPG	150.000	15.785	BA,SC,AL
RS	UNISINOS	150.000	10.286	BA,PB
Sul	-	300.000		-
DF	UnB	150.000	11.006	MA,SE
Centro-Oeste	-	150.000		-

4.3. ESCOLA DE FRONTEIRAS

O MEC, de acordo com o que rege o “Convênio de Cooperação Educacional Brasil-Argentina”, estabelecido em 10 de novembro de 1997, firmou, com o Ministério de Educação, Ciência e Tecnologia da República Argentina, a “Declaração Conjunta Brasil-Argentina”, em 09 de junho de 2004. A Declaração estabelece a criação de um Programa de Educação Intercultural que inclui o ensino dos idiomas português e espanhol nas escolas de fronteira dos dois países, bem como uma reformulação curricular para que possam tornar-se escolas bilíngües.

Para sua implementação está sendo utilizada a seguinte metodologia:

- Elaboração de um Plano de Trabalho com o Ministério da Educação Ciência e Tecnologia da Argentina com o objetivo de especificar as demandas locais e estabelecer as ações correspondentes;
- Seleção dos municípios de Uruguaiana, Itaqui e São Borja no estado do Rio Grande do Sul, Dionísio Cerqueira, no estado de Santa Catarina e Foz do Iguaçu no Paraná para realização de reuniões com dirigentes estaduais, municipais e dirigentes de escolas;
- Realização do diagnóstico sociolinguístico;
- Formação continuada dos professores destes municípios e acompanhamento técnico-pedagógico das atividades realizadas;
- Reuniões Bilaterais entre os dois ministérios para avaliação e planejamento.

Estão sendo atendidos alunos e professores do ensino fundamental em escolas públicas localizadas em zona de fronteira, no total foram envolvidos recursos da ordem de R\$ 342.428,02, para acompanhamento técnico-pedagógico às escolas e secretarias, formação continuada dos professores, assessoria técnica ao MEC, transporte de professores, realização do Seminário: Escolas Bilíngües de Fronteira – Foz do Iguaçu .

Como recomendação para o planejamento de 2007, indicam-se as seguintes atividades:

- Definição de coordenação e equipe gestora do projeto;
- Definição da ampliação do Projeto com a Argentina e com os demais países (Paraguai e Uruguai);
- Ampliação para outras escolas nos mesmos municípios atendendo as redes estaduais e municipais;
- Garantir recursos para além das ações já em execução, como a contratação de consultorias, aquisição de materiais escolares, livros e equipamentos.

5 – PRINCIPAIS POLÍTICAS E PROGRAMAS DE ENSINO MÉDIO

5.1. FUNCIONAMENTO DO FÓRUM CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO

O Fórum constitui mecanismo sistemático de articulação da política nacional para o ensino médio. Trata-se de uma instância de articulação entre o MEC e as Secretarias Estaduais de Educação para formulação, implementação e acompanhamento da política nacional e das políticas estaduais de ensino médio.

Participam do Fórum os coordenadores estaduais de ensino médio dos 26 estados e do Distrito Federal.

Entre os temas e ações prioritários na agenda do Fórum, destacam-se:

- a organização curricular do ensino médio;
- a implantação do ensino médio integrado à educação profissional de nível técnico;
- o Programa de Apoio à Educação Científica;
- o ensino médio noturno: proposta de organização curricular. As reuniões do Fórum foram realizadas em abril, agosto e novembro de 2006, visando a articular a política nacional às políticas estaduais, acompanhar a implementação dos programas e projetos junto aos Sistemas estaduais e propiciar a troca de experiências entre os gestores das redes estaduais de ensino médio.

5.2. IMPLEMENTAÇÃO DAS ORIENTAÇÕES CURRICULARES DO ENSINO MÉDIO

A ação objetiva traçar diretrizes e propor discussão referentes aos componentes curriculares do ensino médio, com a participação de professores e de alunos da rede pública de ensino, representantes das SEDUCs e professores universitários.

A metodologia de trabalho foi a seguinte:

- constituição de Grupos de Trabalho;
- realização de seminários regionais;
- realização de seminário nacional;
- consolidação, edição e distribuição do documento “Orientações Curriculares do Ensino Médio”
- acompanhamento da disseminação das Orientações Curriculares junto aos sistemas de ensino.

Os seminários regionais e nacional, ocorridos no ano de 2005, envolveram a organização de grupos de trabalho por disciplinas e áreas de conhecimento, com a participação de

professores e alunos da rede pública de ensino, representantes das SEDUCs e professores universitários.

Como resultado desse trabalho, em 2006 foi elaborada a publicação “Orientações Curriculares para o Ensino Médio” visando a subsidiar os sistemas de ensino e o trabalho dos professores na organização do currículo escolar e no desenvolvimento do trabalho pedagógico.

Está em processo de execução a realização de seminários para a disseminação das Orientações Curriculares em todos os estados. Para esse fim, foram assinados convênios com as unidades federadas. Já ocorreram seminários nos estados da Bahia e Rio Grande do Norte.

5.3. IMPLANTAÇÃO DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL TÉCNICO

O Decreto nº 5.154/04 instituiu a modalidade Ensino Médio Integrado à Educação Profissional Técnica de Nível Médio que tem por objetivo assegurar aos concluintes do ensino médio tanto o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental quanto a educação profissional.

O ensino médio integrado pretende romper com a separação entre o ensino médio e a educação profissional técnica de nível médio. Essa nova modalidade visa a assegurar a integração de conteúdos de formação geral com os da educação profissional no mesmo currículo, considerando uma matrícula única para o aluno.

Além do apoio financeiro, por meio de convênios no âmbito do PRODEB – Programa de Desenvolvimento da Educação Básica, o MEC/DEPEM vem desenvolvendo um conjunto de atividades junto às unidades federadas, visando a oferecer subsídios para implantação da referida modalidade. Foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Orientação às unidades federadas na elaboração e análise dos Planos de Trabalho para aprovação dos recursos financeiros.
- Seleção e contratação de consultores para assistência técnica aos projetos de implantação das unidades federadas, por meio de edital público.
- Assistência técnica às unidades federadas, por meio da contratação de consultores, de colaboradores e da equipe técnica do DPEM.
- Preparação de 2 publicações com o objetivo de oferecer referências teóricas, metodológicas e pedagógicas a gestores e professores envolvidos na implantação.
- Realização de seminários regionais, para discussão da concepção de Ensino Médio Integrado; dos eixos da organização curricular; do plano de implantação; da educação profissional e desenvolvimento regional.

Até o momento, foram realizados 20 seminários, a saber:

Estado	Data
Pernambuco	(9/5)
Tocantins	(17/5)

Estado	Data
Paraíba	(20/5)
Santa Catarina	(23/5)
Piauí	(31/5)
Mato Grosso do Sul	(7/6)
Espírito Santo	(17/6)
Ceará	(23 e 24/6)
Mato Grosso	(28/6)
Rondônia	(5/7)
Rio Grande do Norte	(20/7)
Maranhão	(25 e 26/6)
Paraná	(27/7)
Alagoas	(5/8)
Bahia	(2/8)
Distrito Federal	(28/9)
Goiás	(22/9)
Amapá	(4/11)
Roraima	(7/11)

- Encontra-se em andamento processo de recrutamento e seleção de empresa especializada para prestação de serviços de impressão gráfica referente a 20.000 (vinte mil) exemplares da publicação “Ensino Médio Integrado à Educação Profissional: Integrar para quê?” que será distribuído aos sistemas públicos de ensino.
- Foram realizados de programas para a TV Escola – Salto Para o Futuro, veiculados no período de 29 a 02 de junho de 2006, com os seguintes temas:
 - Ensino Médio e Educação Profissional;
 - Ensino Médio Integrado à Educação Profissional;
 - A gestão democrática da Educação Profissional : desafios para sua construção;
 - A gênese do Decreto nº 5.154/04: um debate no contexto controverso da democracia restrita;
 - Ensino Médio e Técnico com Currículos Integrados: propostas de ação didática para uma relação não fantasiosa;
- Reuniões nacionais para acompanhamento da implantação junto às unidades federadas.
- Elaboração de levantamento junto às Secretarias Estaduais de Educação para avaliar a implantação e acompanhar a oferta de matrículas do ensino médio integrado.

Abaixo o quadro síntese de matrícula relativas a 2006/2007:

Ensino Médio Integrado à Educação Profissional – Matrículas 2006 e 2007

ENSINO MÉDIO INTEGRADO					
REGIÃO	UF	2006		2007	
		Nº DE ESCOLAS	Nº DE MATRÍCULAS	Nº DE ESCOLAS	Nº DE MATRÍCULAS
	Amapá	0	0	3	492
	Rondônia	10	600		600
	Roraima	0	0		630
	Tocantins	12	360		920
Norte		22	960	3	2.642
	Alagoas	0	0		0
	Bahia	13	2.567	13	3.654
	Ceará	1	12.930		13.058
	Maranhão	8	570	8	980
	Paraíba	0	0	2	120
	Pernambuco	5	540	5	540
	Piauí	7	1.500		4.500
	Rio Gr. Do Norte	6	510		1.600
	Sergipe	0	0	1	140
Nordeste		40	18.617	27	24.592
	Distrito Federal	2	160		320
	Goiás	1	32		80
	Mato Gr. do Sul	5	311	5	667
	Mato Grosso	0	0	5	185
Cento-Oeste		8	503	10	1.252
	Espírito Santo	1	1.603	1	360
Sudeste		1	1.603	1	360
	Paraná	213	31.485		47.485
	Santa Catarina	90	8.500		11.000
Sul		303	39.985	0	58.485
Total		374	61.668	43	87.330

Foram alocados recursos da ordem de R\$ 1.180.000,00 (um milhão, cento e oitenta mil reais) destinados à adequação da infra-estrutura, capacitação, materiais, entre outros, conforme quadro abaixo:

UF	valores em R\$	
	SEB/MEC	
2006		
BA		220.000,00
CE		80.000,00
DF		80.000,00
ES		0,00
GO		80.000,00
MA		220.00,00
MS		80.000,00
MT		80.000,00
PE		80.000,00
PI		160.000,00
RN		80.000,00
SC		160.000,00
TO		80.000,00
Total		1.180.000,00

Fonte: Processos de Convênio

5.4 - PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DO ENSINO MÉDIO – PNLEM

A Resolução nº 38 do FNDE criou o PNLEM que visa a dotar de livro didático professores e alunos do ensino médio de todo o Brasil. O programa está sendo implantado de forma progressiva.

Em 2006, 13,2 mil escolas das diversas regiões do país foram beneficiadas com a distribuição de livros didáticos de Português e Matemática para o ensino médio. Os estados de Minas Gerais e do Paraná não foram beneficiados em função de desenvolverem programas próprios.

Em 2006, o Programa segue com a escolha do livro de Biologia que chegará a todas as escolas de ensino médio em 2007.

O PNLEM tem 3 etapas sob a responsabilidade do Departamento de Políticas do Ensino Médio, a saber:

- a) Publicação de Edital: que define os critérios sob os quais as obras serão avaliadas e orienta a inscrição de autores e editoras.

De acordo com os procedimentos indicados no Edital, as editoras encaminharão as inscrições das obras a serem submetidas ao processo de avaliação e seleção, orientado pela SEB/MEC.

- b) Escolha das instituições, preparação do Plano de Trabalho, acompanhamento da avaliação e publicação do Catálogo.

A avaliação compreende duas fases:

- análise das obras no que se refere às exigências técnicas e físicas – triagem executada pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo – IPT;
 - avaliação pedagógica e científica coordenada pela SEB e executada pelas instituições de ensino superior que procedem à análise das obras conforme os critérios divulgados no Edital.
- O requisito para seleção das instituições de ensino superior é a observância do critério acadêmico científico. Buscam-se instituições que sejam referência nas áreas de conhecimento que compõem a organização curricular do ensino médio, enquanto centros de excelência na produção de pesquisa básica, mas também reconhecidas pela comunidade acadêmica por se dedicarem a áreas de ensino.
- c) A terceira etapa é a da elaboração do Catálogo do livro didático, reunindo as resenhas das obras aprovadas. O catálogo é o instrumento que permite ao professor a escolha do livro didático.

Para as obras excluídas, elaboram-se pareceres que são encaminhados às editoras e aos autores.

Após a escolha dos professores, a escola encaminha o resultado ao FNDE, que

sistematiza os dados para posterior aquisição e distribuição.

5.5 - PRODUÇÃO DE MATERIAIS DE APOIO AO TRABALHO DOCENTE

Entre as estratégias adotadas pelo Ministério da Educação para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem destaca-se a produção, publicação e distribuição de materiais de apoio aos professores, como subsídios ao desenvolvimento dos conteúdos curriculares, tais como:

Coleção Explorando o Ensino

A Coleção Explorando o Ensino apresenta ao professor um conjunto de textos de aprofundamento e atualização do conteúdo e de tratamento didático-pedagógico referente às disciplinas que compõem o currículo do ensino médio.

A seguir, a relação dos volumes publicados:

ANO	DISCIPLINAS	Nº EXEMPLARES
2006	Química vol 4 e 5	144.000
2006	Biologia vol. 6	72.000
2006	Física vol. 7	72.000
2006	Geografia VOL 8	174.000
TOTAL		462.000

Estão em fase de elaboração os seguintes volumes: Antártica; O Brasil e o Meio-Ambiente Antártico; Fronteira Espacial, e Mudanças Climáticas.

5.6. APOIO AOS DOCENTES DO IDIOMA ESPANHOL

Em 05 de agosto de 2005, o Presidente da República sancionou a Lei nº 11.161, que torna obrigatória a oferta da língua espanhola pelas escolas de ensino médio. Em 2006, para apoiar os sistemas de ensino no processo de implantação do referido idioma foram realizadas as seguintes ações:

- avaliação, seleção de gramática, dicionário monolíngüe, dicionário bilíngüe e livro para o professor, para composição de Kit a ser distribuído às escolas e professores de espanhol do ensino médio da rede pública;
- distribuição dos Kits às escolas;
- elaboração das orientações curriculares para o ensino do idioma espanhol, publicadas no documento “Orientações Curriculares para o ensino Médio”;
- reunião com o fórum de Pró-Reitores de graduação visando a ampliação da oferta

de cursos e matrículas para a formação de professores de língua espanhola.

5.7. PROGRAMA DE INCENTIVO À FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES EM EXERCÍCIO NAS REDES PÚBLICAS DE ENSINO

Com o intuito de impulsionar a melhoria do ensino médio e combater a deficiência de qualidade da escolarização, detectada por meio de instrumentos de avaliação, tais como o Exame Nacional do Ensino Médio, as informações sobre fluxo, evasão e repetência registradas no Censo Escolar, foi desenvolvido programa de formação continuada para professores da rede pública, em parceria com os Sistemas Estaduais e Instituições de Ensino Superior.

A articulação entre as IES e os Sistemas Estaduais de Ensino, com os projetos do PRO-IFEM, implementado em 2003 avançou, apesar de algumas dificuldades na fase de operacionalização dos projetos no momento da compatibilização das propostas vencedoras às reais necessidades e disponibilidades das secretarias de educação envolvidas.

Por reconhecer que foram alcançados resultados positivos na articulação entre as IES e os Sistemas Estaduais de Ensino, por meio do PRO-IFEM – Programa Nacional de Incentivo à Formação Continuada de Professores do Ensino Médio, o MEC decidiu dar continuidade ao Programa publicando um novo edital, em março de 2006.

Esse novo edital representa um aprimoramento em relação ao anterior, na medida em que exigiu que a proposta da Instituição de Ensino Superior fosse previamente discutida com a Secretaria de Educação.

Ao MEC coube a responsabilidade do edital, da análise, da seleção e do acompanhamento dos cursos junto aos Sistemas.

O cadastro das instituições e respectivos projetos foi realizado por meio de licitação, em março de 2006, a análise das propostas ocorreu no período de 07 a 11 de junho de 2006 e o resultado divulgado em 12 de junho de 2006.

Participaram da licitação 41 Instituições de Ensino Superior, individualmente e quatro, em consórcio.

Dessas, 20 instituições foram habilitadas e as propostas de cursos estão disponíveis na Internet (www.mec.gov.br <<http://www.mec.gov.br/>>) para conhecimento e como subsídio à decisão da Secretaria de Educação para a contratação.

5.8. PROGRAMA ÉTICA E CIDADANIA

O Programa foi lançado no dia 24 de maio de 2004, em Brasília, e está sendo implementado em parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

Tem por objetivo apoiar a constituição do Fórum Escolar de Ética e de Cidadania, nas escolas das redes estaduais e municipais de ensino. Busca apoiar a ação dos educadores e dos membros dos fóruns, fornecendo recursos didáticos e materiais pedagógicos adequados a sua execução, bem como promovendo a troca de experiências entre os participantes por meio de site na internet.

Até o momento, participam do Programa cerca de 2.000 escolas de Educação Básica, das 27 unidades federadas.

Dentre as estratégias adotadas para sua implementação, em 2006, estão :

- produção de dois módulos, que estão sendo desenvolvidos e serão distribuídos para todas as escolas públicas localizadas nos municípios com mais de 100.000 habitantes. Está prevista a ampliação da produção e da distribuição dos materiais do Programa, em parceria com a Petrobrás;
- realização, em março de 2006, do primeiro seminário nacional com a participação dos Coordenadores do Ensino Médio da 27 unidades federadas e dos Coordenadores do Fórum Escolar de Ética e Cidadania de 170 escolas cujos projetos foram selecionados para receber apoio financeiro;
- apoio financeiro a projetos;
- disponibilização de site na Internet, por meio do qual promoverá a formação continuada dos membros dos Fóruns Escolares. e o intercâmbio de experiências entre as escolas e organizações de todo o Brasil. O site disponibiliza todos os materiais do programa, bem como os eventos relacionados a sua implementação;
- seleção de 120 projetos que tratam da construção de valores na escola e na sociedade, com a finalidade de incentivar e consolidar práticas pedagógicas que conduzam à consagração da liberdade, da convivência social, da solidariedade humana e da promoção e inclusão social;
- constituição do Fórum Escolar de Ética e de Cidadania, que tem como papel essencial articular os diversos segmentos da comunidade escolar que se disponham a atuar no desenvolvimento de ações mobilizadoras em torno da temática de ética e de cidadania no ambiente escolar.

De acordo com a realidade da escola, são convidados líderes comunitários e representantes da comunidade, como comerciantes, moradores e conselheiros de direitos da criança e do adolescente.

5.9. APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO CIENTÍFICA

Desenvolvimento e valorização do ensino de Ciências junto aos professores e alunos do ensino médio, visando à incorporação da prática e da reflexão científica na vida escolar e social de adolescentes, jovens e adultos, com a participação das escolas da rede pública.

Nessa direção, o DEPEM tem dado ênfase especial a um conjunto de fatores

motivadores de mudanças significativas na organização dessa modalidade de ensino, tais como:

- elaboração de um programa sistemático e efetivo de formação continuada dos professores, que possibilite atualização permanente em termos científicos e pedagógicos;
- promoção de mecanismos institucionais de valorização do conhecimento e da prática científica e pedagógica dos professores;
- desenvolvimento de currículos com ênfase na abordagem prática e problematizadora; e
- existência de ambientes de aprendizagem científica, em termos de laboratórios e/ou equipamentos.

5.10. APOIO À REALIZAÇÃO DE EVENTOS CIENTÍFICOS

Visando estimular o raciocínio, o desenvolvimento do senso crítico e de bons métodos de estudo junto aos alunos do ensino médio e identificar jovens talentos, hoje são organizadas diversas olimpíadas que buscam explorar os mais diversos campos do conhecimento que integram o currículo da educação básica. Sob a responsabilidade de suas respectivas sociedades científicas e outras instituições parceiras, são realizadas anualmente as Olimpíadas de Matemática, de Física, de Química, de Biologia, de Astronomia e outras.

Em reconhecimento de sua importância, o DEPEM/SEB/MEC vem destinando apoio financeiro para alguns desses eventos, quais sejam:

- Olimpíada Nacional de Química - Funcap/CE - Maio/06
- Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada e Sociedade Brasileira de Matemática - 2º Sem/2006
- Olimpíada Brasileira de Biologia Associação Nacional de Biossegurança – ANBio - 2º Sem/2006
- Olimpíada Brasileira de Astronomia Agência Espacial Brasileira e Sociedade Brasileira de Astronomia - 2º Sem/2006.

5.11. PROGRAMA NACIONAL DE APOIO ÀS FEIRAS DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FENACEB

O Programa Fenaceb, criado mediante Portaria do Ministro da Educação nº 3.597, de 19 de outubro de 2005, tem por objetivos:

- estimular iniciativas estaduais, municipais e regionais desenvolvidas por professores e estudantes do ensino fundamental (5ª a 8ª séries) e do ensino médio,

nas diversas áreas do conhecimento;

- propor estratégias visando a melhoria do ensino de Ciências da Natureza, Matemáticas e Tecnologias Relacionadas, assim como a melhoria e ampliação da abordagem e a construção do conhecimento científico nas disciplinas que integram as Ciências Humanas e suas Tecnologias e as Linguagens, Códigos e suas Tecnologias;
- fomentar atividades de iniciação científica na educação básica visando o desenvolvimento e a elaboração de projetos;
- oportunizar a exposição e a difusão da produção científica e cultural das escolas públicas de educação básica.

Ações realizadas e em desenvolvimento:

a) Apoio a eventos técnico-científicos:

Evento	Instituição	Data	Valor Concedido
Programa de Inovação Tecnológica e Popularização da Ciência / Robótica Educativa	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Abr/2006	R\$ 32.000,00
Feira Brasileira de Ciências e Engenharia – Febrace	Escola Politécnica da USP	Mar/2006	R\$ 22.072,00
3ª Exposição Latinoamericana	Secretaria de Educação Básica do Estado do Ceará	Jul/2006	R\$ 30.000,00
10º Encontro de Pesquisa em Ensino de Física	Universidade Federal de Londrina	Ago/2006	R\$ 14.000,00

b) Apoio a eventos técnico-científicos mediante seleção pública:

Nos termos dos editais de licitação 166/2006 e 768/2006, de responsabilidade da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO e o Ministério da Educação, por meio do Contrato de Empréstimo N° 1225/OC-BR com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, relativo ao Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio, abriu-se seleção pública para contratação de instituições públicas ou privadas interessadas em propor projetos de eventos técnico-científicos de natureza de divulgação científica nas categorias: feiras de ciências e mostras científicas.

Foram apoiados até o momento 20 projetos de 14 unidades federadas.

c) I Feira Nacional de Ciências da Educação Básica:

A Feira Nacional de Ciências da Educação Básica é uma iniciativa do Ministério da Educação, em parceria com a Unesco, onde será exposta a produção científica elaborada no âmbito das escolas públicas de educação básica, congregando alunos e professores do ensino fundamental (de 5ª a 8ª séries) e do ensino médio.

Nos dias 23, 24 e 25 de novembro de 2006, foi realizado na cidade de Belo Horizonte/MG, a I Fenaceb será composta de 150 trabalhos. Além dos selecionados durante as feiras apoiadas pelo MEC (relação acima), as Secretarias Estaduais de Educação estão sendo convidadas a indicar dois trabalhos. Também as coordenações de eventos tradicionais como

Febrace, Mostratec e outros poderão inscrever dois trabalhos.

5.12. SELEÇÃO DE PROJETOS DE MELHORIA DO ENSINO MÉDIO NOTURNO

O Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Básica – SEB e sob a coordenação do Departamento de Políticas de Ensino Médio - DPEM, realizou a seleção de projetos de melhoria do ensino médio noturno de acordo com o Edital 656/2005. Os projetos foram desenvolvidos pelas escolas públicas de ensino médio noturno e contribuem para a melhoria dos índices de rendimento dos alunos, bem como da qualidade do ensino.

A ação foi desenvolvida da seguinte forma:

- edital - Foram inscritos 972 projetos.
- seleção/avaliação - os projetos foram avaliados por uma Comissão composta por representantes do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação – CONSED, da UNESCO e do Fórum de Diretores de Faculdades de Educação – FORUNDIR.

Foram selecionados os 10 projetos descritos a seguir:

Região	Escola	Projeto	Município	Estado
<u>Norte</u>	Centro de Referência em Educação Ambiental – Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira	Projeto Curupira	Belém	PA
	Escola Estadual Professora Esther da Silva Virgolino	Projetos de Melhoria do Ensino Médio Noturno	Macapá	AP
<u>Sul</u>	Escola Estadual de Ensino Médio Emil Glitz	“A gente vêve do jeito que dá”	Ijuí	RS
	Escola Estadual de Educação Básica Cruzeiro	Projetos de Melhoria do Ensino Médio Noturno	Santa Rosa	RS
<u>Centro-Oeste</u>	Centro de Ensino Médio 02 do Gama	Construindo um novo ensino médio: porque, à noite também se aprende	Gama	DF

Região	Escola	Projeto	Município	Estado
	Escola Estadual Waldemir Barros da Silva	Uma nova identidade para o Ensino Médio Noturno	Campo Grande	MS
<u>Nordeste</u>	Escola Estadual Pedro Joaquim de Jesus	Construção da identidade do ensino médio noturno: pelo viés da realidade, constrói-se a identidade	Teotônio Vilela	AL
	Escola de Ensino Fundamental e Médio Dona Maria Amélia Bezerra	Projetos de Melhoria do Ensino Médio Noturno	Juazeiro do Norte	CE
<u>Sudeste</u>	Escola Estadual de Melo Viana	Redescobrimo o Ensino Médio	Esmeralda	MG
	Escola Estadual Condessa Filomena Matarazzo	O Vôo da Fênix	São Paulo	SP

- realização de seminário nacional
- Em março de 2006, em Brasília, no Auditório do Edifício Sede do MEC, foi realizado o Seminário Nacional sobre o Ensino Médio Noturno, oportunidade em que foram premiados os 10 projetos selecionados. Cada projeto premiado foi representado, nessa solenidade, pelo coordenador do projeto, diretor e responsável pela Caixa Escolar.
- Participaram da cerimônia de entrega dos prêmios o Secretário da Educação Básica, dirigentes do MEC, representantes do CONSED, da UNESCO e do Fórum de Diretor de Faculdades de Educação – FORUNDIR.
- contratação de consultoria
- Considerando o universo dos projetos selecionados, a SEB/MEC decidiu contratar consultoria para analisar os cinquenta e um projetos e identificar semelhanças nas estratégias adotadas para melhoria do ensino médio noturno.
- Publicação
- Está em fase de editoração uma publicação com reflexões sobre os seguintes aspectos envolvidos nos projetos: ações de redução de índices de reprovação, evasão e melhoria da proficiência dos estudantes; a gestão administrativo-pedagógica da escola, a organização curricular e o trabalho pedagógico, a infraestrutura escolar, o apoio complementar ao aluno, o acompanhamento e a avaliação

das ações desenvolvidas .

5.13. ESTUDOS E PESQUISAS

A constante melhoria dos diversos níveis e modalidades da educação básica é objetivo perseguido pelo Ministério da Educação. Com a finalidade de conhecer e buscar soluções para o gerenciamento e a melhoria da qualidade educacional dos sistemas públicos, a SEB/MEC vem desenvolvendo reflexões acerca do Ensino Médio noturno para construção de novas políticas públicas que atendam de forma democrática as demandas deste nível e modalidade de ensino, mais especificamente para o Departamento de Políticas do Ensino Médio da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação.

Segundo os dados do INEP a representatividade da matrícula no ensino médio noturno diminuiu nos últimos seis anos. A participação do número de alunos que estudam a noite em relação ao total passou de 54,5%, em 1999, para 43,8%, em 2003 e 44% em 2005. Neste período, a quantidade de estudantes do noturno diminuiu (www.inep.gov.br <<http://www.inep.gov.br/>>). Estes dados pressupõem a necessidade de melhor compreensão sobre a oferta deste nível de ensino.

Por outro lado, as transformações e redefinições acerca da relação educação, sociedade e trabalho envolvendo aspectos que englobam tanto as perspectivas profissionais frente aos novos paradigmas da produção, a tecnologia e sua influência na organização individual e coletiva, os diferentes sentidos atribuídos ao Ensino Médio e às dificuldades para o seu equacionamento frente à diversidade de públicos, práticas e contextos conduzem à necessidade de maior reflexão do tema para permitir propostas de políticas e ações mais efetivas no tratamento do assunto.

Durante o período 2003/04, foi realizada pesquisa coordenada pelos Professores Romualdo Luiz Portela de Oliveira e Sandra Zákia Lian de Sousa, com o objetivo analisar a situação do Ensino Médio Noturno nas escolas públicas brasileiras. Esta pesquisa investigou o trabalho realizado em dez escolas de cada um dos oito estados brasileiros selecionados – Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, perfazendo um total de oitenta escolas.

Em 2006, foi elaborado estudo dos projetos selecionados com ênfase nos seguintes eixos orientadores:

Gestão administrativa e pedagógica da escola de ensino noturno - O gestor e sua equipe imprimem identidade ao desenvolvimento do trabalho a ser realizado, tanto no que diz respeito à sua estruturação para o atendimento da comunidade, como na condução do projeto pedagógico. A Lei nº 9.394/96 e sua normatização indicam mudanças significativas quanto à organização curricular (objetivos, conteúdos, avaliação da aprendizagem etc), administração e orientação pedagógica (composição das turmas, organização dos horários). No que se refere ao Ensino Médio Noturno, tais mudanças exigem maior discussão visando destacar as peculiaridades da gestão escolar para este turno de trabalho.

Relação do aluno de ensino noturno com a escola - Embora a escola, na figura de

seus profissionais, tenha uma idéia relativamente clara sobre a identidade do aluno noturno, importa, neste momento, reflexão criteriosa sobre suas especificidades e, além disso, adequação das práticas de ensino a serem aplicadas nestas instituições, a fim de que efetivamente atendam a este público.

Currículo e organização do trabalho pedagógico para o ensino médio noturno - A definição de orientações sobre o currículo e as possíveis formas de concretização devem contemplar as especificidades do ensino noturno no sentido de adequar a oferta educacional às necessidades, expectativas e possibilidades dos alunos e da sociedade à luz da análise crítica dos educadores envolvidos neste processo. Nesse aspecto, considera-se incluídas as ações que envolvam:

- preparação do corpo docente que coloquem em prática as proposições pensadas coletivamente para o ensino noturno;

- possibilidades alternativas de organização das atividades de ensino e aprendizagem, que rompam com a tradicional abordagem disciplinar e fragmentada dos conteúdos, oportunizando a inserção das novas tecnologias às práticas educacionais, bem como o acesso aos espaços de produção e divulgação cultural (museus, teatros, exposições científicas e artísticas, etc.); e

- proposição de identidade diversa para este nível de ensino, neste turno, considerando a diversidade de públicos, práticas e contextos, que atenda criticamente a atual demanda da relação educação e trabalho.

- A infra-estrutura de apoio ao trabalho educativo para o ensino noturno - As condições de infra-estrutura para o funcionamento da escola – compreendendo instalações físicas, recursos materiais e humanos – têm se apresentado excessivamente restritivas para o ensino noturno, dificultando a organização administrativa e pedagógica para essa modalidade de ensino e indicando a necessária disponibilização dos recursos humanos e materiais bem como as condições para a sua plena utilização.

Importante ressaltar sobre a necessidade de inclusão das novas tecnologias nas práticas escolares tanto como instrumentos motivadores e facilitadores destas práticas, bem como da instrumentalização do sujeitos envolvidos no processo de construção e significação do saber visando crítica às dinâmicas estabelecidas e divulgadas no/pelo aparato midiático.

Este estudo resultará na publicação: Ensino Médio Noturno: Democracia e Diversidade.

Com previsão de conclusão para novembro de 2006, encontram-se em fase de desenvolvimento os seguintes estudos/pesquisas:

- Fluxo de acesso e permanência dos alunos na escola de ensino médio, com a finalidade de identificar as causas do declínio na matrícula nos últimos anos;
- Identificação de Fontes de Financiamento para as ações de formação e valorização de professores do ensino médio;
- Uso do livro do ensino médio.

5.14. PROGRAMA DE APOIO À IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS JUVENIS NO ENSINO MÉDIO: SAÚDE E PREVENÇÃO NAS ESCOLAS

O Projeto é conduzido pelo Ministério da Educação, Ministério da Saúde, UNICEF e UNESCO. A organização é conduzida pelo Grupo Gestor Federal composto por representantes das quatro instituições envolvidas.

A metodologia utilizada é a seguinte:

- prestar apoio no atendimento às demandas dos estados;
- participar da organização dos encontros regionais;
- apoiar as iniciativas estaduais e municipais;
- participar do desenvolvimento da formação de profissionais de saúde e educação e jovens nas temáticas relacionadas às DST/Aids, gravidez na adolescência e uso indevido de drogas.

Foram atendidos 27 Estados em 2006. Participam do processo cerca de 623 escolas de Ensino Médio.

Até o momento foram realizados 16 seminários envolvendo cerca de 400 professores e coordenadores.

5.15. PROGRAMA DE MELHORIA E EXPANSÃO DO ENSINO MÉDIO – PROJETO ALVORADA

O Programa consiste em apoio técnico-financeiro a 13 estados das regiões norte e nordeste para realização de ações voltadas à ampliação do acesso e a melhoria da qualidade do ensino médio.

Foram celebrados 47 convênios com 13 unidades federadas, a saber: Acre, Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Sergipe e Tocantins, nos anos de 2000 a 2003.

Os Estados envolvidos apresentavam dificuldades em relação à execução dos convênios e às respectivas prestações de contas.

O ano de 2005 foi destinado à atualização dos Planos de Trabalho e o apoio na montagem/capacitação das equipes estaduais para a execução dos convênios. Foram assinados Termos de Ajuste de Conduta com 12 unidades da federação.

No ano de 2006, foi intensificada a assistência técnica à execução dos convênios mediante o acompanhamento sistemático por meio de relatórios mensais e visitas de assistência às secretarias de educação e às escolas beneficiadas.

Foram realizadas reuniões com secretários de educação e demais gestores estaduais

envolvidos na execução dos convênios.

Como resultado desse trabalho, temos a apresentação de 17 prestações de contas finais, 13 prestações de contas parciais, e a previsão de conclusão da maior parte das ações dos convênios em andamento até dezembro de 2006.

Em novembro de 2006 serão celebrados termos aditivos aos convênios que por conta de problemas na execução de obras e ações judiciais ocorridos em algumas ações, necessitam de maior prazo para sua conclusão.

5.16. PROGRAMA DE EQUALIZAÇÃO DAS OPORTUNIDADES DE ACESSO À EDUCAÇÃO BÁSICA / PRODEB-2006

Objetiva prestar apoio técnico e financeiro às demandas emergenciais dos estados para o desenvolvimento do ensino médio.

Tal proposta se efetiva mediante a celebração de convênios para atendimento, em caráter emergencial, a ações com foco na manutenção do ensino médio-Programa/Ação-Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Médio, no montante de R\$ 400.000.000,00 (Quatrocentos milhões), para distribuição aos sistemas de ensino, de acordo com o quadro a seguir:

UF	Valores
AC	3.799.717,97
AL	28.123.679,05
AM	11.943.949,74
AP	5.157.723,72
BA	33.506.766,14
CE	21.693.912,48
DF	3.152.246,92
ES	6.528.770,50
GO	9.816.758,38
MA	42.135.518,61
MG	16.208.226,12
MS	6.194.730,48
MT	7.367.445,37
PA	24.841.191,90
PB	23.069.776,24
PE	22.461.065,30
PI	40.554.635,45
PR	7.285.051,76
RJ	12.800.355,97
RN	14.905.195,94
RO	5.669.882,78
RR	2.505.919,92
RS	6.653.209,92

UF	Valores
SC	6.096.150,43
SE	11.407.047,04
SP	16.717.278,45
TO	9.403.793,41
Total	399.999.999,99

Os recursos destinam-se à aplicação nas seguintes ações, observadas as especificidades regionais:

- carências de professores no ensino médio/contratação de professores;
- formação continuada de docentes sem a graduação exigida;
- capacitação de docentes;
- implementação da modalidade de ensino médio integrado a educação profissional de nível médio;
- material de consumo; e
- transporte escolar.

5.17. INOVAÇÕES EM PROGRAMAS/AÇÕES

1 - PNLEM – Programa Nacional do Livro Didático do Ensino Médio

Dar continuidade a implementação do programa no sentido de universalizar a distribuição do livro didático do ensino médio, envolvendo todos os componentes curriculares, para todas as séries e escolas da rede pública de ensino médio.

2 - PNBEM – Programa Nacional de Bibliotecas Escolares em Escolas de Ensino Médio

Instituir programa nacional de bibliotecas escolares no âmbito das escolas públicas de ensino médio visando a aquisição e distribuição de obras de referência às áreas de conhecimento que compõem o currículo de ensino médio, promover a atualização e o desenvolvimento do professor, adquirir e distribuir materiais didáticos e científicos impressos e de mídia eletrônica e promover ações de qualificação para profissionais que atuam nas bibliotecas escolares.

3 - Programa de Formação Científica na Educação Básica

Implementar o programa com o objetivo de aperfeiçoar o aprendizado das ciências integrado às demais áreas do conhecimento e incorporar a prática e a reflexão científica na vida escolar.

4 - Subsídios ao Programa de Valorização de Professores da Educação Básica

Propor estruturação de um órgão gestor com o objetivo de prover o funcionamento da Comissão de Aperfeiçoamento de Professores do Ensino Médio e Profissional – CAPEMP e identificar fontes potenciais de financiamento.

6 - ARTICULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS SISTEMAS DE ENSINO

6 - ARTICULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS SISTEMAS DE ENSINO

O desafio da construção de uma nação justa e democrática, com inclusão social, distribuição de renda, fortalecimento das instituições sociais e desenvolvimento sustentável continua sendo a meta para a conquista de novos padrões civilizatórios e para a definitiva inserção do Brasil entre os grandes países do mundo, com condições de contribuir para a transformação do planeta em uma sociedade global e solidária.

A educação tem papel preponderante nesta transformação. A consolidação de um projeto nacional, inicia-se pela diminuição das distorções sociais, pela igualdade de oportunidades e, portanto, por uma escola de qualidade para todos.

Em 2006, na continuidade da implementação de políticas educacionais construídas com a participação de Estados e Municípios, o Departamento de Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino - DASE manteve articulação constante com os Sistemas de Ensino visando à garantia de ingresso, permanência e sucesso na escola para todas as crianças, jovens e adultos; de oportunidade de formação continuada para todos os trabalhadores em educação e de democratização da gestão e das relações da escola, conforme as ações consignadas no âmbito do PPA 2004-2007 e desenvolvidas pelas respectivas Coordenações.

Além disso, o DASE tem contribuído com o desenvolvimento de parcela significativa das Ações Integradas vivenciadas pela Secretaria de Educação Básica e pelo Ministério como um todo, entre as quais destaca Escolas Promotoras de Saúde, junto ao Ministério da Saúde e a participação no Seminário Internacional sobre Políticas de Profissionalização – Carta do Rio de Janeiro.

DESTAQUES DE PARTICIPAÇÃO DO DASE

1. Seminário Internacional sobre Políticas de Profissionalização Docente: teve por objetivo disseminar estudos e pesquisas a respeito de políticas de carreira, avaliação e desenvolvimento profissional dos professores no Brasil e em países da América e da Europa.

Ao final do evento, foi elaborada uma agenda conjunta entre Ministério da Educação, Consed, Undime, CNTE, OREALC e Unesco com princípios e linhas prioritárias de ação sobre a Política Nacional de Profissionalização Docente e, para aprofundar as discussões realizadas e viabilizar a construção de uma política nacional de valorização dos profissionais da educação, tendo como referência os desafios e princípios apresentados, foi criada uma comissão nacional - integrada por representantes do MEC, CONSED, UNDIME, CNTE, Instituições Formadoras e demais atores envolvidos – como espaço institucional de diálogo e que propicie a participação e o acompanhamento da regulamentação e implantação do FUNDEB e do processo de avaliação do PNE no que tange, particularmente, ao cumprimento das metas de valorização dos profissionais de educação.

2. Escolas Promotoras de Saúde - Participação no Encontro Preparatório da V Reunião da Rede Latino-Americana de Escolas Promotoras de Saúde, evento que ocorreu entre os dias 20 a 24 de novembro de 2006, na cidade de Palmas – TO.

a. Ação Intra Ministerial para promover a participação efetiva do MEC na

composição da Câmara Intersetorial para elaboração de diretrizes que construam subsídios para a Política Nacional de Educação em Saúde na Escola.

b. Articulação junto ao Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação – CONSED, e a União Nacional das Dirigentes Municipais da Educação – UNDIME, para fomentar a participação das representações Nacional e regionais destas organizações na V Reunião da Rede Latino Americana de Escolas Promotoras de Saúde.

6.1. MONITORIZAÇÃO DE PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS EDUCACIONAIS

A cooperação técnica visa subsidiar aos Sistemas de Ensino na elaboração e acompanhamento de projetos educacionais que visam à assistência financeira do MEC.

Como metodologia utilizada, foram realizadas as seguintes atividades:

- Exposição das políticas e diretrizes educacionais do Governo Federal; dos critérios para o apoio financeiro e da definição dos beneficiários; das condições de habilitação das entidades; celebração de convênios e prestação de contas.
- Oficinas pedagógicas para elaboração de Minutas de Planos de Trabalho, detalhamento das ações e planilha de custos.
- Atendimento *on-line* e no telefone/fax.

O público alvo da cooperação são Secretários e equipes técnicas das secretarias estaduais de educação, prefeitos, secretários de educação e equipes técnicas dos municípios. Em 2006, não foram realizados encontros nos estados, devido ao tempo reduzido para celebração de convênios, por força da Lei Eleitoral.

Dados da COGEPE indicam que são menores os índices de erros nos projetos apresentados pelos Sistemas de Ensino que participam das reuniões de Cooperação Técnica.

6.2 – APOIO FINANCEIRO AOS SISTEMAS DE ENSINO

Se realize pela análise de projetos e programas para assistência financeira do Governo Federal, por intermédio do MEC/FNDE, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, por meio de Transferência Voluntárias, regulamentadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF e pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

O MEC/FNDE, em parceria com os demais entes da Federação, desenvolve ações governamentais, constantes da Lei Orçamentária Anual – LOA, por meio de Convênios, conforme orientações da Instrução Normativa – IN nº 1/97/STN e suas atualizações.

As ações são direcionadas à Formação Continuada de Professores e Profissionais de Apoio da Educação Infantil e Ensino Fundamental; Distribuição de Material Didático para

ampliação do Ensino Fundamental de 9 anos; Construção, reforma, ampliação e aquisição de equipamentos para a rede pública de Educação Infantil.

Por exigência das normas em vigor, o apoio financeiro é destinado aos governos estaduais e municipais que apresentam, por meio de Planos de Trabalho, propostas para desenvolver as ações previstas no Plano Plurianual – PPA/2004-2007, conforme os critérios e beneficiários estabelecidos no Manual de Orientações para Assistência Financeira a Programas e Projetos Educacionais e Resolução CD/FNDE/ Nº 20, de 17 de abril de 2006.

Os Planos de Trabalho elaborados pelos proponentes foram enviados ao FNDE, órgão responsável pelo recebimento e cadastro dos PTAs no Sistema de Assistência a Programas e Projetos Educacionais – SAPE e, posteriormente, encaminhados a COGEPE/SEB, para análise de mérito técnico-pedagógico-financeiro e emissão de parecer de aprovação ou não da solicitação. Os aprovados são enviados ao FNDE para empenho, convênio e pagamento.

A assistência contempla alunos, professores e profissionais de apoio, de acordo com as Ações distribuídas, no PPA, em 3 Programas: Desenvolvimento da Educação Infantil; Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica e, Desenvolvimento do Ensino Fundamental.

Em 2006, foram recomendados 1.611 projetos com a seguinte distribuição por programa/ação, até 30/06, segundo dados do SAPE:

- 603 na Educação Infantil – englobando formação de professores, material didático e reestruturação física das escolas.
- 302 no Ensino Fundamental – englobando formação de professores, ações educativas integradas e material didático para alunos da 1ª a 4ª série, alunos com 6 anos matriculados no Ensino Fundamental de 9 anos.
- 10 em formação para profissionais de apoio da educação infantil e do ensino fundamental.

Os recursos já empenhados em cada Programa/Ação:

- R\$ 8.542.140,88 para a Educação Infantil, beneficiando 140.794 alunos e 6.231 professores, em 2.374 escolas de 603 municípios;
- R\$ 9.551.906,81 para o Ensino Fundamental, beneficiando 723.041 alunos, 25.006 professores, 6.366 escolas de 857 prefeituras e 02 secretarias estaduais.
- R\$ 287.604,80 para Profissionais de Apoio, beneficiando 1.027 trabalhadores em educação, em 152 escolas, com 43.880 alunos em 10 prefeituras.

Quadro Demonstrativo por Programa/Ação

Programa	Ação	Valor PPA/2006	Valor Utilizado até 30/06/2006*	Meta PPA/2006	Meta	Nº de Prefeituras Atendidas	Nº de Secret Est Atendidas
					Atingida até 30/06/2006*		
1065 - Desenvolvimento da Educação Infantil	09HI - Apoio à Aquisição de Equipamento para a Rede Pública de Educação Infantil	R\$3.000.000,00	R\$532.675.056	60 Escolas Equipadas	30 Escolas	19	0
	09HJ - Apoio à Reestruturação Física da Rede Pública de Educação Infantil	R\$2.500.000,00	R\$2.061.021,18	3.125 m²	4.722,8 m²	22	0
1376 - Desenvolvimento do Ensino Fundamental	09CK - Apoio à Ampliação do Ensino Fundamental para 9 anos	R\$2.500.000,00	R\$78.595,89	6.000 alunos	4.199 alunos	3	0
1072 - Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica	0966 - Apoio à Formação Continuada de Professores de Ensino Fundamental	R\$9.000.000,00	R\$8.056.631,59	27 mil professores	24.162 professores	259	1
	0973 - Apoio à Formação Continuada de Professores da Educação Infantil	R\$3.500.000,00	R\$2.213.797,79	10.472 professores	5.565 professores	146	0
	09DP - Apoio à Formação Continuada de Trabalhadores Estaduais e Municipais da Educação Básica	R\$5.990.633,00	*R\$287.604,80	15.708 trabalhadores	1.027 trabalhadores	7	3

Os valores e metas atingidas, exceto nas ações 09HI e 09HJ, referem-se aos convênios efetuados até 30/06/2006, segundo dados do SAPE/FNDE. Nas ações 09HI e 09HJ os valores indicados referem-se aos projetos aprovados.

A revalidação, pela Resolução CD/FNDE/Nº 20, de 17 de abril de 2006, dos PTA's não atendidos em 2005, possibilitou que um grande número de municípios pudesse ter seus projetos recomendados.

Por conta da legislação eleitoral, que limita os prazos para emissão de convênios, ainda

não podemos ter um quadro definitivo do número final de beneficiários, o que não impede, pelos levantamentos preliminares, afirmar que as metas serão superadas pelo 3º ano consecutivo.

Os recursos consignados para a ação de Formação Continuada de Profissionais de Apoio, foram repassados à UNB, por meio de convênio, para execução do Profucionário – Programa de Formação Técnica Profissional.

Para 2007, recomendam-se as seguintes atividades:

- Impressão e distribuição de material orientativo sobre os programas da SEB para os estados e municípios.
- Implementação de curso a distância para capacitação de técnicos educacionais em elaboração, aplicação, desenvolvimento e acompanhamento de programas de formação continuada.
- Implementação de Projeto de Cooperação Técnica para superação de baixos índices de desempenho escolar em municípios das regiões Norte e Nordeste.
- Consolidação da proposta de monitorização de Planos Programas e Projetos Educacionais junto aos estados e municípios que recebem recursos de convênios MEC/FNDE.

6.3. PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

O Programa consiste na capacitação de conselheiros, pais, estudantes, líderes comunitários, membros de sindicatos dos trabalhadores em educação, técnicos de secretarias municipais de educação e dirigentes estaduais e municipais de educação, visando o fortalecimento das entidades e promoção do regime de colaboração entre os órgãos normativos.

Ações executadas:

- Participação no Fórum Social Mundial, em Caracas – Venezuela, com exposição do Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação e distribuição de 10.000 folders dos Programas da Coordenação.
- Realização de Seminário Internacional sobre Gestão Democrática da Educação e Pedagogias Participativas, com aproximadamente 300 pessoas de todo o Brasil. Distribuídos caderno de textos dos painelistas e manual para os participantes.
- Envio de 2.000 e-mails e recebimento de 1.800 e-mails durante a realização do seminário internacional.
- Elaboração e Impressão de 2.000 exemplares, totalizando 6.000 encomendas, dos cadernos de oficina 2, Caderno de Referência 2 e Guia de Consulta do Programa.
- Envio de ofício para as secretarias e conselhos municipais de educação, juntamente com o formulário do SICME-2006, totalizando 7.060 correspondências.
- Cadastramento de aproximadamente 3.000 municípios no Sistema de Informações

dos Conselhos Municipais de Educação – SICME que tem por objetivo registrar informações sobre os Conselhos Municipais de Educação de todo o Brasil, sendo 2.000 diretamente realizados pelos municípios e 1.000 pela CAFISE.

- Assinatura e Distribuição da Revista *Documenta*, editada pelo Conselho Nacional de Educação para aproximadamente 1.500 Conselhos Municipais de Educação, já cadastrados no SICME em 2005;
- Elaboração e impressão de 12.000 exemplares do “Perfil dos Conselhos Municipais de Educação”, contendo a análise das informações dos Conselhos Municipais de Educação cadastrados no SICME, em 2005 a ser distribuído a todas as secretarias municipais de educação, conselhos municipais de educação, conselhos estaduais, entidades em geral, após as eleições;
- Elaboração e Disponibilização na página da internet de documento orientador sobre Conferência Municipal de Educação. Esta publicação não foi impressa;
- Desenvolvimento de Sistemas, no âmbito da SEB, para tabulação dos resultados das pesquisas: *Revista Documenta e Perfil dos Conselheiros Municipais de Educação, com a inclusão de 400 formulários de avaliação para cada pesquisa.*
- Elaboração de formulário-piloto para levantamento de informações dos conselheiros municipais de educação, com aplicação, análise e tabulação das informações coletadas em 05 estados durante os encontros presenciais;
- Exposição da política do Ministério da Educação no eixo da gestão democrática, articulação e planejamento das atividades para o próximo ano, no Encontro Nacional da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação – *UNCME* - realizado em Agosto de 2006, com participação de 300 pessoas;
- Participação em encontros regionais realizados nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraíba, Rio Grande do Norte, para discussão da política pública voltada para os conselhos municipais de educação e do princípio da gestão democrática;
- Gravação e distribuição (03 Dvds contendo 05 programas) para 26 coordenações estaduais da *Uncme* da Teleconferência Gestão Democrática da Educação, realizada pela TVE, Salto para o Futuro;
- Convênio com a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação – *UNCME* – para realização de encontros regionais de capacitação, bem como imprimir material didático-pedagógico para todos os estados brasileiros.
- Elaboração de projeto para convênio com a Caixa Econômica Federal, solicitando a aquisição de 1.500 *computadores usados* para doação aos Conselhos Municipais de Educação, cadastrados no SICME no ano de 2005;
- Elaboração de Projeto para desenvolvimento de Cooperação Bilateral Brasil-Espanha no campo da gestão democrática da educação;
- Elaboração de *Projeto de Lei* de Emenda à *Lei nº 9.394/96* - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, sugerindo a criação e o reconhecimento, em lei federal, dos Conselhos de Educação nos Estados, Municípios e Distrito Federal. Os já existentes em todos os Estados e em vários Municípios, não foram criados

por lei federal;

- Realização de 05 Encontros de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação em 05 estados do Brasil, sendo capacitados o total de 1.048 conselheiros de 472 municípios participantes, distribuídos conforme tabela abaixo:

Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação

Evento	Mês	Dia	Local	Cidade	Estado	Participantes
Seminário Internacional sobre gestão democrática da educação	Abril	24 a 28	Centro de Convenções Ulysses Guimarães	Brasília	DF	300
Encontro Estadual do Programa Nacional de Capacitação dos Conselheiros Municipais de Educação	Junho	07 a 10	Ouro Minas Palace Hotel	Belo Horizonte	MG	350
Encontro Estadual do Programa Nacional de Capacitação dos Conselheiros Municipais de Educação	Junho	26 a 29	City Hotel Porto Alegre	Porto Alegre	RS	350
Encontro Estadual do Programa Nacional de Capacitação dos Conselheiros Municipais de Educação	Julho	10 a 13	Augustus Hotel	Goiânia	GO	350
Encontro Estadual do Programa Nacional de Capacitação dos Conselheiros Municipais de Educação	Julho	24 a 27	Da Vinci Hotel	Manaus	AM	150
Encontro Estadual do Programa Nacional de Capacitação dos Conselheiros Municipais de Educação	Setembro	12 a 15/09	Mar Hotel	Recife	PE	350

6.4. PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DOS CONSELHOS ESCOLARES

o Programa consiste na capacitação de diretores de escolas, professores, pais, alunos, funcionários e pessoas da comunidade em geral que integram conselhos de instituições de ensino municipais e estaduais.

Ações Executadas:

- Realização do segundo Curso de Extensão a Distância Capacitação Continuada em Conselhos Escolares para 3.225 técnicos das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e representantes dos trabalhadores em educação que atuam nos sistemas de ensino, em parceria com a Universidade de Brasília – UnB;

- Reimpressão de 12 mil kits do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares para atender as demandas de capacitação de conselheiros escolares realizadas pelos municípios.
- Elaboração de cinco novos cadernos do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares.
- Realização de um Encontro para testagem e validação dos cinco novos cadernos que comporão o kit do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolar, realizado em Goiânia/GO, com 130 participantes entre técnicos, dirigentes e representantes de sindicatos e instituições não governamentais, além de Conselheiros Escolares.
- Impressão de 300 mil exemplares dos novos cadernos do Programa, sendo 60 mil de cada exemplar, formando 60 mil kits que serão distribuídos às escolas com mais de 250 alunos, às Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, além de outros órgãos.
- Elaboração de um sistema informatizado para o controle das solicitações e envios de kits do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares para o apoio a estados e municípios na realização de Capacitações de Conselheiros Escolares.
- Implementação de ações no sítio na internet com informações sobre o Programa e disponibilização de todo o material didático-pedagógico utilizado nas capacitações;
- Cadastramento de Experiências Exitosas de Conselhos Escolares no sítio do Programa, com o objetivo de disponibilizar as experiências de Conselhos Escolares das escolas do Brasil;
- Distribuição de 7.365 kits do Programa para o atendimento a 28 municípios na realização de cursos de capacitação de conselheiros escolares;
- 400 assessorias técnica à distância para dirimir dúvidas sobre o Conselho Escolar;
- Realização de 20 reuniões técnicas no âmbito do MEC e de outros órgãos para discutir temas ligados ao Conselho Escolar;
- Elaboração do Projeto Piloto de um Curso de Extensão, a Distância, de Capacitação Continuada em Conselhos Escolares, em parceria com a Universidade de Brasília – UNB, a ser ofertado para 300 Conselheiros Escolares, em convênio com a Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Norte e a Secretaria Municipal de Educação de Natal, para atender todas as escolas públicas desta capital, com início previsto para novembro.
- Realização de 5 Encontros Estaduais de Formação do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares em 5 estados do Brasil, sendo capacitados 964 técnicos e dirigentes das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e representantes dos trabalhadores em educação, distribuídos conforme tabela abaixo:

Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares

Evento	Mês	Dia	Local	Cidade	Estado	Participantes
Encontro Estadual do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares	Fevereiro	15 a 17	Gran Marquise Sol Meliá	Fortaleza	CE	210
Encontro Estadual do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares	Março	15 a 17	Hotel Fazenda Mato Grosso	Cuiabá	MT	180
Encontro Estadual do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares	Abril	11 a 13	Best Western Praia Mar	São Luiz	MA	230
Encontro Estadual do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares	Maior	08 a 10	Aquários Hotel	Aracaju	SE	180
Encontro Estadual do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares	Junho	05 a 07	Augustus Hotel	Goiânia	GO	164
Encontro Municipal do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares	Outubro	24 a 26	La Maison	Fortaleza	CE	848
TOTAL						1.812

6.5. CAPACITAÇÃO DE GESTORES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (PNE).

Consiste na capacitação de Dirigentes para a elaboração de Plano Municipal de Educação e planejamento da rede escolar com base em experiências em Minicenso Educacional.

Atividades realizadas:

- Conclusão do Projeto: Estatísticas Básicas para a Avaliação do Plano Nacional de Educação de Educação – Uma Perspectiva Regional realizado por intermédio de um convênio de descentralização de recursos firmado pela SEB com a UFMG/Cedeplar – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional.
- Elaboração de 05 relatórios contendo diagnósticos regionais sobre a dinâmica dos indicadores educacionais nos estados e municípios e distribuição de 500 cópias para órgãos estaduais e municipais.
- Realização de cinco Seminários Regionais para discutir diagnóstico demográfico e educacional e metas do PNE por Estado, com a participação de 404 gestores e dirigentes estaduais de educação;
- Impressão e distribuição para os municípios e órgãos ligados aos sistemas de ensino de 03 Documentos de apoio:
 - 15.000 cópias de Documento Norteador para a Elaboração de Plano Municipal de Educação

- 15.000 exemplares de Subsídios para Planejamento da Rede Escolar com Base em experiências em Minicenso Educacional;
 - 15.000 exemplares de Subsídios para o Planejamento de Conferência Municipal de Educação, com o objetivo de subsidiar os dirigentes municipais na elaboração do planejamento educacional do município e construção do PME.
- Atualização do quadro diagnóstico sobre o estágio de elaboração dos Planos Estaduais de Educação - PEE e dos Planos Municipais de Educação - PME.
 - Distribuição de 5.561 CD-Rom com uma base de dados demográficos e educacionais (municipais e estaduais) para a avaliação do PNE e dos Planos Decenais correspondentes;
 - Distribuição de 470 CD-Rom com uma base de dados demográficos e educacionais (consolidados por estado e por região) para a avaliação do PNE, para diversas entidades estaduais e federais, além de órgãos nacionais e organismos internacionais ligados à educação;
 - Palestra sobre o Plano Municipal de Educação no Seminário promovido pelo Sindicato dos Trabalhadores de Educação do Mato Grosso, em Cuiabá e no II Encontro Temático do Ministério Público Pela Justiça na Educação no estado do Paraná em Curitiba/PR
 - 200 assessorias técnica à distância para dirimir dúvidas sobre a elaboração do Plano Municipal de Educação, realização de minicenso e conferência municipal de educação;
 - Realização de 20 reuniões técnicas no âmbito do MEC e de outros órgãos para discutir temas ligados ao PNE e Planos decenais correspondentes.

6.6. ESCOLAS DE GESTORES

Consiste na formação de gestores escolares da educação básica, com curso de especialização (pós-graduação) ou de curso de atualização para os gestores não-graduados, em parceria com as universidades públicas que se tornarão agências formadoras.

Ações Executadas em 2006:

- reuniões de planejamento interno para organização da proposta de operacionalização do Programa Escola de Gestores da Educação Básica. Realizou-se reunião com o FUNDESCOLA/FNDE/DIPRO para discutir a proposta de Projeto Básico que foi re-elaborada pela SEB;
- reuniões com Consultores Externos para elaboração do Projeto de Curso; contatos com representantes das entidades parceiras do GT Interinstitucional: ANPED, UNDIME, CONSED, ANDIFES, FUNDESCOLA/DIPRO e UNESCO/PNUD, para apresentar a nova Proposta de Projeto Básico e Projeto de Curso a ser

desenvolvido;

- reunião técnica com consultores externos para continuidade da elaboração do Projeto de Curso e finalização do Projeto Básico;
- reunião técnica com a ANPED, com a participação de 25 representantes das Universidades Federais do país e com especialistas em Gestão Educacional e Educação a Distância para apresentação da proposta do Projeto de Curso e operacionalização do Programa;
- reunião com representantes do Banco Mundial, e FNDE/FUNDESCOLA/DIPRO para apresentação da proposta de curso e discussão do financiamento do programa;
- A SEB (Secretaria de Educação Básica), recebeu o Plano de Trabalho da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), detalhando custos para a elaboração do material didático, versão on-line e impressa;
- reuniões técnicas internas e externas com os parceiros do projeto, para detalhamento das atividades;
- reuniões técnicas internas e externas com as Universidades Federais que estarão responsáveis pela implementação do Programa e com os representantes da UNDIME e das Secretarias Estaduais de Educação dos seguintes Estados: Bahia, Espírito Santo, Ceará, Mato Grosso, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Tocantins. Realizou ainda uma reunião externa, em Recife, com a UFPE – Universidade Federal de Pernambuco, para detalhamento do Plano de Produção do Material didático-pedagógico do Curso, além das Secretarias Estaduais de Educação da BA, ES, CE, MT, PE, PI, RN, RS, SC e TO, para orientações técnicas quanto para elaboração de seus Planos de Trabalho de implementação do Curso.

6.7. PROJETO SEMI-ÁRIDO

Consiste em informatizar, equipar, estruturar e prestar assistência técnica, com o propósito de promover o desenvolvimento gerencial e melhorar a qualidade de ensino, beneficiando todas as secretarias municipais de educação que estão no semi-árido nordestino.

Ações realizadas em 2006:

- Celebração de novo convênio com a UNDIME para Projeto Semi-Árido II;
- Capacitação de 1.088 gestores e técnicos das equipes de secretarias municipais de educação, para reestruturarem as funções estratégicas das secretarias por meio da revisão dos processos de trabalho, identificação de entraves, dificuldades e potencialidades do órgão gestor; a ser executado conforme o plano de trabalho apresentado;
- Modernização de 68 secretarias administrativamente, implantando sistema informatizado para apoiar o planejamento, o controle, o acompanhamento e a

avaliação da qualidade da educação;

- Ações conjuntas com a executora do projeto e entidades parceiras para diagnóstico e correção de problemas durante as etapas de execução do projeto;
- Elaboração de projeto para convênio com a Caixa Econômica Federal, solicitando a aquisição de computadores *usados* para doação aos municípios atendidos com o projeto semi-árido;
- Elaboração e confecção gráfica de banners e folders para subsidiar a execução de atividades do projeto semi-árido;
- Distribuição, para as universidades parceiras do projeto, do material de apoio produzido;
- Acompanhamento técnico do material didático e outros produtos elaborados pelo Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação da Bahia e demais entidades parceiras que serão utilizados como ferramentas de execução do trabalho.

6.8 PROJETO PROFUNCIÓNÁRIO

Curso de formação técnica, de nível médio, para os trabalhadores das escolas que atuam nas funções de apoio, de acordo com as habilitações aprovadas no CNE, a partir da criação da 21ª Área de Formação Técnica Profissional. A Resolução CEB/CNE nº 05/2005 cria a Área Profissional de Serviços de Apoio Escolar, com 04 habilitações:

- Técnico em Gestão Escolar
- Técnico em Alimentação Escolar
- Técnico em Multimeios Didáticos
- Técnico em Infra-estrutura e Meio ambiente

Para sua implementação são realizados cursos modulares e a distância, com acompanhamento de tutoria e professores orientadores, em parceria com Estados e Municípios.

São contemplados trabalhadores que atuam na merenda, administração, biblioteca, laboratório, vigilância e infra-estrutura das escolas públicas.

Como Projeto Piloto, o programa atendeu 5 mil funcionários das redes estaduais e municipais de ensino, nos estados de Pernambuco, Piauí, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Paraná.

Durante o ano de 2006, o Programa foi expandido e passou a atender mais 12 Unidades da Federação, 11 por meio de Convênio com as SEDUCs locais, sendo eles: Maranhão, Paraíba, Bahia, Acre, Goiás, Santa Catarina, Ceará, Rondônia, Mato Grosso, Alagoas, Rio Grande do Norte e São Paulo, cujo convênio foi assinado com a UNDIME, alcançando um total de 23.000 funcionários cursistas.

Os recursos são transferidos por meio de Convênio, no valor de R\$ 4.683.752,30 (quatro milhões, seiscentos e oitenta e três mil, setecentos e cinquenta e dois reais e trinta centavos) para a UNB, responsável pela organização e implementação de toda a cadeia de produção dos módulos, pelos professores autores, nas diferentes mídias utilizadas (impressos, CDROM, e WEB).

Em 2006 foram realizadas as seguintes atividades:

- Formação de Tutores e Professores Orientadores inseridos no Projeto Piloto do Profucionário;
- Visitas para exposição do Programa aos Estados interessados em sua implantação;
- Realização do III Seminário do Profucionário, com o objetivo de formar as equipes estaduais participantes da expansão, bem como avaliar a implantação do programa nos estados pilotos. O Seminário foi promovido e coordenado pelo MEC e CEAD/UNB, com duração de 24 horas, distribuídas em 3 dias. O evento contou com a presença de 200 participantes.

Implantado em 2005, o Profucionário teve excelente repercussão, uma vez que respondeu à uma demanda histórica para esse segmento de trabalhadores da educação, bem como iniciou o atendimento às metas do PNE de valorização dos Profissionais da educação e, melhoria da qualidade da oferta educacional.

Para o ano de 2006, estava prevista a ampliação do número. de vagas nos Estados já inseridos no Programa e a expansão a mais 12 Estados. As metas foram atingidas, uma vez que estão sendo atendidos 22 mil funcionários, em 17 estados.

O Programa tem atingido o seu objetivo principal que é contribuir para a construção da identidade profissional, para a elevação do padrão de qualidade dos serviços prestados e para a democratização da escola como espaço público.

6.8.1. CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO

Curso de especialização em nível de pós graduação, atende Professores Orientadores e Tutores, inseridos nos Profucionário. A especialização abrange as áreas de Serviços de Apoio Escolar nas 4 habilitações:

- Gestão escolar
- Alimentação escolar
- Multimeios didáticos
- Infra-estrutura e meio ambiente

É realizado por meio de curso modular e à distância, com acompanhamento de tutores e professores orientadores, ofertado pelo CEAD/FE/UNB.

Os recursos são repassados por meio de Convênio, no valor de R\$ 1.617.275,70 (Um milhão, seiscentos e dezessete mil, duzentos e setenta e cinco reais e setenta centavos) ao

CEAD/FE/UNB. Responsável pela organização e implementação de material e oferta do curso.

6.9. ACOMPANHAMENTO DOS PROJETOS EM TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL

a) Projeto de Lei nº 1592/2003 – Estabelece os princípios e as diretrizes dos planos de carreira para os profissionais da educação básica pública. Autoria: Deputado Carlos Abicalil.

Está na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) aguardando Parecer do relator Dep. Isaiás Silvestre

b) Projeto de Lei nº 1918/2003 – Modifica o art. 62 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que trata da formação de docentes para a educação básica. Autoria: Deputado Carlos Abicalil.

Está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

c) Projeto de Lei nº 2.738/2003 – Regulamenta a instituição do Piso Salarial Profissional Nacional – PSPN para os profissionais da educação escolar, nos termos do art. 206 da constituição Federal. Autoria: Deputado Carlos Abicalil.

Está na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP), aguardando Designação de Relator.

d) Projeto de Lei do Senado nº 507/2003 – Modifica o art. 61 da Lei nº 9.394/1996, com a finalidade de ampliar as categorias que devem ser consideradas profissionais da educação, incluindo os trabalhadores que atuam nas escolas de educação básica para além das funções docentes. Autoria: Senadora Fátima Cleide.

Aguardando votação na Câmara.

e) PEC 481/2005 - Dispõe sobre requisitos para a aposentadoria de professores da rede pública de educação infantil e de ensino fundamental e médio. Autoria: Deputada Neyde Aparecida

Estende a regra de transição para aposentadoria ao professor do magistério público; aplicando o disposto na Emenda Constitucional nº 47, de 2005 (Pec - Paralela)

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Parecer do Relator, Dep. Ademir Camilo, pela admissibilidade.

f) Projeto de Lei nº 4.671/2004

Altera o art. 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, incluindo, para os efeitos do disposto no § 5º do art. 40 e no § 8º do art. 201 da Constituição Federal, definição de função de magistério. Inclui como atividade educativa a direção de estabelecimento de ensino e a coordenação e assessoramento pedagógico. Autoria: Deputada Neyde Aparecida

Transformado na Lei Ordinária 11301/2006. DOU 11/05/06 PÁG 02 COL 03.

g) PEC 0009/2006 - Dá nova redação aos arts. 23, 30, 206 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e acrescenta § 5º ao art.

211 da Constituição Federal. (Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB). Autoria: Poder Executivo

Em tramitação na Câmara, para votação do substitutivo do Senado.

7 - POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

7 - POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

O Departamento de Desenvolvimento de Políticas de Financiamento da Educação Básica – DEFINEB – tem hoje como principal atribuição o acompanhamento e a supervisão do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, criado pela E.C. n.º 14/96 e regulamentado pela Lei n.º 9.424/96 e pelo Decreto n.º 2.264/97.

O DEFINEB tem como público alvo o grupo de pessoas que demandam esclarecimentos e informações relacionados à operacionalização do FUNDEF, representado, principalmente, por alunos, professores, pais de alunos, conselheiros do FUNDEF, representantes de sindicatos, prefeitos, vereadores, secretários de educação e cidadãos em geral. Os destinatários finais da aplicação dos recursos, entretanto, são os professores e alunos do ensino fundamental público.

As ações relacionadas ao Departamento de Desenvolvimento de Políticas de Financiamento da Educação Básica encontram-se inseridas no Programa 1072 - Valorização e Formação dos Professores e Trabalhadores da Educação Básica, Ação 0304 - Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, sendo que os recursos, originários das transferências constitucionais aos Estados e Municípios, com arrecadação realizada pela União, são assegurados e programados no Orçamento da União como transferências constitucionais, no Ministério da Fazenda. A parcela relativa à Complementação da União aos Estados e Municípios é alocada e executada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. A execução financeira desses recursos ocorreu com a devida regularidade, de acordo com a previsão e a programação estabelecidas para o exercício.

7.1.INDICADORES RELEVANTES

Ações voltadas à efetiva destinação dos recursos do FUNDEF:

Considerando a necessidade de disseminar informações que concorram para a melhoria do acompanhamento, controle e fiscalização do FUNDEF e objetivando aperfeiçoar esses mecanismos, no âmbito dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundo, dos órgãos de controle externo e da própria sociedade, o Departamento oferece orientações e apoio técnico a Estados, a Municípios, a instituições e pessoas físicas ou jurídicas interessadas, conforme demonstra as seguintes ações, realizadas no período de janeiro a outubro de 2006:

- Participação em encontros com secretários de educação, prefeitos, vereadores, instituições de ensino, organizações governamentais e não-governamentais em diversos Estados, visando proporcionar a adequada utilização dos recursos e satisfatórios níveis de fiscalização, acompanhamento e controle social sobre os valores transferidos;
- Encaminhamento de orientações/esclarecimentos sobre o FUNDEF, com emissão de cerca de 11.403 correspondências (ofícios, fax, memorandos e e-mails) a entidades e à sociedade em geral, atendendo a professores, pais de alunos,

representantes de sindicatos, prefeitos, vereadores, secretários de educação, Ministério Público, Tribunal de Contas e cidadãos, sobre assuntos relacionados à aplicação dos recursos do Fundo, remuneração do magistério e outras despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino, pagamento de abonos e gratificações, educação especial e de jovens e adultos, transporte escolar, funcionamento do Conselho do FUNDEF, recomendações sobre providências referentes a denúncias e irregularidades praticadas com recursos do FUNDEF, plano de carreira, capacitação/habilitação de professores, informações sobre valores repassados, dentre outros;

- Fornecimento, via telefone e pessoalmente, de orientações gerais sobre o FUNDEF;
- Distribuição aos Conselhos do FUNDEF, Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, Ministério Público, Câmaras de Vereadores e Tribunais de Contas de:
 - 900 Cartazes de orientação sobre “o que pode” e “o que não pode” ser realizado com recursos do FUNDEF;
 - 1.200 *Folders* com informações sobre o FUNDEB (elaborados pela Assessoria de Comunicação Social do MEC);
 - 7.500 Manuais de Orientação do FUNDEF;
 - 2.500 fitas de vídeo, destinadas à capacitação/orientação dos conselheiros municipais do FUNDEF.
- Participação em diversos eventos (encontros, debates, seminários, reuniões técnicas, audiências públicas, congressos, etc), com o objetivo de apresentar orientações sobre o FUNDEF e perspectivas relacionadas ao FUNDEB;
- Elaboração de documento com consolidação, por região, de ocorrências/reclamações encaminhadas ao MEC/SEB/DEFINEB sobre o FUNDEF, relativas ao exercício de 2005;
- Participação em 04 (quatro) Encontros para capacitação de conselheiros municipais do FUNDEF, em trabalho integrado com o FNDE, conforme cronograma a seguir:

DATA	LOCAL	MUNICÍPIOS BENEFICIADOS
26 a 28/04/2006	Salinópolis – PA	32
16 a 18/05/2006	Teresina – PI	30
31/05 a 02/06/2006	Paragominas – PA	17
28 a 30/06/2006	Cuiabá – MT	37
	TOTAL	116

- Participação em 15 (quinze) Oficinas realizadas pela Secretaria Executiva do MEC, para apresentação dos principais programas da Secretaria de Educação Básica. Essas oficinas foram realizadas conforme cronograma abaixo e tiveram como público alvo os gestores municipais.

DATA	LOCAL	MUNICÍPIOS BENEFICIADOS
20/02/2006	Porto Velho – RO	49

DATA	LOCAL	MUNICÍPIOS BENEFICIADOS
23/02/2006	Boa Vista – RR	14
03/03/2006	Rio Branco – AC	20
06/03/2006	Manaus – AM	36
10/03/2006	Macapá – AP	09
17/03/2006	Rio de Janeiro – RJ	68
23/03/2006	Novo Hamburgo – RS	218
24/03/2006	Bagé – RS	
29/03/2006	Cruz Alta – RS	
31/03/2006	Palmas – TO	64
03/04/2006	João Pessoa – PB	126
05/04/2006	Aracaju – SE	63
07/04/2006	Natal – RN	132
12/04/2006	Campo Grande – MS	63
17/04/2006	Teresina – PI	98
	TOTAL	960

O DEFINEB, até 31/10/2006, recebeu e encaminhou ao Ministério Público e Tribunais de Contas Estaduais (para conhecimento e adoção das medidas julgadas pertinentes) reclamações relacionadas ao FUNDEF, que apontaram supostas irregularidades em 492 municípios. Do total de municípios denunciados, foram registradas 615 ocorrências, das quais as mais representativas são:

- Injustificado(s) magistério do ensino fundamental (salários, 13º salário e férias), face à regularidade nas transferências dos recursos do FUNDEF ao município;
- Aplicação de recursos do FUNDEF em atraso(s) no pagamento da remuneração dos profissionais do ações não caracterizadas como de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental público, contrariando o disposto no art. 2º da Lei nº 9.424/96 e o art. 70 da Lei nº 9.394/96 (LDB);
- Não aplicação do mínimo de 60% da receita do FUNDEF na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício no ensino fundamental público, contrariando o disposto no art. 7º da Lei nº 9.424/96;
- Aplicação de recursos do FUNDEF em outros níveis de ensino que não o ensino fundamental público, contrariando o disposto no art. 2º da Lei nº 9.424/96 e o art. 70 da Lei nº 9.394/96 (LDB);
- Criação do Conselho do FUNDEF sem indicação dos seus membros pelos segmentos representados (professores, pais de alunos e servidores das escolas);
- Não disponibilização, ao Conselho de Acompanhamento do FUNDEF, de dados e informações sobre o recebimento e a aplicação dos recursos do Fundo;
- Não funcionamento do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF.

7.2. RESULTADOS FINAIS OBTIDOS

No ano de 2006, a previsão é de que os recursos do FUNDEF alcancem o total de R\$ 35,5 bilhões, representando um crescimento de 8,3% em relação ao exercício de 2005.

COMPOSIÇÃO DO FUNDEF SEGUNDO A ORIGEM DOS RECURSOS

R\$ Milhões

ORIGEM DOS RECURSOS	Realizado 2005		2006			
			Realizado de Janeiro a Outubro		Estimativa para o ano	
	FUNDEF	PART %	FUNDEF	PART %	FUNDEF	PART %
a) FPM (Fundo de Participação dos Municípios)	4.674,5	14,3	4.144,2	14,7	4.931,1	13,9
b) FPE (Fundo de Participação dos Estados)	4.493,6	13,7	3.968,5	14,1	4.712,0	13,3
c) ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços)	22.305,9	68,1	19.254,9	68,5	24.600,4	69,3
d) IPIexp (Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações)	366,6	1,1	308,6	1,1	410,3	1,2
e) LC 87/96 (Desoneração de Exportações - Lei Complementar n.º 87/96)	508,9	1,6	219,1	0,8	510,0	1,4
f) SUBTOTAL (a+b+c+d+e)	32.349,5	98,8	27.895,3	99,3	35.163,8	99,1
g) Complementação da União (Valor financeiro transferido no ano)	395,3	1,2	207,5	0,7	313,7	0,9
g.1) Valor do ano, definido em Portaria/MF (1)	465,0	1,4	369,1	1,3	369,1	1,0
g.2) Ajuste de Contas (crédito) de exercício anterior						0,0
j) Complementação da União (Valor do ano, por competência = (g-(g2)+h+i)	395,3	1,2	207,5	0,7	313,7	0,9
l) TOTAL DO FUNDEF (f+j)	32.744,8	100,0	28.102,8	100,0	35.477,5	100,0

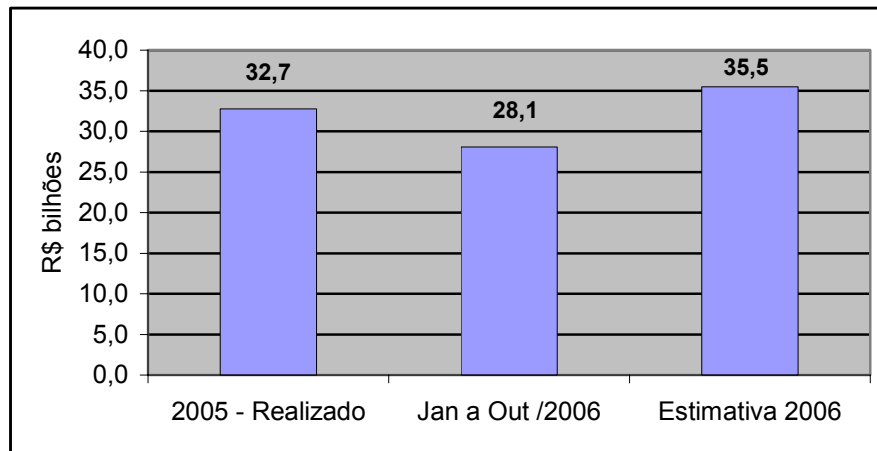
Fonte: SIAFI e Portarias/MF de Complementação da União.

1) 2005 - Valor definido na Portaria/MF nº 41, de 29/03/2005

2006 – Valor realizado de Janeiro a Outubro /2006

Estimativa 2006 – valor baseado na estimativa de receitas de 2006

COMPARATIVO ANUAL DE RECURSOS DO FUNDEF



A distribuição dos recursos do FUNDEF entre o Governo Estadual e os Municípios, no âmbito de cada Estado, é realizada com base no número de alunos atendidos no Ensino Fundamental em cada rede de ensino, observando-se a garantia do valor mínimo nacional por aluno/ano.

O valor mínimo nacional por aluno/ano para 2006, para efeito de garantia dos repasses dos recursos do FUNDEF, foi fixado com diferenciação do custo por aluno dos segmentos das séries iniciais – urbanas (R\$ 682,60); séries iniciais – rurais (R\$ 696,25); quatro séries finais – urbanas (R\$ 716,73); quatro séries finais – rurais e educação especial fundamental – urbana e rural (R\$ 730,38), segundo disposto no Decreto 5.690, de 03/02/2006. Portanto, a elevação nominal de 2006 em relação a 2005 foi de 10%.

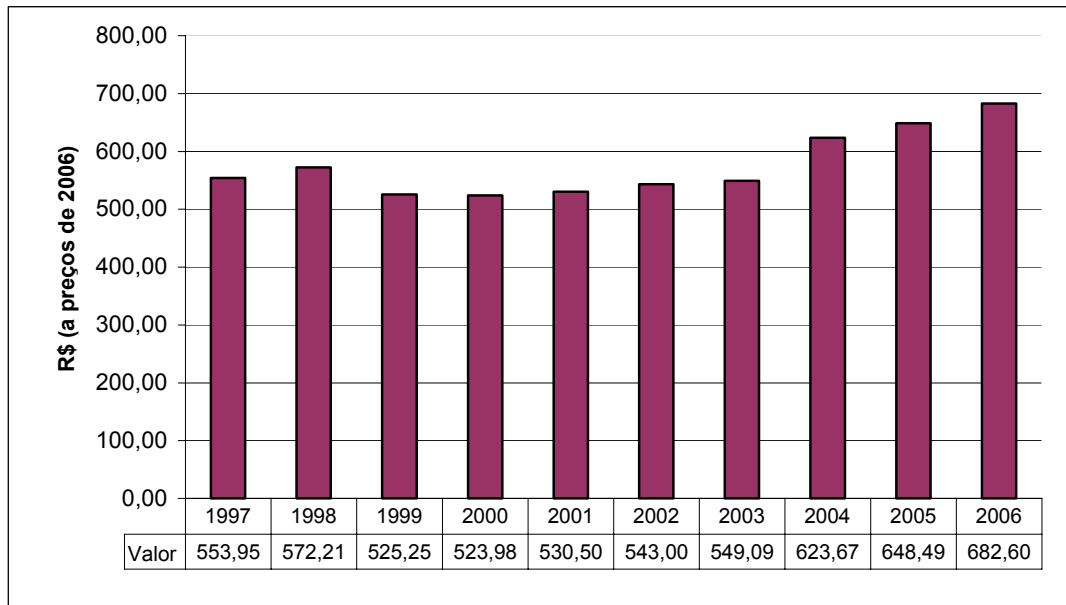
**FUNDEF - VALOR MÍNIMO NACIONAL POR ALUNO/ANO FIXADO
(CRESCIMENTO NOMINAL E REAL - 1997 a 2006)**

Ano	R\$ - Valores Correntes		R\$ - Valores a preços de 2006 (2)	
	1ª a 4ª	Cresc % (1)	1ª a 4ª	Cresc %
1997	300,00	-	553,95	
1998	315,00	5	572,21	3,30
1999	315,00	0	525,25	-8,21
2000	333,00	7,9	523,98	-0,24
2001	363,00	9	530,50	1,24
2002	418,00	15,1	543,00	2,36
2003	462,00	10,5	549,09	1,12
2004	564,63	22,2	623,67	13,58
2005	620,56	9,9	648,49	3,98
2006	682,60	10,0	682,60	5,26
Crescimento acumulado 1997 - 2002		39,3		-2,0
Crescimento acumulado 2003 - 2006		63,3		25,7
Crescimento acumulado 1997 - 2006		127,5		23,2

Fonte: Decretos anuais de fixação do valor mínimo e Portarias/MF de ajustes de contas anuais do FUNDEF

- 7.3. Em 2000 - considerado crescimento com base no valor médio ponderado (R\$339,92) dos dois valores vigentes no ano.
- 7.4. Índice utilizado: IPCA de 1997 a 2005 e 2006 - índice relativo à expectativa inflacionária do COPOM.

VALOR MÍNIMO POR ALUNO/ANO 1ª A 4ª SÉRIE - FUNDEF 1997-2006
(Preços constantes: Índice = IPCA)



As transferências da União, até outubro de 2006, a título de Complementação ao FUNDEF, totalizaram R\$ 207,5 milhões, contemplando os Governos Estaduais e Municipais dos Estados do Maranhão e do Pará, beneficiando um contingente de 3 milhões de alunos do Ensino Fundamental Regular e Especial, dos quais 2,4 milhões são das redes municipais e 622 mil das redes estaduais. Essa parcela de recursos federais é direcionada exclusivamente às Unidades Federadas cujo valor por aluno/ano não alcança o valor mínimo nacional, fixado anualmente desde a implantação do Fundo.

A contribuição dos Estados para formação do Fundo, até outubro de 2006, foi de R\$ 18,8 bilhões e a receita obtida, observada a redistribuição dos recursos com base no número de alunos, foi de R\$ 12,5 bilhões. Já os municípios contribuíram com R\$ 9,1 bilhões e obtiveram uma receita de R\$ 15,6 bilhões.

IMPACTO FINANCEIRO DO FUNDEF, POR UF, REGIÃO E ESFERA DE GOVERNO

Janeiro a outubro/2006

R\$ Milhões

UF / REGIÃO	Governo Estadual			Governo Municipal		
	Contribuição anual ao FUNDEF (a)	Receita anual originária do FUNDEF (b)	Acréscimo/ Redução (b-a)	Contribuição anual ao FUNDEF (a)	Receita anual originária do FUNDEF (b)	Acréscimo/ Redução (b-a)
AC	168,5	127,2	-41,3	34,6	76,0	41,3
AM	401,4	240,0	-161,3	155,4	316,8	161,3
AP	162,6	138,7	-23,9	24,8	48,6	23,9
PA	518,5	195,3	-323,2	242,3	639,0	396,7
RO	228,1	153,5	-74,6	76,9	151,5	74,6
RR	116,8	113,7	-3,1	28,1	31,2	3,1
TO	227,9	170,6	-57,4	83,4	140,7	57,4
NO	1.823,8	1.139,0	-684,8	645,6	1.403,8	758,3
AL	263,9	97,9	-166,0	131,9	298,0	166,0
BA	1.068,4	348,8	-719,6	602,4	1.322,0	719,6
CE	599,4	125,8	-473,7	318,2	791,9	473,7
MA	444,5	148,4	-296,1	225,7	655,9	430,2
PB	327,7	190,5	-137,2	179,4	316,6	137,2
PE	699,3	346,1	-353,2	344,1	697,3	353,2
PI	268,1	93,5	-174,7	139,8	314,5	174,7
RN	346,0	186,9	-159,1	163,0	322,1	159,1
SE	262,1	130,1	-131,9	91,0	223,0	131,9
NE	4.279,4	1.667,8	-2.611,6	2.195,5	4.941,2	2.745,7
GO	512,1	377,6	-134,5	283,8	418,3	134,5
MT	367,8	271,3	-96,4	169,0	265,4	96,4
MS	315,0	207,2	-107,8	148,9	256,7	107,8
CO*	1.194,8	856,1	-338,7	601,7	940,4	338,7
ES	439,0	227,4	-211,6	200,4	412,0	211,6
MG	1.756,6	1.526,3	-230,3	1.072,2	1.302,5	230,3
RJ	1.389,7	538,6	-851,1	564,8	1.415,9	851,1
SP	5.083,1	4.281,5	-801,6	2.228,9	3.030,5	801,6
SD	8.668,4	6.573,8	-2.094,6	4.066,4	6.161,0	2.094,6
PR	997,2	781,6	-215,6	576,9	792,4	215,6
RS	1.180,7	940,6	-240,1	639,4	879,6	240,1
SC	632,3	502,3	-130,0	355,1	485,1	130,0
SU	2.810,1	2.224,4	-585,7	1.571,4	2.157,1	585,7
BR	18.776,6	12.461,1	-6.315,5	9.080,5	15.603,5	6.523,0

Fonte: Elaboração do DEFINEB/MEC, a partir de dados obtidos no SIAFI/2006

* Excluído o Distrito Federal (não há redistribuição de recursos entre governos)

IMPACTO FINANCEIRO DO FUNDEF, POR UF, REGIÃO E ESFERA DE GOVERNO

Estimativa 2006

R\$ Milhões

UF / REGIÃO	Governo Estadual			Governo Municipal		
	Contribuição anual ao FUNDEF (a)	Receita anual originária do FUNDEF (b)	Acréscimo/ Redução (b-a)	Contribuição anual ao FUNDEF (a)	Receita anual originária do FUNDEF (b)	Acréscimo/ Redução (b-a)
AC	196,6	149,6	-47,0	42,4	89,4	47,0
AM	500,2	298,9	-201,3	193,2	394,5	201,3
AP	187,5	158,4	-29,1	26,4	55,5	29,1
PA	645,1	246,2	-398,9	297,2	807,2	510,1
RO	278,1	187,9	-90,2	95,3	185,5	90,2
RR	135,7	135,4	-0,3	36,8	37,0	0,3
TO	287,4	217,6	-69,8	109,7	179,6	69,8
NO	2.230,5	1.393,9	-836,6	801,0	1.748,7	947,8
AL	332,8	123,1	-209,7	165,3	375,0	209,7
BA	1.447,5	462,5	-985,0	769,6	1.754,6	985,0
CE	762,8	157,6	-605,2	388,3	993,4	605,2
MA	510,9	180,8	-330,1	267,4	800,1	532,6
PB	353,4	207,6	-145,7	199,4	345,1	145,7
PE	832,1	412,0	-420,1	410,9	831,0	420,1
PI	308,6	108,3	-200,4	164,2	364,6	200,4
RN	410,7	220,7	-190,1	190,9	381,0	190,1
SE	315,8	155,7	-160,1	106,9	267,0	160,1
NE	5.274,7	2.028,4	-3.246,3	2.662,9	6.111,7	3.448,8
GO	683,4	496,6	-186,8	363,6	550,4	186,8
MT	571,2	412,5	-158,7	245,1	403,8	158,7
MS	389,5	255,2	-134,4	182,4	316,8	134,4
CO	1.644,2	1.164,3	-479,9	791,1	1.271,0	479,9
ES	608,0	310,7	-297,3	266,1	563,4	297,3
MG	1.751,3	1.567,7	-183,6	1.154,4	1.338,0	183,6
RJ	1.920,0	739,9	-1.180,2	764,9	1.945,0	1.180,2
SP	6.480,0	5.426,8	-1.053,2	2.801,1	3.854,3	1.053,2
SD	10.759,4	8.045,1	-2.714,2	4.986,5	7.700,8	2.714,2
PR	1.273,6	986,8	-286,8	713,7	1.000,5	286,8
RS	1.467,0	1.163,4	-303,7	784,7	1.088,4	303,7
SC	815,9	640,0	-175,9	442,3	618,2	175,9
SU	3.556,6	2.790,2	-766,3	1.940,7	2.707,0	766,3
BR	23.465,3	15.421,9	-8.043,4	11.182,2	19.539,3	8.357,1

Fonte: Elaboração do DEFINEB/MEC, a partir das previsões da STN/MF

* Excluído o Distrito Federal (não há redistribuição de recursos entre governos)

7.3. RESULTADOS SOCIAIS

Nos primeiros anos de vigência do FUNDEF o crescimento anual das matrículas do ensino fundamental alcançou 6%, representado por quase dois milhões de crianças trazidas para as escolas. A partir de 2000 iniciou-se o processo de inversão da curva de crescimento das matrículas, registrando-se uma tendência de redução. Em 2006, no censo preliminar, computou-se 29,9 milhões de matrículas, havendo, portanto uma queda de 1,2% em relação a 2005. O resultado final do censo escolar de 2006 ainda não foi publicado pelo INEP.

MATRÍCULAS DO ENSINO FUNDAMENTAL REGULAR POR UF, REGIÃO E ESFERA DE GOVERNO – 2005/2006

UF/ REGIÃO	Censo 2005					Censo Preliminar 2006				
	Estadual		Municipal		Total de Alunos	Estadual		Municipal		Total de Alunos
	N.º de Alunos	Part. %	N.º de Alunos	Part. %		N.º de Alunos	Part. %	N.º de Alunos	Part. %	
AC	91.614	62,5	55.012	37,5	146.626	90.875	61,0	58.052	39,0	148.927
AM	319.442	28,0	426.330	72,0	592.085	317.709	42,0	437.910	58,0	755.619
AP	94.051	73,7	33.574	26,3	127.625	95.101	72,9	35.388	27,1	130.489
PA	356.591	23,3	1.176.778	76,7	1.533.369	339.145	22,4	1.171.669	77,6	1.510.814
RO	148.389	50,2	146.989	49,8	295.378	148.597	50,8	144.150	49,2	292.747
RR	61.924	78,2	17.270	21,8	79.194	63.118	77,2	18.650	22,8	81.768
TO	141.742	54,5	118.476	45,5	260.218	139.138	52,9	123.702	47,1	262.840
NO	1.213.753	38,1	1.974.429	61,9	3.188.182	1.193.683	37,5	1.989.521	62,5	3.183.204
AL	165.755	15,3	508.566	84,7	600.180	156.472	23,7	503.422	76,3	659.894
BA	574.541	12,6	2.208.104	87,4	2.527.546	540.595	20,3	2.126.904	79,7	2.667.499
CE	206.790	13,5	1.324.884	86,5	1.531.674	190.493	12,8	1.292.871	87,2	1.483.364
MA	265.119	18,3	1.182.441	81,7	1.447.560	246.465	17,5	1.162.908	82,5	1.409.373
PB	278.480	37,4	466.925	62,6	745.405	251.468	35,8	450.545	64,2	702.013
PE	489.865	32,8	1.003.679	67,2	1.493.544	465.284	32,1	983.808	67,9	1.449.092
PI	146.751	23,0	492.461	77,0	639.212	139.049	22,7	474.192	77,3	613.241
RN	191.106	36,6	331.229	63,4	522.335	182.562	35,7	328.856	64,3	511.418
SE	135.415	36,8	232.902	63,2	368.317	125.863	35,2	231.655	64,8	357.518
NE	2.453.822	24,0	7.751.191	76,0	10.205.013	2.298.251	23,3	7.555.161	76,7	9.853.412
DF	300.965	100,0	0	0,0	300.965	308.025	100,0	0	-	308.025
GO	416.452	46,8	472.521	53,2	888.973	403.073	45,5	483.536	54,5	886.609
MS	176.118	44,4	220.872	55,6	396.990	169.226	42,7	227.268	57,3	396.494
MT	284.363	50,3	280.985	49,7	565.348	265.033	48,8	278.224	51,2	543.257
CO	1.177.898	54,7	974.378	45,3	2.152.276	1.145.357	53,7	989.028	46,3	2.134.385
ES	176.287	35,4	321.240	64,6	497.527	148.629	29,8	349.782	70,2	498.411
MG	1.703.881	53,6	1.472.825	46,4	3.176.706	1.657.416	53,6	1.434.785	46,4	3.092.201
RJ	546.094	27,2	1.459.841	72,8	2.005.935	519.138	26,3	1.457.814	73,7	1.976.952
SP	2.960.625	58,0	2.140.873	42,0	5.101.498	2.951.976	56,6	2.262.701	43,4	5.214.677
SD	5.386.887	50,0	5.394.779	50,0	10.781.666	5.277.159	48,9	5.505.082	51,1	10.782.241

UF/ REGIÃO	Censo 2005					Censo Preliminar 2006				
	Estadual		Municipal		Total de Alunos	Estadual		Municipal		Total de Alunos
	N.º de Alunos	Part. %	N.º de Alunos	Part. %		N.º de Alunos	Part. %	N.º de Alunos	Part. %	
PR	742.270	48,6	784.962	51,4	1.527.232	760.134	49,6	771.996	50,4	1.532.130
RS	775.143	51,6	728.313	48,4	1.503.456	752.467	49,6	764.383	50,4	1.516.850
SC	439.507	50,6	428.627	49,4	868.134	438.433	50,0	438.852	50,0	877.285
SU	1.956.920	50,2	1.941.902	49,8	3.898.822	1.951.034	49,7	1.975.231	50,3	3.926.265
BR	12.189.280	40,3	18.036.679	59,7	30.225.959	11.865.484	39,7	18.014.023	60,3	29.879.507

Fonte: Censo Escolar - INEP/MEC

Dados do Censo Escolar: Alunos do ensino fundamental regular e das escolas e classes de educação especial

7.4. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Em 2006 deu-se continuidade à meta governamental de criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, com o objetivo de assegurar um mecanismo de financiamento que promova a inclusão sócio-educacional no âmbito de toda a educação básica, atendendo os alunos da educação infantil, do ensino fundamental e médio e da educação de jovens e adultos.

O Fundo, que substituirá o FUNDEF, deverá ter vigência de 14 anos e ser implantado de forma gradativa, com recursos distribuídos pelo nº de alunos da educação básica e com repasses financeiros automáticos, assim como o FUNDEF.

Com esse novo Fundo, o contingente de beneficiários passará de 30,2 com o FUNDEF para cerca de 48,1 milhões de alunos (dados do censo escolar de 2005) e os recursos passarão de R\$ 35,5 para aproximadamente R\$ 55,2 bilhões no terceiro ano de vigência do Fundo (em valores de 2006), dos quais \$4,5 bilhões serão provenientes da União (R\$ 2 bilhões no primeiro ano, R\$ 3 bilhões no segundo ano e R\$ 4,5 bilhões no terceiro ano) e 10% do montante resultante da contribuição dos Estados e Municípios, a partir do quarto ano.

A Proposta de Emenda Constitucional que cria o FUNDEB foi enviada pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional em 14/06/2005. Em 24/01/2006 foi aprovada em 1º turno pelo Plenário da Câmara dos Deputados e em 02/02/2006 foi aprovada em 2º turno pela mesma Casa. No dia 04/07/2006 o Senado aprovou, com alterações, em dois turnos de votação, a Proposta de Emenda Constitucional, que foi reenviada à Câmara dos Deputados para se submeter a uma nova apreciação e votação final, tendo em vista que a PEC sofreu alterações no Senado.

Paralelamente à tramitação da PEC do FUNDEB no Congresso Nacional, o MEC executou diversas atividades relacionadas ao assunto, como:

- Divulgação de dados e informações técnicas de natureza físico-financeiras relacionadas ao FUNDEB;
- Produção de textos acerca das mudanças a serem promovidas na Educação Básica em função do FUNDEB, para divulgação em jornais e revistas especializados e em

- outros meios de comunicação;
- Fornecimento de relatórios mensais ao Gabinete do Ministro e à Casa Civil da Presidência da República, acerca do andamento do FUNDEB;
 - Continuação do trabalho do grupo de estudo sobre o FUNDEB, criado para analisar e propor incremento e/ou o aperfeiçoamento de fontes alternativas de financiamento da educação básica, bem como incentivo e coordenação de estudos sobre o assunto;
 - Participação na coordenação, apoio técnico e acompanhamento da pesquisa nacional sobre custo aluno/ano da educação básica, por etapa/modalidade de ensino;
 - Participação em Grupo de Trabalho para definição de metodologia de cálculo dos investimentos públicos em educação, coordenado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP;
 - Participação na elaboração e implantação do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação – SIOPE (desenvolvido pelo INEP), que coleta, armazena e disponibiliza informações referentes à receita total e despesas segundo sub-funções ou níveis/modalidades de ensino e natureza, nas três esferas do governo.

7.5 SUGESTÕES / RECOMENDAÇÕES PARA 2007

Para o exercício de 2007 deverão ser priorizadas as ações relacionadas ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, acompanhando a evolução do Projeto de criação e de regulamentação do Fundo no Congresso Nacional e subsidiando a ação governamental nas iniciativas relacionadas à sua preparação e implantação. Caso esse novo Fundo seja criado e regulamentado, recomendamos a execução das ações abaixo relacionadas:

- Elaboração de documento de consolidação do FUNDEF, relativo ao período de sua vigência, divulgando-o por meio eletrônico;
- Elaboração e publicação dos coeficientes de distribuição dos recursos do FUNDEB;
- Nomeação de membros do Conselho do FUNDEB, no âmbito da União;
- Apoio logístico para realização de duas reuniões do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, no âmbito da União;
- Adaptação e alimentação de banco de dados dos Conselhos do FUNDEB, tornando-os disponíveis para a sociedade, via internet;
- Produção e distribuição de Manuais de Orientação do FUNDEB;
- Produção e distribuição de folders para todos os Estados e DF, contendo a previsão anual de recursos do FUNDEB, por Estado e Município;
- Produção e distribuição de folders para orientação aos profissionais da educação sobre a correta aplicação dos recursos do FUNDEB e conseqüente valorização desses profissionais;

- Divulgação de dados e informações técnicas de natureza físico-financeiras relacionadas ao FUNDEB;
- Divulgação nas TVs Executivas (Embratel, TV Escola e TV interna do Banco do Brasil, entre outras) de orientações sobre o FUNDEB;
- Realização de encontros com Tribunais de Contas Estaduais e Municipais para debates e esclarecimentos sobre a fiscalização e controle do Fundo;
- Produção e distribuição de material de orientação aos Conselhos Estaduais e Municipais do FUNDEB, sobre a constituição, as atribuições e o funcionamento dos mesmos;
- Produção e distribuição de material de apoio aos Ministérios Públicos Estaduais no acompanhamento e providências relacionadas ao Fundo;
- Criação e disponibilização, em parceria com a Instituição Bancária depositária dos recursos do FUNDEB, de mecanismo de divulgação de dados relacionados à movimentação da conta do Fundo;
- Incentivo à realização de encontros com promotores e procuradores de justiça, oferecendo orientações técnicas sobre a operacionalização do FUNDEB;
- Produção de textos acerca das mudanças promovidas na Educação Básica em função do FUNDEB, para divulgação em jornais e revistas especializados e em outros meios de comunicação;
- Divulgação, nos meios de comunicação em massa, de informações sobre o FUNDEB, para esclarecimento da sociedade em geral;
- Elaboração e implantação de Programa Nacional de Formação à Distância para os Conselheiros do FUNDEB;
- Continuação do trabalho de coordenação, apoio técnico e acompanhamento da pesquisa nacional sobre custo aluno/ano da educação básica, por etapa/modalidade de ensino;
- Continuação à parceria com o INEP, mediante participação na coordenação de grupo de estudo, criado para analisar e propor incremento e/ou o aperfeiçoamento de fontes alternativas de financiamento da educação básica, bem como incentivar e coordenar estudos sobre o assunto;
- Continuação do trabalho de participação de Grupo de Trabalho para definição de metodologia de cálculo dos investimentos públicos em educação, coordenado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP;
- Continuação dos trabalhos de implantação do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação – SIOPE, desenvolvido pelo INEP, com a participação de representante deste Departamento;
- Elaboração de Projeto de Lei para definição de piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.

8 - PROJETOS EDUCACIONAIS

8 - PROJETOS EDUCACIONAIS

O Ministério da Educação executa, diretamente ou por intermédio de suas autarquias, programas e projetos voltados para a melhoria da qualidade e equidade dos sistemas públicos de educação básica, ampliação e democratização do acesso e aumento da eficiência na gestão desses sistemas. Diante das exigências institucionais percebidas na área de desenho, avaliação e monitoramento de projetos educacionais, o Departamento de Projetos Educacionais – DPR – da Secretaria de Educação Básica se re-estruturou em Agosto de 2004 para desenvolver atividades nessas áreas e, assim, contribuir para a melhoria da qualidade da gestão de políticas e projetos educacionais no âmbito da SEB.

O fortalecimento institucional das ações de desenho monitoramento e avaliação de projetos proporciona o aporte de conhecimento necessário sobre os programas e projetos em execução para informar o processo decisório e, com base técnica, interferir no desenho de novas políticas, programas e projetos para a educação básica.

Para tanto, investiu-se na capacitação da nova equipe do Departamento de Projetos Educacionais – DPR –, desenvolvendo-se, desde agosto de 2004 capacitações em seminários do DPR, cursos técnicos no Cetremec, bem como cursos oferecidos pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Atividades de formação permanente da equipe prosseguiram no ano de 2006, sempre articuladas com o processo de trabalho e o foco nas atividades do DPR.

O desenho e execução, as avaliações e o monitoramento de projetos beneficiam diretamente gestores da educação e os executores e financiadores de projetos. Geram resultados também para os beneficiários dos projetos em execução na medida em que criam condições para a melhoria da gestão educacional e a gestão dos projetos.

O Plano Plurianual – PPA – visa articular, em cada programa ou projeto, todos os meios (públicos e privados) necessários à consecução de seus objetivos.

A avaliação e o monitoramento são procedimentos utilizados para a obtenção e análise de informações destinadas à tomada de decisão, visando ao aperfeiçoamento contínuo da gestão dos programas e projetos previstos no Plano Plurianual – PPA – e, ainda, auxiliando na revisão anual dele.

A Direção e Assessoria do Departamento de Projetos Educacionais – DPR –, além das suas atribuições, atende a demandas da Secretaria de Educação Básica e do Gabinete do Ministro da Educação.

8.1. FUNDEF E FUNDEB – DISCUSSÃO SOBRE ESTUDOS DE ANÁLISE DE FINANCIAMENTOS (GRUPO DE TRABALHO SOBRE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO)

O DPR participou do desenvolvimento de propostas de estudos sobre a transição do Fundef para o Fundeb, enfocando: custo-aluno-qualidade na educação básica brasileira, valor-

aluno-ano e fatores de diferenciação para o Fundeb; atuação dos Tribunais de Contas no controle da aplicação dos recursos; atuação dos Conselhos de Controle Social, pela participação no Grupo de Trabalho sobre Financiamento da Educação encarregado de apresentar propostas do valor-aluno-ano para o FUNDEB e dos fatores de diferenciação.

Recomendações para o Planejamento 2007:

- Continuar a participação no Grupo de Trabalho para definir o valor-aluno-ano do FUNDEB e os fatores de diferenciação por nível e modalidade.
- Desenvolver estudos sobre os resultados do FUNDEF após 10 anos de vigência, enfocando as seguintes questões:
 - Qual a importância do Fundef para a universalização do acesso ao ensino fundamental no Brasil?
 - Qual o impacto na indução de inclusão de crianças de 6 anos no ensino fundamental?
 - Qual o impacto na elevação do nível salarial dos professores?
 - Qual o impacto do Fundef para a melhoria da qualidade da educação no ensino fundamental?
 - Qual o impacto derivado sobre os outros níveis de ensino?
 - Como atuam os Tribunais de Contas no controle da aplicação dos recursos do Fundef?
 - Qual o papel e a forma de atuação dos Conselhos de Controle Social do FUNDEF?
 - Qual o impacto distributivo do Fundo e suas conseqüências para a equidade entre os sistemas de ensino?

8.2. PADRÕES MÍNIMOS DE FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS – PMFE

Em 2005 a Secretaria de Educação Básica realizou seminário do qual participaram o departamento de ensino médio e a coordenação geral de educação infantil e o programa Fundescola/FNDE que desenvolveu projeto de padrões mínimos com foco no ensino fundamental. O objetivo é trabalhar no sentido de avançar na definição de critérios para elaboração de padrões mínimos de infra-estrutura para todos os níveis e modalidades de ensino da educação básica. Isto é, parâmetros que sejam utilizados para aplicação de recursos federais na correção de desequilíbrios regionais, que sirvam de orientação a estados e municípios e que possam, a partir de um pacto nacional, ser instituídos em norma para os sistemas de ensino.

Identificado o esforço de coordenação e a amplitude do trabalho necessário o DPR propôs em 2006 que fosse criada comissão ministerial com representantes da SEB, SECAD, SEESP, SEED, Consultoria Jurídica do MEC, INEP e FNDE para formulação das diretrizes gerais que devem orientar o trabalho técnico na construção dos padrões mínimos de funcionamento da

escola.

Foi realizado seminário com apresentação das iniciativas em curso no DPEM, DPE e Fundescola quanto à elaboração de padrões mínimos de infra-estrutura. O documento de diretrizes, uma vez concluído, será apresentado aos dirigentes da SEB e discutido com representantes dos sistemas de ensino e dos órgãos normativos dos sistemas de ensino.

A articulação com estados e municípios é parte integrante do projeto em curso. Todas as iniciativas adotadas até o momento prevêem consulta pública envolvendo os sistemas de ensino.

Os beneficiários desta iniciativa são todos os alunos e professores que utilizam as instalações escolares de educação básica.

Os recursos para o desenvolvimento dos padrões mínimos devem ser alocados pela SEB no seu plano de trabalho definido para os departamentos DPEM e DPE. Recursos do FNDE destinados a infra-estrutura escolar devem seguir as orientações, uma vez definidas.

As iniciativas que tiveram início em anos anteriores possuem aspectos convergentes e divergentes quanto a suas estratégias, conceitos utilizados, escopo, objetivos e nível de detalhamento proposto. Essas iniciativas em curso devem ser articuladas em torno de diretrizes e estratégias comuns que assegurem unidade na proposição do Ministério da Educação quanto aos padrões mínimos de funcionamento para a escola básica.

Em 2007 devem ser concluídas as diretrizes para a construção dos padrões mínimos de infra-estrutura escolar e iniciado processo de consulta pública sobre essas diretrizes. A definição técnica dos padrões deve ser executada respeitando as diretrizes da SEB para o tema.

8.3. LABORATÓRIO DE EXPERIÊNCIAS INOVADORAS

O *Laboratório de Experiências Inovadoras* foi desenhado como componente do Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação – Pradime – e desenvolvido em parceria com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Auxiliará os dirigentes de políticas educacionais no âmbito municipal na troca de experiências e intercâmbio de projetos inovadores que promovam os objetivos e metas do PNE: a melhoria da qualidade do ensino, o aumento do nível de escolaridade da população, a democratização da gestão da educação pública e a superação das desigualdades sociais e regionais no que tange ao acesso, permanência e sucesso do aluno. O Laboratório constitui um espaço de investigação em gestão educacional, identificando, registrando, avaliando e disseminando práticas educacionais inovadoras que tenham resultados concretos na direção do cumprimento dos objetivos e metas do PNE.

Para a concepção do *Laboratório de Experiências Inovadoras em Gestão Educacional* foram realizados estudos sobre os temas: inovação em gestão pública; metodologias para prospecção, avaliação e disseminação de inovações e; experiências de implementação de observatórios de gestão pública. A partir desses estudos, foi elaborada metodologia para prospecção, identificação, avaliação e disseminação de experiências inovadoras em gestão educacional. Foi criado, ainda, um mecanismo de incentivo ao desenvolvimento de experiências

inovadoras nos municípios: o *Prêmio Inovação em Gestão Educacional 2006*.

O *Laboratório de Experiências Inovadoras* está integrado ao Pradime e conta com a parceria da Undime para a mobilização dos dirigentes municipais de educação.

O Projeto é voltado para os dirigentes municipais de educação, contudo, espera-se que o Projeto também produza impacto positivo em outros segmentos, os beneficiários indiretos: gestores e educadores escolares, pesquisadores e tomadores de decisão em políticas públicas.

Estão previstos custos da ordem de 300 mil reais em 2006.

O projeto é desenvolvido dentro do Acordo Brasil-Unesco (914 BRA 1119), iniciado em abril de 2006.

8.4. PRÊMIO INOVAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL 2006

O Prêmio Inovação em Gestão Educacional 2006 (instituído pela Portaria Ministerial nº 2, de 17 de maio de 2006), realizado conjuntamente pela Secretaria de Educação Básica e pelo INEP, em parceria com a União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), é proposto como mecanismo de incentivo ao desenvolvimento de experiências inovadoras que promovam os objetivos e metas do Plano Nacional de Educação. O Prêmio Inovação em Gestão Educacional institui no Ministério da Educação um canal pelo qual se faça conhecer e reconhecer o esforço dos municípios brasileiros na promoção dos objetivos do PNE.

O Prêmio faz parte das iniciativas do Ministério da Educação de apoio à gestão educacional dos municípios e é executado no âmbito do Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação – Pradime – com apoio do Acordo Brasil-Unesco. Ele tem como meta premiar, a cada dois anos, até 10 (dez) experiências inovadoras, avaliando e divulgando seus resultados.

Nessa primeira edição do Prêmio, foram inscritas 260 experiências até o dia 26 de julho e aprovadas 204 experiências. Ao todo foram quatro etapas de seleção.

A primeira etapa, entre os dias 26 e 28 de julho, foi a triagem, realizada por técnicos do MEC e do INEP, observando os critérios mínimos para aprovação: tempo mínimo de 1 (um) ano de implementação; preenchimento completo do formulário de inscrição; entrega dos documentos solicitados.

A segunda etapa da seleção, realizada nos dias 2 e 3 de agosto, foi a escolha de vinte experiências para serem avaliadas “in loco”. Essas experiências foram analisadas e avaliadas por Comissão Julgadora (designada pela Portaria Ministerial nº1.443, de 10 de agosto de 2006), que contou com a participação de pessoas com vasta experiência na área de avaliação e gestão pública, observando os seguintes critérios gerais: (1) relevância para cumprimento dos objetivos e metas do PNE; (2) impacto positivo na situação educacional do município, comprovado por indicadores quantitativos e qualitativos claramente definidos e medidos; (3) introdução de inovações em relação às práticas de gestão anteriores; (4) existência de parcerias com a sociedade civil, outros

órgãos públicos e articulação com outras esferas de governo; e (5) utilização eficiente dos recursos. O resultado dessa etapa foi publicado na Portaria Ministerial nº 1.493, de 24 de agosto de 2006. Foram selecionadas as experiências procedentes dos seguintes municípios, de acordo com ordem alfabética: Amparo/SP, Belo Horizonte/MG, Carazinho/RS, Curvelândia/MT, Hortolândia/SP, Igrejinha/RS, Joinville/SC, Lages/SC, Orobó/PE, Paranavaí/PR, Piripiri/PI, Ponta Grossa/PR, Recife/PE, Rio Branco/AC, Santo Antônio de Pádua/RJ, São Gabriel do Oeste/MS, São Mateus/ES, Sobral/CE, Três Passos/RS, Três Pontas/MG.

No período de 21 de agosto a 4 de outubro/06 foram realizadas as avaliações “in loco”, terceira etapa da seleção, com vistas à elaboração dos relatórios avaliativos das experiências para subsidiar as decisões da Comissão Julgadora do Prêmio. Comissão integrada por especialistas contratados e técnicos do *INEP* visitou os vinte municípios selecionados.

Por fim, a quarta etapa consistiu na análise prévia, pela Comissão Julgadora, dos relatórios elaborados pelos especialistas que foram aos municípios para a 2ª reunião da Comissão Julgadora, que ocorreu nos dias 24 e 25 de outubro/06. No primeiro dia, os consultores estiveram à disposição dos integrantes da Comissão para responder aos questionamentos sobre as experiências. No segundo dia, os integrantes da Comissão pontuaram individualmente as experiências. Foram selecionadas dez experiências (em ordem alfabética):

- Amparo/SP: “Gestão Participativa na Educação”
- Curvelândia/MT: “Programa Curva Feliz do Município de Curvelândia”
- Igrejinha/RS: “Avaliação Institucional e Desenvolvimento: Um Diferencial na Educação Municipal de Igrejinha”
- Joinville/SC: “Núcleo de Apoio Pedagógico: Contribuindo para o Acesso, Permanência e Sucesso de Alunos com Necessidades Educacionais na Rede Regular de Ensino no Município de Joinville”
- Ponta Grossa/PR: “Desatando nós: Para uma Política Educacional de Acesso, Permanência e Sucesso Escolar”
- Rio Branco/AC: “Matrícula Cidadã”
- São Gabriel do Oeste/MS: “Formação Continuada dos Profissionais em Educação do Município de São Gabriel do Oeste”
- São Mateus/ES: “PREFES: Programa de Regularização do Fluxo Escolar (5ª a 8ª série do Ensino Fundamental)”.
- Sobral/CE: “A Política de Alfabetização como Estratégia para a Elevação do Desempenho Escolar nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental”
- Três Passos/RS: “Programa Semeando Educação e Saúde na Agricultura Familiar”

O Ministério da Educação, ao conhecer, avaliar, divulgar e reconhecer publicamente o mérito dessas experiências oferece condições para que outros municípios tomem-nas como inspiração ou referência, proporcionando efeito multiplicador na melhoria das gestões municipais de educação e, conseqüentemente, da qualidade educacional nos diversos sistemas de ensino. Cada um dos dez finalistas receberá um certificado, 50 (cinquenta) mil reais ao Município para aplicação no desenvolvimento, ampliação ou avaliação da experiência premiada, mediante celebração de convênio com o FNDE e o financiamento de participação do dirigente municipal de educação em

evento formativo a ser definido pelo Ministério. Além disso, as experiências premiadas serão publicadas e terão destaque nos portais do MEC, INEP, FNDE, Undime e Unesco.

A solenidade de premiação terá lugar em sessão pública, no dia 13 de dezembro de 2006, às 14h30min, em Brasília.

O Prêmio Inovação em Gestão Educacional 2006 conta com a parceria da Undime para a mobilização dos dirigentes municipais de educação.

Estão previstos custos da ordem de 500 mil reais em 2006, inclusos no orçamento do Laboratório.

O *Prêmio Inovação em Gestão Educacional 2006* é desenvolvido dentro do Acordo Brasil-Unesco (914 BRA 1119), iniciado em abril de 2006. Para a premiação das experiências inovadoras dos municípios, a SEB/DPR conta com o apoio do FNDE, que financiará R\$50.000,00 para aplicação no desenvolvimento, ampliação ou avaliação da experiência premiada, mediante celebração de convênio.

8.5. SISTEMA DE MONITORAMENTO DE INDICADORES EDUCACIONAIS – SIMONI

O SIMONI – Sistema de Monitoramento de Indicadores – visa prover os gestores de projetos educacionais de ferramenta capaz de acompanhar a evolução de indicadores educacionais durante a implantação dos projetos. Além do SIMONI, a Coordenação também tem como atribuição a manutenção de bases de dados de diversas fontes para permitir o fornecimento de informações para a avaliação dos projetos [Inep, Sied, Ibge, Fnde].

Em 2006 o SIMONI incorpora novos indicadores e uma substancial melhoria nas suas funcionalidades. Em suma:

Indicadores incorporados (previsão de encerramento dez/2006): Taxa de analfabetismo; número médio de anos de estudo; percentual da população adulta segundo nível de instrução; número médio de alunos por turma; percentual de docentes com formação superior; número médio de horas-aula diárias; percentual de alunos beneficiados com infra-estrutura oferecida pela escola; relação aluno/função docente; relação aluno/função não-docente; percentual de escolas por série oferecida; taxa de utilização de salas de aula; relação turma/sala de aula por turno; taxa de ingresso no ensino fundamental; taxa de incorporação ao sistema; taxa de retorno de alunos ao sistema educacional; taxa de ingresso de alunos provenientes da educação de jovens e adultos; percentual de matrículas no turno noturno; percentual de alunos do sexo feminino; percentual de concluintes do sexo feminino; taxa de distorção idade-conclusão; taxa de distorção idade-série; idade mediana que o aluno completa no ano de conclusão; idade mediana que o aluno completa no ano; taxas de rendimento escolar (Taxa de aprovação, reprovação e abandono).

Funcionalidades incorporadas (previsão de encerramento dez/2006): Administração e segurança do sistema; emissão de relatórios; conheça o SIMONI; efetuar o login; restaurar senha; efetuar registro de usuário; registrar domínios; login projetos educacionais; novo projeto; consultar os dados; alterar projeto; indicadores vinculados; listar grupo de aplicação; relatório de projetos; lista de indicadores educacionais; relatório de monitoramento de indicadores; exportar relatório de

projetos para xls, csv etc.; detalhes dos indicadores educacionais; exportar relatório de indicadores para xls, csv etc.; ajustar imperfeições na emissão de relatórios detectadas na versão atual; eliminar restrição de quantidade para relatório; ordenar indicador uniformemente no relatório; imprimir os parâmetros dos indicadores escolhidos no final do relatório; simplificar a seleção de escolas e municípios; resolver consultas lentas; permitir a emissão dos relatórios em qualquer nível; adaptar a lógica dos indicadores calculados dinamicamente; indicar no cabeçalho do relatório os anos de aplicação do projeto e os anos de coleta de cada indicador; permitir a emissão de relatório para o grupo de comparação; incluir recursos de cadastramento de projetos; excluir indicador do projeto; vincular, incluir e excluir no grupo de aplicação; vincular, incluir e excluir no grupo de comparação; ajustar imperfeições no cadastro de projetos detectadas na versão atual; ajustar serviços WEB e homologação com a entrega do produto final; permitir a repetição e remoção de indicadores associados a projetos; permitir a exclusão de projetos; apresentar parâmetros dos indicadores associados na consulta; web-services: listar indicadores, consultar indicador, valor indicador, valor indicador para grupo, resolver instabilidades do sistema; permitir ao usuário alterar sua senha; numerar indicadores nos relatórios; destacar os anos de aplicação do projeto nos relatórios; migração do sistema para plataforma PostgreSQL; permitir aos relatórios avulsos apresentarem o mesmo indicador mais de uma vez; permitir o cadastro de grupo de aplicação por código; permitir o cadastro de grupo de comparação por código; aprimorar o cadastro de grupo de comparação; permitir o cadastro de grupo de aplicação a partir da lista para Região e UF; permitir a consulta de dados brutos como indicadores nos relatórios de grupo de aplicação e comparação; mostrar a “fonte” primária dos dados; permitir ao usuário cadastrar seu próprio indicador; permitir upload de arquivo no formato csv; incorporar novos indicadores dinâmicos ao sistema; realizar os ajustes necessários decorrentes das alterações do censo escolar de 2005; consolidação dos requisitos e documentação do sistema.

Foram realizados estudo de bibliografia sobre o processo de monitoramento de projetos, discussões sobre o tema com a equipe responsável, articulação com outros órgãos do MEC.

- Replicação do censo educacional em banco de dados do censo em banco de dados do censo educacional.
- Obtenção dos principais indicadores educacionais produzidos pelo INEP.
- Obtenção de dados referentes ao Programa FUNDESCOLA junto ao FNDE.
- Estudos da solução [*software*] de monitoramento de projetos do Unicef.
- Contratação de especialistas no âmbito do acordo Brasil-Unesco.

Em 2006, foram utilizados recursos do Acordo Brasil-UNESCO: R\$ 78.919,40. Foram produzidos e distribuídos os seguintes materiais:

- *Folder* “Conheça o Simoni”
- *Apresentação do Simoni*
- *Software* do Sistema Simoni.

O SIMONI continua sendo desenvolvido por dois consultores: um especialista na linguagem *Java* e um especialista em bancos de dados. O projeto sofreu algumas dificuldades causadas pela escolha do banco de dados *firebird*, que se mostrou inadequado para o volume de

informações contidas no Sistema.

Para o desenvolvimento e manutenção do SIMONI é preciso garantir uma força de trabalho composta, no mínimo, de um analista de banco de dados *PostgreSQL*, um analista de sistemas, um programador *Java* e um especialista em Linux, além de um apoio administrativo e um apoio de suporte. Outros fatores também são relevantes, como a questão da infra-estrutura de hospedagem do servidor, a divulgação do sistema e a continuidade no aprimoramento do sistema.

8.6. PROGRAMA DE APOIO AOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO – PRADIME

O Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação – Pradime é uma iniciativa voltada para a atualização dos dirigentes municipais de educação em temas relacionados às diferentes dimensões da gestão dos sistemas municipais de educação.

O Pradime é realizado com o objetivo maior de fortalecer a atuação dos dirigentes de educação na gestão dos sistemas de ensino e das políticas educacionais. O Programa pretende, ainda, mobilizar os secretários municipais para a agenda nacional de educação, criar espaço para troca de experiências, conhecimentos e habilidades na gestão educacional com foco na obtenção de resultados em relação aos objetivos e metas do PNE.

O Pradime é implementado por meio de estratégia semipresencial. Em 2006 foram realizados 15 encontros presenciais, estando previstos mais 3 até o final de 2006, totalizando 25 encontros considerando os 7 realizados em 2005. Em 2006 teve início o Pradime *on line*, modalidade a distância que propicia aos dirigentes municipais a possibilidade de participar de cursos sem sair de seu município e em horários compatíveis com as suas atribuições.

O encontro presencial tem a duração de 40 (quarenta) horas e recebem certificado os dirigentes que completarem no mínimo 75% de presença.

O curso a distância tem carga horária de 10h semanais com previsão de ser realizado no período de 10 semanas, totalizando 100h.

Nos encontros presenciais nove unidades são trabalhadas:

- A educação no contexto da política de desenvolvimento com igualdade social.
- A organização da educação nacional no contexto do fortalecimento da educação básica: o papel do município.
- Avaliação de políticas educacionais.
- Políticas educacionais para um Brasil de todos.
- Financiamento e gestão orçamentária da educação.
- Gestão de recursos materiais.
- Gestão democrática da educação.
- Gestão pedagógica da educação escolar.

- Valorização dos trabalhadores em educação – docentes e não-docentes.
- As unidades acima são desenvolvidas em torno de três eixos transversais:
 - A educação como canal propulsor do desenvolvimento local, regional e nacional.
 - A qualidade social da educação como marco diferencial da ação pedagógica do Estado.
 - A gestão democrática como caminho condutor de novas práticas do poder público.

A estratégia de apoio a distância se dá por meio de portal na *Internet* que propicia aos dirigentes municipais de educação acessarem cursos *on-line*, *chats*, fóruns, notícias e informações de interesse do dirigente municipal de educação. Os materiais desenvolvidos no Pradime são disponibilizados em versão *on-line* para acesso dos dirigentes.

O Pradime é apoiado pela União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), bem como pelas secretarias estaduais de educação em diversos estados da Federação. Além dos órgãos ligados à educação, a parceria com organismos internacionais – PNUD, Unesco, Unicef, Banco Mundial e OEI – fortalece o arco de apoio institucional ao Programa e consolida o reconhecimento da relevância dessa iniciativa.

Os beneficiários diretos do Pradime são os dirigentes municipais de educação. Alunos, professores, diretores de escola e comunidade também serão beneficiados indiretamente pelo Programa, pois o fortalecimento da atuação do dirigente municipal de educação contribuirá, em conjunto com outras ações, para a melhoria da qualidade da educação.

Em 2006 foram investidos no Programa com fonte do FNDE e SEB até 31/10/06 um total de 1.398.136,00.

Para a realização das atividades de formação com os dirigentes municipais, desenvolveu-se o seguinte material: três Cadernos de Textos, três Cadernos de Oficinas e um Caderno de Transparências,

Guia de Programas do MEC. Encontra-se em fase de finalização a nova edição dos Marcos Legais da Educação Nacional.

Os eventos realizados e o nível de participação estão no Anexo 1. Estão previstos ainda para realizar em 2006 os eventos abaixo.

<i>Estado</i>	<i>Data</i>	<i>Dirigentes da UF</i>
Curitiba – PR	14/11/06 a 17/11/06	200
Foz do Iguaçu – PR	28/11/06 a 01/12/06	249
Florianópolis – SC	05/12/06 a 08/12/06	243
Total		6.920

Em 2007 propõe-se a realização de oficinas nos estados para apresentação e disseminação de ferramentas de gestão. Em particular o Sistema para Elaboração de Planos de

Carreira e Remuneração dos Profissionais de Educação, a ser desenvolvido pelo DPR e o Microplanejamento de Rede, tecnologia desenvolvida pelo Fundescola.

A continuidade com ampliação do Pradime on line de forma a proporcionar aos dirigentes a oportunidade de participarem de cursos a distancia em horários compatíveis com suas atribuições.

8.7. AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE APOIO AOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO – PRADIME

A avaliação do PRADIME está sendo realizada de acordo com um modelo de avaliação em cinco níveis:

- Nível 1 - Avaliação de Reação dos dirigentes aos eventos presenciais, quanto ao conteúdo, atuação dos consultores e logística do evento.
- Nível 2 - Avaliação de aprendizagem - valor cognitivo agregado: avalia se os participantes agregaram os novos conhecimentos e habilidades intencionados.
- Nível 3 - Avaliação das condições institucionais para mudança: avalia que aspectos institucionais podem influenciar de modo crítico a implementação de novas práticas e políticas na gestão.
- Nível 4 - Avaliação da atuação do participante (uso dos novos conhecimentos e habilidades): avalia como o Programa influencia a prática de gestão dos participantes, sua capacidade em redesenhar estruturas, incentivos e culturas no sistema de ensino, seu planejamento e condução de mudanças capazes de promover avanços em relação aos objetivos e metas do Plano Nacional de Educação.
- Nível 5 - Avaliação dos resultados da gestão: avalia os avanços observados nos indicadores dos objetivos e metas do Plano Nacional de Educação no nível municipal.

A avaliação de reação (Nível 1) vem sendo realizada em todos os eventos presenciais do PRADIME.

A avaliação de aprendizagem (Nível 2), realizada em parceria com a Universidade de Brasília, ocorre nos eventos presenciais de Curitiba, Foz do Iguaçu e Florianópolis, no período compreendido entre 14/11/2006 e 08/12/2006.

Para essa avaliação de Nível 2 foram construídos, pilotados e validados instrumentos de entrada e de saída, aplicados, respectivamente, no primeiro e último dia de cada evento. Após a leitura dos dados e a criação dos bancos de dados referentes ao pré-teste e pós-teste, seguem-se as análises estatísticas de validação e consistência do instrumento, análise de média para verificar a relação pré-teste e pós-teste, e análise de correlação entre os resultados e os dados de perfil dos respondentes.

Estão previstos custos da ordem de 165 mil reais em 2006 para a avaliação de Nível 2. Os recursos são provenientes das ações de Gestão da Política de Educação (Programa

Orçamentário 1067), na ação orçamentária 8373 – Gerenciamento das Políticas da Educação Básica, Fonte 112.

Para 2007, recomenda-se dar continuidade à avaliação, abrangendo os níveis 3, 4 e 5 do modelo de avaliação que está sendo utilizado.

8.8. AVALIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL ESCOLA DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

O objetivo básico do Programa visa contribuir com a formação efetiva de gestores educacionais da escola pública, de modo que disponham de elementos teórico-práticos que viabilizem uma educação escolar básica com qualidade social.

O Programa articula-se com os outros programas de formação – PRADIME, Pró-Conselho e Conselhos Escolares – para a consolidação de um Sistema Nacional de Gestão da Educação Pública.

O princípio norteador do Curso de Especialização em Gestão Escolar é o direito à educação básica com qualidade social, e seu ponto de partida é a gestão democrática.

A gestão democrática das unidades escolares constitui uma das dimensões que pode contribuir significativamente para viabilizar o direito à educação como um direito universal.

A avaliação de processo será feita pelos executores do projeto, e a avaliação de resultados ficará sob a responsabilidade do Departamento de Projetos Educacionais.

A avaliação de resultados ocorrerá em quatro níveis:

- Avaliação de aprendizagem - valor cognitivo agregado: avalia se os participantes agregaram os novos conhecimentos e habilidades intencionados.
- Avaliação das condições institucionais para mudança: avalia que aspectos institucionais podem influenciar de modo crítico a atuação do gestor escolar.
- Avaliação da atuação do participante (uso dos novos conhecimentos e habilidades): avalia como o Programa influencia a prática de gestão dos participantes, o grau e a qualidade da mudança na gestão.
- Avaliação dos resultados da gestão escolar na aprendizagem dos alunos: avalia a contribuição da prática da gestão escolar democrática para uma aprendizagem mais efetiva dos alunos, incidindo progressivamente na melhoria do desempenho escolar, investigando o grau e a qualidade das mudanças nos indicadores educacionais da escola.

O desenho da avaliação prevê:

- para a avaliação de aprendizagem - construção, teste e validação de instrumentos de entrada e de saída, bem como a avaliação do Projeto Político-Pedagógico elaborado ou re-elaborado pelos participantes;
- para a avaliação do contexto institucional - construção e aplicação de instrumentos

para um diagnóstico da instituição onde atua o participante;

- para a avaliação da atuação do participante - construção e aplicação de instrumentos para avaliar longitudinalmente a prática de gestão (linha de base, metade do curso, final do curso, 6 meses, 1 ano e 2 anos após o curso);
- para a avaliação dos resultados da gestão escolar na aprendizagem dos alunos – acompanhamento longitudinal do grau e qualidade das mudanças nos indicadores educacionais da escola (linha de base, 1 e 2 anos após o curso).

Estão previstos custos da ordem de 150.000 reais para a avaliação de nível 2.

Para 2007, recomenda-se, dar continuidade à avaliação do curso prevista no desenho da avaliação.

8.9. AVALIAÇÃO GLOBAL DO PROGRAMA FUNDESCOLA

O Fundescola, Fundo de Fortalecimento da Escola, é um programa do Ministério da Educação, co-financiado pelo Banco Mundial e desenvolvido em parceria com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, que tem como missão promover, em regime de parceria e responsabilidade social, a eficácia, a eficiência e a equidade no ensino fundamental público em zonas de atendimento prioritário – microrregiões definidas pelo IBGE - nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, por meio da oferta de serviços, produtos e assistência técnico-financeira inovadores e de qualidade, que focalizem os processos de ensino e aprendizagem e as práticas gerenciais das escolas e Secretarias de Educação.

Para permitir o alcance dos objetivos e a concretização das metas do Fundescola, foram previstos recursos da ordem de US\$ 1,3 bilhão, sendo 50% aportados pelo BIRD, e o restante como contrapartida do governo Federal, financiados através de uma série de acordos de empréstimos, dando origem a três projetos:

Fundescola I – vigente de junho de 1998 a junho de 2001, com US\$ 125 milhões de recursos previstos;

Fundescola II – assinado em dezembro de 1999, com US\$ 402 milhões de recursos e duração prevista até 2004, tendo sido prorrogado até dezembro de 2005.

Fundescola IIIA – aprovado em junho de 2002, devendo estar concluído até 2007, com US\$ 320 milhões para a primeira fase e US\$ 453 milhões para a segunda fase (Fundescola IIIB).

O Departamento de Projetos Educacionais elaborou, em janeiro/2005, o Termo de Referência para avaliação global dos resultados do Programa FUNDESCOLA, com o objetivo de gerar informações para instruir o processo de formulação da última fase do Programa, FUNDESCOLA III-B.

Análise de conjunto de indicadores educacionais para grupos de Municípios e escolas atendidos pelo FUNDESCOLA e para um grupo de comparação que não tenha sido beneficiado pelo programa. Os resultados serão cotejados com as metas do Programa estabelecidas em cada Acordo de Empréstimo.

Estão previstos custos da ordem de 140 mil reais em 2006. Os recursos são provenientes do Acordo de Empréstimo nº7122-BR com o Banco Mundial.

A conclusão da avaliação ocorrerá em 2007 e deverá servir de base para o desenho do FUNDESCOLA III-B, a ser elaborado durante o ano de 2007.

8.10. AVALIAÇÃO DO PROGRAMA ESCOLA ATIVA

A Escola Ativa é uma estratégia metodológica voltada para as classes multisseriadas, nas quais convivem alunos de diferentes idades e em diversos estágios de avanço escolar, que combina uma série de elementos de caráter sócio-pedagógico e administrativo, buscando aumentar a qualidade da educação oferecida naquelas classes, notadamente na área rural. Trata-se de uma adaptação da estratégia colombiana “Escuela Nueva – Escuela Activa”, adotada naquele país com enorme sucesso há mais de 20 anos. Sua implementação no Brasil começou em 1997 e vem se ampliando até o presente momento.

A avaliação da Escola Ativa foi estruturada em duas etapas.

- Primeira Etapa: Avaliação de resultados intermediários, realizada em 2005. Os resultados dessa avaliação foram apresentados no *Informe Executivo Avaliação de Resultados Intermediários da Escola Ativa*.
- Segunda Etapa: Avaliação de impacto.

As questões centrais que nortearão essa avaliação são:

- O projeto Escola Ativa (EA) viabiliza a melhoria da qualidade do ensino fundamental, de 1ª a 4ª série, nas escolas rurais multisseriadas (ERM)? Por quê?
- Os resultados apresentados pelo projeto justificam sua disseminação para todos os municípios brasileiros? Por quê?

O desenho da avaliação prevê cinco etapas:

- Levantamento de informações e plano de trabalho detalhado.
- Construção da amostra.
- Construção, teste e validação de instrumentos.
- Sistematização e análise dos dados coletados.
- Relatório final e apresentação em seminário

Estão previstos custos da ordem de 730 mil reais provenientes do acordo de empréstimo do Projeto Fundescola IIIA.

8.11. AVALIAÇÃO DO PROJETO PILOTO ESCOLA ATIVA EM ALDEIAS INDÍGENAS

No Brasil existem 554 territórios indígenas, onde vivem aproximadamente 325 mil índios de 227 etnias, que falam 170 idiomas diferentes.

Nesse contexto, metodologias de ensino voltadas para escolas indígenas ainda constituem um terreno pouco estudado.

O Programa FUNDESCOLA está iniciando um projeto piloto para implementação da estratégia metodológica Escola Ativa em escolas indígenas. Esse projeto piloto teve início no ano de 2005, e o desenho prevê sua abrangência em municípios dos estados do Amazonas, Ceará e Paraíba.

A Escola Ativa foi submetida a um primeiro processo de avaliação no ano de 2000, e os resultados mostraram um panorama da situação encontrada em uma amostra de escolas rurais multisseriadas dos Estados do Maranhão e Ceará.

A avaliação desse projeto piloto deverá subsidiar futuras decisões relativas à sua expansão e possíveis correções que possam ser elaboradas com base em dados fidedignos, coletados a partir desse processo avaliativo.

As questões centrais que nortearão esse trabalho serão:

- a adequação de conteúdo dos Guias de Aprendizagem dos alunos para 1^a, 2^a, 3^a e 4^a séries nas áreas de Ciências e Estudos Sociais, produzidos no âmbito da execução do projeto;
- a adequação da estratégia metodológica Escola Ativa aplicada à educação indígena, tendo como parâmetro o Referencial Curricular Nacional para a Escola Indígena – RCNEI.

O desenho da avaliação prevê cinco etapas:

- Levantamento de informações e plano de trabalho detalhado.
- Construção da amostra.
- Construção, teste e validação de instrumentos.
- Sistematização e análise dos dados coletados.
- Relatório final e apresentação em seminário.

Estão previstos custos da ordem de 115 mil reais provenientes do acordo de empréstimo do Projeto Fundescola IIIA.

8.12. AVALIAÇÃO DO PROGRAMA GESTAR I

O GESTAR I é um programa de gestão pedagógica da escola, orientado para a formação continuada de professores do ensino fundamental público de 1ª a 4ª séries, por meio de recursos de educação a distância e momentos presenciais. O principal propósito do programa é reforçar a competência e a autonomia dos professores na sua prática pedagógica. O GESTAR I foi composto de dois elementos fundamentais. O primeiro é o Curso de Formação Continuada de Professores em Serviço. O segundo é o Sistema de Avaliação Diagnóstica por Habilidade dos Alunos, utilizado na formação de uma base de dados que serve de subsídio para o planejamento e replanejamento da ação pedagógica.

A avaliação abrangerá os Programas Gestar I Língua Portuguesa e Gestar I Matemática, para verificação dos resultados obtidos com:

- Os *Cursos de Formação Continuada* – Ao término do Curso de Formação Continuada em Serviço do Programa GESTAR I, os professores participantes atingiram padrões aceitáveis de aproveitamento?
- O *Sistema de Avaliação Diagnóstica por Habilidades dos Alunos* – Qual a porcentagem de Secretarias de Educação que realizam a Avaliação Diagnóstica por Habilidades dos Alunos do Programa GESTAR I e alimentam a sua base de dados após o término do Curso de Formação Continuada, ou possuem um sistema próprio de avaliação diagnóstica por habilidades dos alunos? Quais os usos que fazem desse tipo de avaliação?
- *Desempenho escolar dos alunos* - Qual a porcentagem de alunos beneficiados pelo Programa GESTAR I que ampliaram as habilidades adquiridas, de acordo com os resultados do pré-teste e pós-teste do Sistema de Avaliação Diagnóstica por Habilidades dos Alunos? O desempenho escolar dos alunos beneficiados pelo Programa GESTAR I é superior ao desempenho escolar de alunos que não foram beneficiados pelo Programa?

O desenho da avaliação prevê sete etapas:

- Levantamento de informações e plano de trabalho detalhado.
- Construção da amostra.
- Construção, teste e validação de instrumentos.
- Trabalho de campo.
- Análise dos dados coletados nos Sistemas de Avaliação Diagnóstica por Habilidades dos Alunos.
- Análise comparativa de resultados de desempenho escolar no grupo de tratamento e no grupo de comparação.
- Relatório final e apresentação em seminário.

Estão previstos custos da ordem de 1 milhão de reais provenientes do acordo de

empréstimo do Projeto Fundescola IIIA.

8.13 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA SECRETARIA – PES

O Planejamento Estratégico – PES – é um processo gerencial a ser desenvolvido pelas secretarias de educação de Estados e Municípios, coordenado pelas lideranças, para o alcance de uma situação desejada, da maneira mais eficiente e eficaz, com a melhor alocação de esforços e recursos.

Da preparação à implementação, o PES desdobra-se em cinco etapas:

- Preparação do PES, definição de passos e responsabilidades e divulgação do processo para todos os colaboradores.
- Análise Situacional (Diagnóstico): levantamento sistemático de dados e informações sobre a qualidade da Secretaria em seus diferentes aspectos para melhorar o desempenho organizacional.
- Definição da Visão Estratégica e do Plano de Suporte Estratégico: é a etapa de elaboração da visão estratégica (valores, visão de futuro, missão e objetivos estratégicos), e do plano de suporte estratégico (estratégias, metas e planos de ação), para a implementação dos objetivos estratégicos.
- Execução: as metas estabelecidas e os planos de ação elaborados são implementados.
- Monitoramento e Avaliação: verificação da execução dos planos de ação e de adoção de medidas corretivas.

A avaliação da implementação do PES deverá subsidiar o MEC quanto à eficácia e efetividade do Projeto e sua sustentabilidade. Os resultados da avaliação deverão responder às perguntas:

- O PES é uma metodologia de planejamento adequada à gestão das Secretarias de Educação?
- Há necessidade de mudanças na metodologia proposta?
- O PES efetivamente contribuiu para a melhoria da gestão das Secretarias de Educação onde foi implementado?

A avaliação do PES foi estruturada em duas etapas.

- Primeira Etapa: Concluída em fevereiro/2006, realizou um trabalho piloto para a elaboração de uma metodologia de avaliação, tendo apresentado dois produtos: a) Diagnóstico organizacional das seis Secretarias avaliadas; b) metodologia para avaliação da implementação do PES em uma amostra representativa das Secretarias de Educação.

- Segunda Etapa: Avaliação do PES nas Secretarias de Educação a partir da metodologia elaborada na primeira etapa.

Estão previstos custos da ordem de 118 mil reais provenientes do acordo de empréstimo

do Projeto Fundescola IIIA.

8.14 PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA ESCOLA – PDE

O PDE é um processo gerencial de planejamento estratégico que a escola desenvolve para a melhoria da qualidade do ensino, elaborado de modo participativo com a comunidade escolar. No PDE, a escola analisa o seu desempenho passado, seus processos, suas relações internas e externas, seus valores, sua missão, suas condições de funcionamento e seus resultados. A partir dessa análise ela projeta o seu futuro, que estratégias adotará, que processos desenvolverá, quem estará envolvido em cada processo e qual o perfil do aluno que se quer formar. O PDE compõe-se de duas partes: visão estratégica e plano de suporte estratégico. Na visão estratégica, a escola identifica os valores que defende e seus objetivos num período de dois a cinco anos. Para a elaboração do plano a escola conta com uma metodologia de planejamento estratégico detalhada em todas as suas fases no manual *Como elaborar o Plano de Desenvolvimento da Escola*, destinado principalmente às pessoas que exercem função de liderança (diretor, vice-diretor, coordenador pedagógico, orientador, secretário). O PDE é, assim, um guia que instrumentaliza a escola para exercitar sua autonomia na solução de seus problemas e na realização de suas aspirações.

O DPR fez um estudo das avaliações do PDE já realizadas anteriormente a fim de perceber a necessidade ou não da realização de outras avaliações. Para complementar esse trabalho, considerou-se que seria importante a realização de um estudo de resultados intermediários do PDE nas taxas de rendimento escolar, devendo esse estudo fornecer subsídios para o desenho de uma avaliação de impacto do PDE.

Para esse estudo serão exploradas as seguintes questões:

- Comportamento das taxas de aprovação, reprovação e abandono nas escolas com PDE, comparadas às escolas sem PDE, considerando-se o intervalo de tempo que vai do ano de 1995 ao ano de 2005. Nas escolas com PDE, como se comportaram as taxas de aprovação, reprovação e abandono antes do PDE, e a partir de um, dois, três e quatro anos de execução do PDE.

- Comportamento das taxas de rendimento escolar nos Municípios em relação à porcentagem de escolas que aderiram ao PDE nos respectivos Municípios. Comportamento das taxas de rendimento escolar associando o PDE com outros produtos do Programa FUNDESCOLA. Por exemplo: comportamento das taxas de rendimento escolar em escolas que tiveram PDE e GESTAR, ou PDE, GESTAR E PAPE, ou PDE, GESTAR e Secretaria de Educação executando o PES.

O DPR fará esse estudo exploratório utilizando o Sistema de Monitoramento de Indicadores Educacionais – SIMONI. Aguarda a implementação dos indicadores dinâmicos do Sistema.

Para 2007, recomenda-se a execução do estudo exploratório de resultados do PDE nas taxas de rendimento escolar.

8.15. PADRÕES MÍNIMOS DE FUNCIONAMENTO DA ESCOLA (PMFE), PROJETO DE ADEQUAÇÃO DE PRÉDIOS ESCOLARES (PAPE), PROJETO DE MELHORIA DA QUALIDADE DO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO ESCOLAR (PMQE)

O projeto Padrões Mínimos de Funcionamento da Escola – PMFE - pretende fornecer insumos e serviços para auxiliar as Secretarias de Educação a trazerem suas escolas aos Padrões Mínimos de Funcionamento, em consonância com o Plano Nacional de Educação – PNE.

O modelo de padrão mínimo de funcionamento concebido pelo Programa Fundescola é desenhado para operacionalizar o conceito de escola funcional. Consiste de um padrão de referência, predeterminado, do conjunto de insumos e condições necessários a uma escola para que seja considerada apta a operar de forma a cumprir suas funções de maneira eficaz.

O PAPE elege como prioridade a intervenção nas salas de aula e sanitários dos alunos, visando restabelecer, na unidade escolar, condições de segurança, salubridade, estabilidade e funcionalidade, sem alteração da área construída. O projeto fornece tanto financiamento quanto assistência técnica às escolas que necessitam de adequação para alcançar os Padrões Mínimos de Funcionamento, e repassa verbas diretamente às escolas, com mecanismos de planejamento, organização, gestão e controle bastante efetivos.

Ao final da execução do PAPE, as escolas adequadas devem apresentar condições mínimas para a utilização do mobiliário e do equipamento que receberão do Projeto de Melhoria da Qualidade do Mobiliário e Equipamento Escolar – PMQE -, outro subcomponente dos PMFE.

O PMQE tem como objetivos: aumentar a resistência construtiva e melhorar as relações com o uso e a ergonomia dos bens, proporcionando indispensável melhoria e adequação dos produtos finais utilizados pelos alunos; racionalizar a aplicação de recursos financeiros para aquisição de mobiliário e equipamento escolar.

Nesta avaliação será feito um estudo dos resultados obtidos pelos projetos PAPE/PMQE, com vistas ao alcance dos Padrões Mínimos de Funcionamento da Escola. Será realizado um estudo comparativo entre escolas atendidas e não atendidas pelo PAPE/PMQE e entre municípios das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste que foram beneficiados pelo PAPE/PMQE e municípios que não foram beneficiados por nenhum dos projetos.

As questões centrais que nortearão essa avaliação são:

- O grupo de escolas no qual o PAPE foi executado, associado ao PMQE, apresenta maior pontuação específica em relação aos PMFE do que o grupo de escolas no qual nenhum dos Projetos foi executado?

- O grupo de municípios no qual o PAPE foi executado, associado ao PMQE, (grupo de intervenção) apresenta aumentos estatisticamente significativos na pontuação média em relação aos PMFE, quando se compara os LSE realizados nos anos de 1997/1998, 2001 e o que será realizado em 2007?

- Os municípios pertencentes ao grupo de intervenção apresentam pontuações médias

em relação aos PMFE estatisticamente superiores às encontradas em um grupo de municípios com as mesmas características, no qual os Projetos não foram executados (grupo de comparação)?

Com base nas comparações acima, os dados serão analisados com o objetivo de avaliar se o PAPE, associado ao PMQE, podem ser considerados estratégias eficientes para a disseminação dos PMFE nos estados e municípios onde foram executados, contribuindo assim para o alcance das metas propostas para o ensino fundamental no Plano Nacional de Educação.

Estão previstos custos da ordem de 133 mil reais provenientes do acordo de empréstimo do Projeto Fundescola IIIA.

PARTICIPAÇÃO NOS ENCONTROS DO PRADIME

PRADIME 2005					
ESTADO/CIDADE	ORIGEM DOS DIRIGENTES	DATAS	TOTAL MUNICIPIOS	Nº MUNICIPIOS PRESENTES	% DO TOTAL
DF - Brasília	GO	13 a 16/9	246	100	40,7
TO - Palmas	TO	25 a 28/10	139	119	85,6
BA I - Ilhéus	Parte da BA	08 a 11/11	181	116	64,1
MA - São Luís	MA	15 a 18/11	217	163	75,1
PE - Cabo de Santo Agostinho	PE	22 a 25/11	185	145	78,4
RN - Natal	RN	22 a 25/11	167	135	80,8
AL - Maceió	AL e SE	29/11 a 2/12	177	142	80,2
			AL-102 SE-75		
TOTAL			1312	920	70,1

PRADIME – ENCONTROS PRESENCIAIS 2006					
ESTADO/CIDADE	ORIGEM DOS DIRIGENTES	DATAS	TOTAL MUNICIPIOS	MUNICIPIOS PRESENTES	% DO TOTAL
MT - Cuiabá	MT e MS	7 a 10/02	219	166	75,8
			MT-14 MS-78		
PA - Belém	AP e PA	14 a 17/02	159	114	71,7
			AP-16 PA-143		
AM - Manaus	AC, AM, RO e RR	7 a 10/3	151	124	82,1
			AC-22 AM-62		

PRADIME – ENCONTROS PRESENCIAIS 2006					
ESTADO/CIDADE	ORIGEM DOS DIRIGENTES	DATAS	TOTAL MUNICÍPIOS	MUNICÍPIOS PRESENTES	% DO TOTAL
			RO-52 RR-15		
CE - Fortaleza	CE	14 a 17/3	185	157	84,9
BA II - Salvador	Parte da BA	28 a 31/3	236	192	81,4
PRADIME – ENCONTROS PRESENCIAIS 2006					
ESTADO/CIDADE	ORIGEM DOS DIRIGENTES	DATAS	TOTAL MUNICÍPIOS	MUNICÍPIOS PRESENTES	% DO TOTAL
PB - João Pessoa	PB	4 a 7/4	223	197	88,3
PI - Teresina	PI	17 a 20/4	222	152	68,5
RJ - Rio de Janeiro	ES e RJ	25 a 28/4	170 ES-78 RJ-92	96	56,5
MG - Belo Horizonte I	MG – Pólo BH - 1	09 a 12/05	245	138	56,3
MG - Belo Horizonte II	MG – Pólo BH - 2	16 a 19/05	241	121	50,2
SP - Bauru	SP – Pólo Bauru	30/05 a 02/06	215	74	34,5
SP - São Paulo	SP – Pólo São Paulo	06/06 a 09/06	215	107	49,8
SP - Ribeirão Preto	SP – Pólo Ribeirão Preto	20/06 a 23/06	215	92	42,8
RS - Porto Alegre	RS – Pólo Porto Alegre	27/06 a 30/06	248	152	61,3
RS - Passo Fundo	RS – Pólo Passo Fundo	31/10 a 03/11	248	118	47,6
TOTAL 2006 – (até novembro de 2006)			3.242	2.000	61,7
TOTAL GERAL – (até novembro de 2006)			4.554	2.920	64,1

Observação: No Estado da Bahia ocorreram dois eventos. Com 417 Municípios, 308 estiveram presentes nos encontros, totalizando 73,9% de municípios baianos participantes.

DIRIGENTES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA**Gabinete da Secretaria de Educação Básica****Chefe de Gabinete**

Godiva de Vasconcelos Pinto

Coordenação-Geral de Cooperação Técnico-Administrativa

Italmar Alves do Nascimento

Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão

Andreia Couto Ribeiro

Diretora do Departamento de Políticas de Educação Infantil e do Ensino Fundamental

Jeanete Beauchamp

Coordenação-Geral de Educação Infantil

Karina Rizek Lopes

Coordenação-Geral de Ensino Fundamental

Sandra Denise Pagel

Coordenação-Geral da Políticas de Formação

Roberta de Oliveira

Coordenação-Geral de Estudos e Avaliação de Materiais

Jane Cristina Silva

Diretora do Departamento de Políticas do Ensino Médio

Lucia Helena Lodi

Coordenação-Geral de Políticas de Ensino Médio

Maria Eveline Pinheiro Villar de Queiroz

Coordenação-Geral de Assessoria aos Sistemas de Ensino

Magda Rejane Cordeiro de Araújo Soares

Diretor do Departamento de Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino

Horácio Francisco dos Reis Filho

Coordenação-Geral de Monitorização de Planos, Programas e Projetos Educacionais

Tânia Tereza Pasqualini

Coordenação-Geral de Articulação e Fortalecimento Institucional dos Sistemas de Ensino

Arlindo Cavalcanti de Queiroz

Diretor do Departamento de Projetos Educacionais

Armando Amorim Simões

Coordenação-Geral de Apoio a Projetos

Josete Maria Cangussú Ribeiro

Diretor do Departamento de Desenvolvimento de Políticas de Financiamento da Educação Básica

Paulo Egon Wiederkehr

Coordenador-Geral de Acompanhamento de Políticas de Financiamento

Vander de Oliveira Borges.

SIGLAS

Cead – Centro de Educação a Distância

Coedi – Coordenação Geral de Educação Infantil

Coef – Coordenação Geral do Ensino Fundamental

Cafise – Coordenação Geral de Articulação e Fortalecimento Institucional dos Sistemas de Ensino

Cogeam – Coordenação Geral de Estudos e Avaliações de Materiais

Cogepe – Coordenação Geral de Monitorização de Planos, Programas e Projetos Educacionais

CGAP – Coordenação Geral de Apoio a Projetos

Copfor – Coordenação Geral da Política de Formação

CME – Conselho Municipal de Educação

Consed – Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação

Dase – Departamento de Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino

Defineb – Departamento de Desenvolvimento de Políticas de Financiamento da Educação Básica

Dpem – Departamento de Política do Ensino Médio DPE – Departamento de Política Educacional

DPR – Departamento de Projetos Educacionais

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

Fundef – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

PME – Plano Municipal de Educação

PNE – Plano Nacional de Educação

Pnud – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Pró-conselho – Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação

Pró-letramento – Programa de Formação Continuada para Docente em Língua Portuguesa e Matemática

Rede – Rede Nacional de Formação Continuada de Professores de Educação Básica

SEB – Secretaria de Educação Básica

Secad – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

Seed – Secretaria de Educação a Distância

Sedh – Secretaria de Direitos Humanos

Setec – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

UNB – Universidade de Brasília

Uncme – União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação

Undime – União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação

Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Unicef – Fundo das Nações Unidas para a Infância.